



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 47 - SÁBADO, 02 DE ABRIL DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE		
José Sarney - (PMDB-AP)		
1ª VICE-PRESIDENTE		
Marta Suplicy - (PT-SP)		
2º VICE-PRESIDENTE		
Wilson Santiago - (PMDB-PB)		
1º SECRETÁRIO		
Cícero Lucena - (PSDB-PB)		
2º SECRETÁRIO		
João Ribeiro - (PR-TO)		
3º SECRETÁRIO		
João Vicente Claudino - (PTB-PI)		
4º SECRETÁRIO		
Ciro Nogueira - (PP-PI)		
SUPLENTE DE SECRETÁRIO		
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)		
2º - João Durval - (PDT-BA)		
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)		
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)		

LIDERANÇA		
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 15 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Líder do PR - 5 Magno Malta Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27 Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amelia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Mário Couto - PSDB (9) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (8) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6) Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5) PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	PPS - 1 Líder Itamar Franco - PPS	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Expediente	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 40ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 1º DE ABRIL DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão Temporária para propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil (**Ofício nº 74/2011, de 1º do corrente**). *Designação dos Senadores Paulo Bauer, como titular, e Cyro Miranda, como suplente, para comporem a referida comissão.* 09115

Do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, de que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão técnico do inteiro teor dos Avisos nºs 1, de 2011; 100, de 2010; 19 e 20, de 2011, e recomendado seu arquivamento. (**Ofícios nºs 33, 35, 39 e 40/2011, de 15 de março último**) 09115

Da Liderança do PTB no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA (**Ofício nº 78/2011, de 31 de março último**). *Designação dos Senadores Gim Argello, como titular, e Mozarildo Cavalcanti, como suplente, para comporem a referida comissão.* 09116

1.2.2 – Leitura de projetos

Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2011, de autoria da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que *aprova as Contas do Governo Federal no Exercício de 2005. (apresentado em conclusão do Parecer nº 47, de 2010-CN)* 09117

Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2011, de autoria da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que *sobresta a apreciação das Contas dos dirigentes da Câmara dos Deputados, Senado Federal, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Justiça Trabalhista, Justiça Eleitoral, Justiça Militar, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e Ministério Público da União, relativas ao Exercício de 2005, em virtude de medida cautelar do Supremo Tribunal Federal concedida na sede da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.238. (apresentado em conclusão do Parecer nº 47, de 2010-CN)* ... 09154

Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 2011, de autoria da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que *declara a regularidade e adequação das Contas do Tribunal de Contas da União referentes ao exercício de 2005. (apresentado em conclusão do Parecer nº 1, de 2011-CN)* 09191

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 81, 91, 92 e 93, de 2011. 09198

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, ao Projeto de Resolução nº 9, de 2011. 09198

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, ao Projeto de Resolução nº 10, de 2011. 09198

1.2.4 – Ofício da Ministra de Estado do Meio Ambiente

Nº 194, de 2011, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 599, de 2010, do Senador Arthur Virgílio. 09198

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR GEOVANI BORGES – Expectativa com relação à concretização do Terceiro Pacto Republicano. 09198

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Considerações a respeito de palestra proferida pelo ex-Subministro da Economia e Finanças da Itália, Sr. Mário Lettieri, durante encontro ocorrido no Paraná sobre a crise financeira internacional. 09199

SENADOR WALTER PINHEIRO – Registro da realização, hoje, da Romaria da Terra, em Bom Jesus da Lapa/BA; e outros assuntos. 09201

SENADOR WELLINGTON DIAS, como Líder – Registro da comemoração amanhã do Dia do Autismo; e outros assuntos. 09206

SENADOR PEDRO SIMON – Considerações acerca do pronunciamento do Senador Randolfe Rodrigues sobre a postura do ex-Presidente João Goulart frente ao golpe militar de 1964. 09209

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Apresentação de propostas para uma reforma política

completa, e não limitada, apenas, a aspectos eleitorais..... 09214

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Reflexão sobre a reforma do sistema eleitoral..... 09222

SENADOR PAULO PAIM – Comemoração pelos vinte anos do Mercosul; e outros assuntos..... 09227

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO DE ATA ANTERIOR

Ata da 23ª Sessão, Não Deliberativa, em 10 de março de 2011, e publicada no **Diário do Senado Federal nº 32**, do dia subsequente..... 09241

3 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO

3.1 – Secretaria-Geral da Mesa

3.1.1 – Resenha dos trabalhos legislativos de 1º a 31 de março de 2011

3.1.2 – Atas de Comissões Permanentes

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS

SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 40ª Sessão, Não Deliberativa, em 1º de abril de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim e Cristovam Buarque

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 5 minutos, e encerra-se às 13 horas e 18 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência designa os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda para integrarem, respectivamente, como titular e suplente a Comissão Temporária para propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil, nos termos do **Ofício nº 74/2011** da Liderança do Partido Social Democracia Brasileira – PSDB, em atendimento ao Ofício SF nº 381/2011.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 74/11 – GLPSDB

Brasília, março de 2011

Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício nº 381/11, indico os senadores PAULO BAUER e CYRO MIRANDA para integrarem, respectivamente, como titular e suplente a Comissão Temporária para propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa civil, podendo, para tanto, requerer informações, realizar audiências públicas e diligências externas, especialmente em Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro, estados onde ocorreram tragédias de grande proporções, bem como praticar outros atos que julgue necessários para consecução dos objetivos da Comissão.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 33, 35, 39 e 40, de 2011**, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão técnico do

inteiro teor dos **Avisos nºs 1, de 2011; 100, de 2010; 19 e 20, de 2011**, respectivamente, e recomendando seu arquivamento.

São os seguintes os ofícios:

Of. nº 33/2011/CAE

Brasília, 15 de março de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 4ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 15 de março, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 1 de 2011 (nº 1/2011-BCB-Presi), de 3 de janeiro de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de novembro de 2010, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 2/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 35/2011/CAE

Brasília, 15 de março de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 4ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 15 de março, foi dado conhecimento à Comissão de Aviso nº 100 de 2010 (nº 102/2010-BCB-Presi), de 30 de novembro de 2010, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de outubro de 2010, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. O expediente

foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 2/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**,
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 39/2011/CAE

Brasília, 15 de março de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 4ª Reunião Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 15 de março, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 19 de 2011 (nº 87-Seses-TCU-Plenário), de 2 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC-018.996/2010-8, pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 2-2-2011, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O Acórdão em questão é referente ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 23 de 2010 desta Casa. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 2/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**,
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 40/2011/CAE

Brasília, 15 de março de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 4ª Reunião Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 15 de março, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 20, de 2011 (nº 96-Seses-TCU-Plenário), de 2 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC-019.140/2010-0, pelo Plenário desta Corte, na Sessão Ordinária de 2-2-2011, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O Acórdão em questão é referente ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizado pela Resolução nº 26, de 2010 desta Casa. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 2/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**,
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As matérias vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência designa o Senador Gim Argello, como membro titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, como suplente, para integrarem a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA, em vagas destinadas ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, de conformidade com o **Ofício OF. Nº 078/11-GLPTB**, da Liderança do partido no Senado Federal.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 78/2011/GLPTB

Brasília, 31 de março de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e em atenção ao Ofício nº 148/2011-CN, comunico a Vossa Excelência que indico, pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, os Senadores Gim Argello como titular e Mozarildo Cavalcanti suplente para integrarem a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência de estima e consideração.

Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que os projetos de decreto legislativo apresentados como conclusão dos **Pareceres nºs 47, de 2010; e 1, de 2011-CN**, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, respectivamente, sobre os Avisos nºs 21 e 10, de 2006-CN, terão sua tramitação iniciada no Senado Federal, em obediência ao art. 142 do Regimento Comum, sob as seguintes numerações:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2011**, que aprova as Contas do Governo Federal no Exercício de 2005;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2011**, que sobresta a apreciação das Contas dos dirigentes da Câmara dos Deputados, Senado Federal, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Justiça Trabalhista, Justiça Eleitoral, Justiça Militar, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e Ministério Público da União, relativas ao Exercício de 2005, em virtude de medida cautelar do Supremo Tribunal Federal concedida na sede da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.238; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 2011**, que declara a regularidade e adequação das Contas do Tribunal de Contas da União referentes ao exercício de 2005.

São os seguintes os projetos:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 91, DE 2011

Aprova as Contas do Governo Federal no Exercício de 2005.

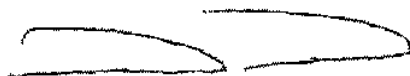
O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2005, nos termos do inciso IX do art. 49, combinado com, o inciso XXIV do art 84 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Ficam ressalvados os efeitos e repercussões das correções que venham a ser efetuadas nos Demonstrativos Contábeis e Financeiros que compõem a referida Prestação de Contas em decorrência dos fatos apontados nas Ressalvas apresentas no Relatório e Parecer Prévio, elaborados pelo Tribunal de Contas da União, sobre as Contas prestadas pelo Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2010.



Deputado **WALDEMIR MOKA**
Presidente



Deputado **GERALDO SIMÕES**
Relator



CONGRESSO NACIONAL
PARECER
Nº 47, DE 2010-CN

PARECER SOBRE AS CONTAS DO GOVERNO
FEDERAL - EXERCÍCIO DE 2005

RELATOR: Deputado Geraldo Simões

SUMÁRIO

I - RELATÓRIO	
I.1 – Introdução	1
I.1.1 – Histórico	1
I.1.2 – Aspectos normativos aplicáveis	1
I.2 – Desempenho da Economia Brasileira	1
I.2.1. Taxa de Juros e Nível de Preços	1
I.2.2 Nível de Emprego	1
I.2.3 Carga Tributária Nacional	1
I.2.4. Política Macroeconômica	1
I.2.5 Política Monetária e Creditícia	1
I.3 – Análise das Receitas e Despesas de 2005	1
I.3.1 – Limites para movimentação e empenho - contingenciamento	1
I.3.2 - Receitas	1
I.3.3 - Receita Tributária	1
I.3.4 - Receita de Contribuições	1
I.3.5 - Dívida Ativa	1
I.3.6 - Despesas	1
I.3.7 - Despesas com Pessoal	1
I.3.8 - Outras Despesas Correntes	1
I.3.9 - Despesas com Terceirização	1
I.3.10 - Restos a Pagar	1
I.3.11 - Benefícios Financeiros, Tributários e Creditícios	1
I.3.12 - Gestão Fiscal	1
I.3.13 - Limite de Gastos com Saúde	1
I.3.14 - Despesas com Irrigação	1
I.3.15 - Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	1
I.3.16 - Dívida Pública	1
I.4 – Ação Setorial do Governo Federal	1
I.4.1 – Execução de programas	1
I.4.2 - Poder Legislativo	1
I.4.3 - Poder Judiciário	1
I.4.4 - Ministério Público da União	1
I.5 - Análise Econômico-Financeira das Demonstrações Contábeis da União	1
I.5.1 - Balanço-Geral da União (BGU)	1
I.5.2 - Balanço Patrimonial (BP)	1
I.5.3 - Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)	1
I.5.4 - Balanço Orçamentário (BO)	1
I.5.5 - Balanço Financeiro (BF)	1
I.6 - Áreas Temáticas	1
I.6.1 - Combate à Corrupção	1
I.6.2 - A Controladoria-Geral da União (CGU)	1
I.6.3 - O Ministério Público Federal (MPF)	1
I.6.4 - O Departamento de Polícia Federal (DPF)	1
I.6.5 - Responsabilidade Social	1
I.6.6 - A atuação dos conselhos sociais	1
I.7 – Recomendações do TCU nas Contas do Governo de 2004 e Providências Adotadas	1
I.8 – Ressalvas e Recomendações do TCU nas Contas do Governo de 2005	1
I.9 Pareceres Prévios e Votos dos Ministros e Auditores	1
II – VOTO	
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**PARECER Nº 47, DE 2010-CN**

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre a MENSAGEN (MCN), Nº 33 de 2006, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento aos arts. 84, XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Prestação de Contas do Governo Federal, referente ao exercício de 2005”, bem como o OFN nº 10/2006 que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prestação de Contas da Câmara dos Deputados, relativa ao exercício de 2005”; OFN nº 11/2006 que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Gestão Fiscal, do Superior Tribunal Militar”; OFN nº 12/2006 “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Relatório de Contas Anual da Justiça Eleitoral, referente ao exercício financeiro de 2005”; OFN nº 13/2006 “Encaminha ao Congresso Nacional, o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal e nelas, incluídas, a do Conselho Nacional de Justiça, relativas ao exercício de 2005”; OFN nº 14/2006 “Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao que determina a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - o Relatório de Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2005, daquele Superior Tribunal de Justiça”; OFN nº 15/2006 “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a prestação de contas do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus - exercício de 2005”; OFN nº 16/2006 “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 71 inciso I da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o relatório de prestação de contas da Justiça do Distrito Federal e Territórios - Órgão 16.000”; OFN nº 17/2006 “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a prestação de contas da Justiça do Trabalho, referente ao exercício de 2005”; OFN nº 18/2006 “Encaminha ao Congresso Nacional a prestação de contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2005” e OFN nº 24/2006 “Relatório das Contas do Senado Federal, relativas ao exercício financeiro de 2005, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000.”

RELATOR: Deputado GERALDO SIMÕES

I - RELATÓRIO

I.1 – Introdução

I.1.1 – Histórico

Por meio da Mensagem nº 33, de 2006 - CN, datada de 12 de abril de 2006, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional as contas do Governo Federal, relativas ao exercício financeiro de 2005, em cumprimento ao estabelecido nos arts. 84, inciso XXIV, e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

As referidas contas foram encaminhadas em 26 de abril de 2006 ao Tribunal de Contas da União (TCU) para a emissão, no prazo de sessenta dias, do Parecer Prévio a que se refere o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, tendo sido designado relator o Ministro Valmir Campelo.

As contas do Poder Legislativo (Câmara dos Deputados e Senado Federal), Poder Judiciário (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Conselho da Justiça Federal e Justiça Federal de 1º e 2º Graus, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, e Superiores Tribunais Militar, de Justiça e Federal) e do Ministério Público da União foram encaminhadas ao Tribunal de Contas e também compõem a referida prestação de contas.

Ao acolher as conclusões apresentadas pelo Ministro Relator, o TCU aprovou, por unanimidade, o seguinte Parecer Prévio às Contas do Governo de 2005:

É DE PARECER que o Balanço Geral da União representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial em 31 de dezembro de 2005, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública Federal, estando assim as Contas do Poder Executivo de responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em condições de serem aprovadas, com ressalvas, pelo Congresso Nacional.

T.C.U., Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 1º de junho de 2006

ADYLSO MOTA, Presidente — Valmir Campelo, Ministro-Relator, Walton Alencar Rodrigues, Ministro — Guilherme Palmeira, Ministro Ubiratan Aguiar, Ministro — Benjamin Zymler, Ministro Augusto Nardes, Ministro Marcos Bemquerer Costa, Ministro-Substituto.

Concluída a análise no Tribunal, as contas foram oportunamente devolvidas ao Congresso Nacional, por meio do Aviso nº 21/2006-CN, juntamente com o parecer prévio e respectivo Relatório do Tribunal, além das declarações de voto dos Ministros sobre as contas dos órgãos do Poder Legislativo e Judiciário e do Ministério Público. Encaminhado o processado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, fui designado relator da matéria, missão da qual procuramos nos desincumbir com o máximo de zelo e dedicação.

I.1.2 – Aspectos normativos aplicáveis

O exame, pelo Poder Legislativo, das contas do governo materializa o sistema de “freios e contrapesos” que caracteriza a divisão de poderes em regimes democráticos.

O foro constitucional para o tratamento da matéria encontra-se nos arts. 84 e 49 da Carta Magna de 1988. O primeiro, art. 84, estabelece a obrigatoriedade de o Presidente da República prestar ao Congresso Nacional, anualmente, as contas do Governo Federal. O segundo, art. 49, atribui competência exclusiva do Congresso Nacional para julgar as contas prestadas pelo Presidente da República.

Para execução dessa tarefa, o Parlamento é auxiliado pelo Tribunal de Contas da União, a quem, conforme art. 71 da Constituição, compete elaborar parecer preliminar sobre as contas do governo. O papel do TCU na análise das contas do governo restringe-se à apreciação técnica da documentação encaminhada pelo Poder Executivo e à emissão do parecer prévio – distintamente do exame das contas dos responsáveis pela gestão da coisa pública, ocasião em que exerce poder jurisdicional. O parecer prévio constitui importante subsídio para o Congresso exercer, de forma esmerada, sua prerrogativa constitucional, sem cingir a atuação congressual às informações ali coligidas.

O conteúdo das contas de governo é definido na Lei Orgânica do Tribunal de Contas (Lei nº 8.443/92) e em seu Regimento Interno. O art. 36, parágrafo único, da Lei Orgânica, por exemplo, define que as contas devem consistir nos balanços gerais da União e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução do orçamento. Já o art. 221 do Regimento Interno define que:

(...) as demais contas incluirão quadro consolidado de gestão fiscal e relatório do respectivo órgão de controle interno contendo manifestação conclusiva acerca da conformidade da execução orçamentária e financeira no exercício com as metas fixadas no plano plurianual e com os dispositivos constitucionais e legais, em especial a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual.

O art. 222 remete a ato normativo específico do Tribunal de Contas à determinação da forma de apresentação do relatório que acompanha as contas prestadas pelo Presidente da República, elaborado pelo órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo.

No que concerne ao rito da análise, o art. 166 da Constituição determina que cabe à CMO examinar e emitir parecer sobre as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República. A tramitação das contas na CMO é regulada pela Resolução nº 01, de 2006 – CN. O art. 115 dessa Resolução determina ao relator das contas apresentar parecer que conclua por projeto de decreto legislativo, ao qual poderão ser apresentadas emendas na Comissão.

O julgamento das contas do governo deve fundamentar-se em juízo político do conjunto das ações públicas desenvolvidas pelos dirigentes máximos da Administração Pública. Alguns parâmetros, constitucionalmente previstos, podem ser utilizados para esse propósito, a exemplo do conteúdo da mensagem e do plano de governo que o Presidente da República deve remeter ao Parlamento, por ocasião da abertura da sessão legislativa (art. 84, XI, da CF), e do compromisso presidencial prestado ao tomar posse, de *manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil* (art. 78 da CF).

A obrigatoriedade de os agentes políticos cumprirem fielmente a modelagem principiológica presente na Constituição remete, ainda, ao exame da adequação das políticas públicas aos fundamentos constitucionais e aos objetivos fundamentais do país (arts. 1º e 3º da CF), bem como aos princípios constitucionais da administração pública (art. 37 da CF). É inegável que o julgamento das contas, em vista da natureza dos fatores e parâmetros a serem examinados, apresenta forte conotação subjetiva, o que, de resto, não o infirma como ferramenta da maior relevância para o aperfeiçoamento democrático e a otimização das políticas públicas implementadas no País. Ao contrário, é o Parlamento o fórum indicado para as discussões e embates programáticos acerca das ações públicas, passadas e futuras.

Ressalte-se, por fim, que, além do Poder Executivo, devem também prestar contas os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público, nos termos da Constituição Federal.

Esclarecemos, ainda, que os arts. 56 e 57 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000) tiveram sua eficácia suspensa por medida cautelar na ADIN nº. 2.238 (impetrada pelo PT, PC do B e PSB), na assentada de 8/8/2007, porém, no nosso entendimento, isso não afasta o dever de prestar contas dos órgãos dos três Poderes e do Ministério Público, tendo em vista o mandamento constitucional que prevê o dever de prestar contas por parte dos que administrem recursos públicos, nem a titularidade do controle externo do Poder Legislativo, o que possibilita a análise das respectivas informações apresentadas por esse relatório. O que, no nosso entendimento, fica prejudicada é a apreciação do mérito das respectivas contas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal não disciplina pontos essenciais do instituto de prestação de contas, nada definindo sobre o conteúdo, a estrutura e os critérios de julgamento, ficando clara a premente necessidade de o Congresso Nacional elaborar norma regulamentadora da prestação de contas, de forma a torná-la um instrumento que contribua, efetivamente, para aumentar a transparência democrática dos Poderes da União.

Ressaltamos, também, que está previsto no art. 117 da Resolução 01/2006-CN, que integra o Regimento Comum do Congresso Nacional, que prevê o uso da legislação e dos procedimentos do TCU pelo Congresso na ausência de norma específica sobre o Controle:

Art. 117. No exercício da competência de que tratam os arts. 70 e 71 da Constituição aplica-se, no que couber, o disposto na Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

O Parecer Prévio do Tribunal de Contas fundamenta-se em estudos técnicos pormenorizados, cujos relatórios foram encaminhados a esta Casa e encontram-se disponíveis para análise dos parlamentares e da sociedade. Em vista disso, não há necessidade de o presente parecer alongar-se em minúcias e reproduzir o que está detalhado no Relatório do TCU. Adotaremos, alternativamente, a metodologia de destacar os aspectos mais importantes das contas do governo e as diligências a serem adotadas para sanar problemas e aperfeiçoar a gestão das contas públicas.

O Parecer Prévio do TCU está organizado em nove capítulos, a saber:

- 1 Introdução
- 2 Desempenho da economia brasileira
- 3 Análise das receitas e despesas no exercício de 2005
- 4 Ação setorial do governo federal

5 Análise econômico-financeira das demonstrações contábeis da União

6 Áreas temáticas

7 Recomendações do Tribunal de Contas da União nas contas do Governo da República de 2004 e providências adotadas

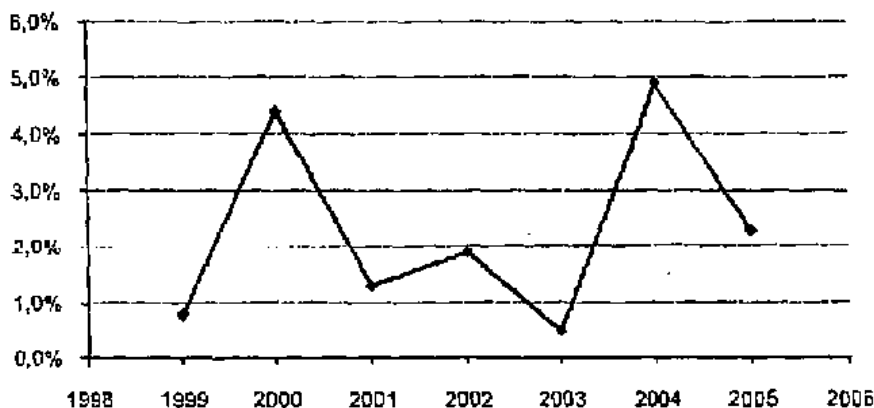
8 Conclusões

9 Pareceres prévios e votos dos Ministros e Auditores

I.2 – Desempenho da Economia Brasileira

A economia brasileira cresceu menos em 2005 do que no ano anterior. A taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) a preços de mercado foi de 2,3% em 2005, contra 4,9% em 2004. O gráfico a seguir mostra como o crescimento do PIB tem variado nos últimos anos.

Variação real anual do PIB



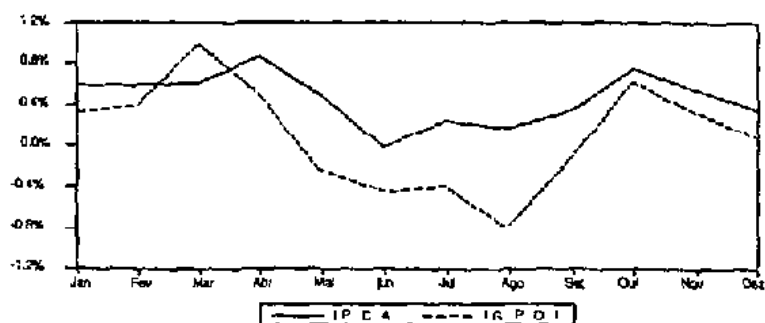
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

I.2.1. Taxa de Juros e Nível de Preços

A taxa anual de juros Selic ao longo do exercício de 2005 esteve bem próxima da sua meta. A taxa ao final do ano era de 18,49% a.a., contra uma meta de 18,50% a.a.

A taxa de inflação em 2005, medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi de 5,69% a.a. contra 7,60% a.a. em 2004. Além de ser menor do que a do ano anterior, a taxa de inflação manteve-se dentro dos limites de tolerância da meta estabelecida, que era de 5,1% a.a., aceitando-se resultados entre 3,1% e 7,1%.

Taxa de Inflação 2005: IPCA/IGP-DI - 2005



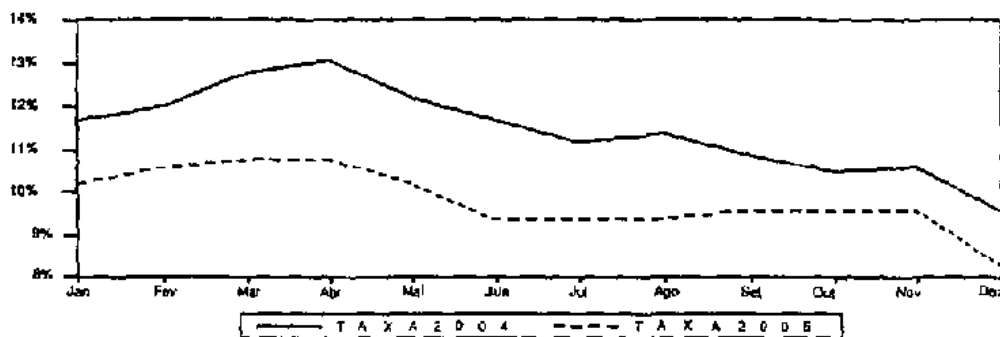
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

1.2.2 Nível de Emprego

A taxa de crescimento do emprego formal em 2005 foi de 5,09%, ou seja, um ritmo de crescimento mais lento que o de 2004, quando o emprego formal cresceu 6,55%. Apesar dessa desaceleração, a taxa de desemprego continuou diminuindo suavemente. Em termos anuais, a taxa em 2005 foi de 9,8% contra 11,5% em 2004.

O rendimento real anual de 2005 foi de R\$ 1.015,67 contra R\$ 993,15 em 2004. No cálculo desse valor, considera-se o total pago a título de salários dividido pela quantidade de trabalhadores empregados, retirando-se o efeito da inflação.

Taxa de Desemprego Mensal de 2004 a 2005



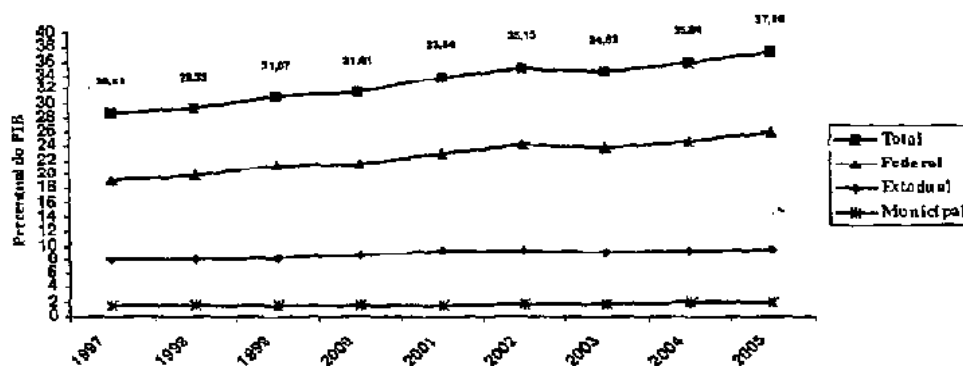
Fonte: IBGE.

1.2.3 Carga Tributária Nacional¹

A carga tributária de um país representa a parcela de recursos que o Estado retira compulsoriamente dos indivíduos e empresas, como forma principal de financiar o conjunto das atividades do governo.

Em relação a 2004, houve um acréscimo de 1,58%. Em termos nominais, ou seja, se utilizados valores não corrigidos pelas taxas de inflação, a arrecadação total das receitas incluídas no cálculo da carga tributária cresceu 14,55% em comparação com 2004, enquanto no mesmo período, o crescimento do PIB foi de 9,68%.

Evolução da Carga Tributária



Fonte: DPEA

1.2.4. Política Macroeconômica

A política fiscal de 2005 não foi tão restritiva quanto a executada em 2004, como pode ser verificado pela avaliação comparativa entre os dois exercícios referente às Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) e à Execução de Caixa do Tesouro Nacional.

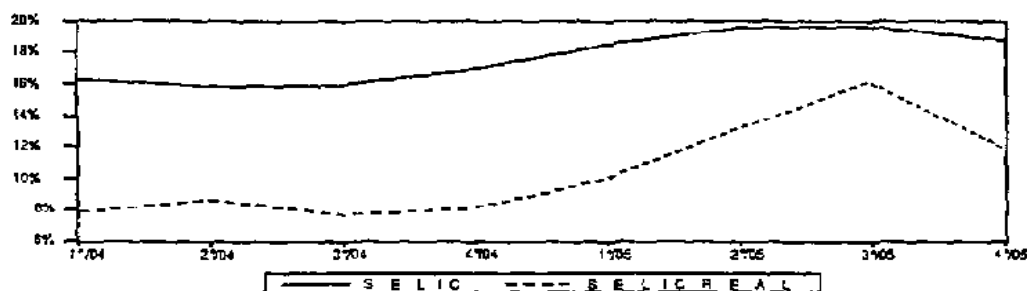
O desempenho fiscal da esfera federal (Governo Federal, Bacen, INSS e empresas estatais federais) atingiu com alguma folga a meta do resultado primário de 3,15% do PIB fixada pela LDO em 2005. O superávit primário foi atingido com 3,56% do PIB, sendo 2,88% para os orçamentos fiscal e da seguridade social e 0,68% para as estatais federais. Destaque-se que o resultado primário para o Governo Federal foi o maior dos últimos 10 anos. O superávit primário de 2004 foi de 3,48% do PIB.

¹ esse indicador econômico é obtido pelo quociente entre a receita tributária (impostos, contribuições e taxas) total e o valor do Produto Interno Bruto do país, em determinado exercício fiscal.

I.2.5 Política Monetária e Creditícia

Pode-se observar no gráfico apresentado a seguir que a política monetária em 2005 foi mais austera que a de 2004. Fica claro na análise gráfica que a taxa de juros real, Over/Selic, deflacionada pelo IPCA, Selic-real, apresenta um crescimento mais acentuado do quarto trimestre de 2004 até o terceiro trimestre de 2005, quando começa a declinar.

Taxas Básicas de Juros - Dados Trimestrais de 2004 a 2005



Fonte: IPEA

I.3 – Análise das Receitas e Despesas de 2005

O Anexo de Metas Fiscais da LDO para 2005, Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, estabeleceu meta de superávit primário de 4,25% do PIB para o setor público consolidado em 2005. A participação do governo federal nessa meta foi fixada em 3,15% do PIB, para a qual o governo central contribuiria com 2,45% do PIB e as empresas estatais federais contribuiriam com 0,70% do PIB, podendo tais resultados ser compensados entre si. Estabeleceu, também, a meta do resultado nominal (déficit de 0,64% do PIB) e o montante da dívida líquida (35,43% do PIB) para governo central e empresas estatais federais.

O resultado primário superavitário (R\$ 93,5 bilhões ou 4,83% do PIB) do setor público consolidado ficou acima da meta de 4,25% do PIB estabelecida para 2005, o que confirma a trajetória ascendente dos resultados positivos obtidos pela administração em razão de significativos ajustes orçamentários.

No que se refere à esfera federal, formada pela soma dos resultados de governo central e empresas estatais federais, a meta de superávit primário (R\$ 57,2 bilhões ou o equivalente a 3,15% do PIB) foi cumprida com folga (R\$ 68,9 bilhões ou 3,56% do PIB), graças ao bom desempenho do governo central. Este obteve superávit primário (R\$ 55,7 bilhões ou 2,88% do PIB) bem superior ao fixado para 2005 (R\$ 44,5 bilhões ou 2,45% do PIB), suficiente para compensar o resultado (R\$ 13,2 bilhões ou 0,68%) alcançado pelas empresas estatais federais, que ficaram abaixo da meta de 0,70% do PIB.

I.3.1 – Limites para movimentação e empenho - contingenciamento

O orçamento geral da União para 2005 fixou o total da despesa em R\$ 1,642 trilhão, sendo R\$ 36,0 bilhões para o orçamento de investimento das empresas estatais e R\$ 1,606 trilhão para os orçamentos fiscal e da seguridade social. Deste valor, R\$ 935,8 bilhões foram reservados para o refinanciamento da dívida pública federal.

Ao longo do ano, foram aprovados créditos adicionais ao orçamento, no montante de R\$ 28,1 bilhões, o que alterou o montante da despesa fixada para R\$ 1,670 trilhão ao final de 2005.

A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê limitação de empenho e de movimentação financeira dos Poderes e do Ministério Público, com o objetivo de garantir os instrumentos necessários ao alcance da meta de superávit primário definida na LDO. Tal limitação, entretanto, não pode atingir as dotações destinadas ao pagamento do serviço da dívida, as despesas constitucionais e legais do ente, e as ressalvadas pela LDO, as quais são chamadas "despesas obrigatórias". Excluídas essas despesas, restou o montante de R\$ 90,1 bilhões sujeito a contingenciamento.

A capacidade de movimentação e de empenho dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União foi restringida, inicialmente, em R\$ 259,1 milhões, mas, no decorrer do exercício, foi ampliada em R\$ 109,7 milhões. Com esse descontingenciamento, a restrição final à execução dos orçamentos dos órgãos ou entidades envolvidos foi de R\$ 149,4 milhões.

No Poder Executivo, a faculdade de empenho foi inicialmente restringida em R\$ 15,8 bilhões. No decorrer do exercício, foi ampliada em R\$ 8,5 bilhões, o que deveria resultar em uma limitação final de R\$ 7,3 bilhões. Entretanto, em razão das alterações efetivadas nas dotações orçamentárias sujeitas a contingenciamento, a restrição para empenho no Executivo alcançou o montante de R\$ 10,1 bilhões ao final do exercício. Ficaram disponíveis para empenho, portanto, R\$ 80,0 bilhões.

Já os limites de pagamento foram inicialmente fixados em R\$ 68,4 bilhões. Contudo, os Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda receberam autorização para ampliarem esse valor em R\$ 10,4 bilhões, o que detenuinou um limite de pagamento final de R\$ 78,8 bilhões. Esse montante é R\$ 1,2 bilhão inferior ao limite autorizado para empenho. Os limites, entretanto, atendem ao pagamento tanto das despesas previstas no orçamento corrente, quanto de restos a pagar, quando referentes a despesas primárias discricionárias.

Os contingenciamentos realizados acima das metas fiscais reduzem o volume de recursos para a execução dos programas de governo. Essa redução é tão expressiva quanto as disponibilidades de recursos que permanecem na Conta Única do Tesouro Nacional sem utilização.

1.3.2 - Receitas

O total da receita arrecadada foi de R\$ 1,2 trilhão, frustrando a previsão contida na Lei Orçamentária Anual de 2005, de R\$ 1,6 trilhão. A tabela a seguir demonstra que a diferença entre a arrecadação prevista e a executada decorreu do comportamento das receitas de capital, à semelhança do ocorrido em 2004. De fato, o desempenho dessas receitas é fortemente influenciado pelo mercado financeiro, o que dificulta sua previsão.

Receita Arrecadada - 2005 (em R\$ milhões)

Discriminação da Receita	Receita Prevista (A)	Receita Realizada (B)	% (B/A)
Receitas Correntes ¹³	514.205	527.325	102,55
Receitas de Capital ¹⁴	1.092.197	633.844	58,03
Total	1.606.403	1.161.169	72,28

Fonte: Balanço Geral da União.

I.3.3 - Receita Tributária

A arrecadação nominal da Receita Tributária no ano de 2005 superou em 20,50% a arrecadação de 2004, mantendo-se assim a tendência observada em anos anteriores. Este desempenho deveu-se, em grande parte, à arrecadação dos impostos (20,38%), contribuições (13,07%) e outras receitas correntes (105,94%).

I.3.4 - Receita de Contribuições

O principal tributo que contribuiu para o bom desempenho global da arrecadação foi a Cofins. Esse desempenho ocorreu em razão da tributação das importações decorrente da Lei nº 10.833/03, que introduziu a tributação dos insumos importados pelas empresas sujeitas a não cumulatividade e da Lei nº 10.865/04, que estendeu a tributação a todos os produtos importados.

I.3.5 - Dívida Ativa

Quanto às receitas advindas da cobrança da dívida ativa, há superdimensionamento dos valores. Foram consideradas em 2005 receitas recebidas em 2003 e 2004 no âmbito do Programa de Parcelamento Especial (Paes). Tais receitas não poderiam ser computadas em 2005, em razão do regime de caixa, o qual impõe que os créditos da fazenda pública sejam escriturados como receita do exercício em que foram arrecadados.

I.3.6 - Despesas

Em 2005, foram realizados dispêndios no montante de R\$ 1,1 trilhão, cerca de 22% superior à despesa realizada no exercício de 2004. Se excluídas as transferências realizadas a Estados, Municípios e Distrito Federal e os pagamentos relativos à dívida pública (encargos, amortizações e refinanciamento), a despesa orçamentária realizada em 2005 foi de R\$ 349,3 bilhões, o que representou aumento nominal de 14% em relação ao exercício de 2004.

Os gastos com “Encargos Especiais”, que incluem o pagamento de dívidas, transferências de recursos e refinanciamento da dívida pública federal, representaram cerca de 68% do total das despesas em 2005, que, somados às despesas com “Previdência Social”, responderam por 85% das despesas totais.

I.3.7 - Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal, civil e militar, e encargos sociais aumentaram 5% de 2004 para 2005. A maior parte desses dispêndios refere-se ao pagamento de ativos (45%),

inativos (29%) e pensionistas (15%). O incremento com pagamento de despesas de aposentadorias, reformas e pensões, inclusive militares, foi, em média, de 24% em relação ao ano anterior. O aumento dos dispêndios com remuneração de pessoal civil foi de 15% e de militares, 11%.

1.3.8 - Outras Despesas Correntes

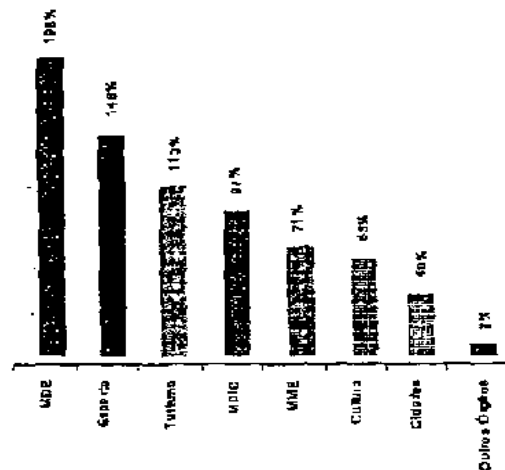
Os dispêndios a título de "Outras Despesas Correntes" aumentaram 21% entre 2004 e 2005. Em 2005, a participação dessas despesas nos orçamentos fiscal e da seguridade foi de 30%, semelhante à do ano de 2004. Destacam-se, em 2005, os gastos com benefícios previdenciários e assistenciais, cerca de 49% do total desse grupo de despesa. São também significativas as despesas com as contribuições (8%) e a distribuição de receitas a outras esferas de governo (27%).

1.3.9 - Despesas com Terceirização

Os dispêndios com terceirização atingiram, em 2005, o montante de R\$ 7,5 bilhões, cerca de 26% superior ao de 2004.

A terceirização vem sendo utilizada em grande escala. O gráfico ilustra a comparação entre os gastos com terceirização realizados por alguns Ministérios e as respectivas despesas com pessoal.

Relação Gastos com Terceirização / Despesas com Pessoal



Fonte: Siafi.

1.3.10 - Restos a Pagar

O volume de restos a pagar inscritos em 2004, para pagamento em 2005, foi de R\$ 21,6 bilhões. Apesar de ser 32% menor do que a inscrição realizada ao final de 2003, esse valor corresponde a mais de três vezes a dotação orçamentária final do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2005, e se aproxima de todo o valor pago no âmbito do Ministério da Educação (R\$ 24,3 bilhões em 2005).

Dos recursos inscritos ao final de 2004, verifica-se que 22% foram cancelados em 2005, ou R\$ 4,7 bilhões. Desse montante, destacam-se os valores inscritos em restos a pagar

não-processados para pagamento de amortização da dívida, no valor de R\$ 1,1 bilhão, os quais foram quase integralmente cancelados.

Da comparação dos montantes globais dos restos a pagar dos exercícios de 2004 e 2005, observa-se forte aumento nos valores inscritos em Restos a Pagar (83%), tendo o incremento na inscrição de Restos a Pagar Não-Processados atingido o percentual de 95%. O valor total inscrito representa cerca de 6% do total da despesa empenhada no exercício, exceto o refinanciamento da dívida pública.

Variação dos Restos a Pagar no Exercício de 2005

(em R\$ milhares)				
Exercício	Total das Despesas Empenhadas (exceto refinanciamento da dívida)	Restos a Pagar Processados no Exercício	Restos a Pagar Não-Processados no Exercício	Total dos Restos a Pagar no Exercício
2004	543.763.002	2.806.567	17.384.521	20.191.088
2005	606.933.821	2.969.401	33.977.897	36.947.298
Varição	11,62%	5,80%	95,45%	82,89%

Fontes: Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária da União e de Gestão Fiscal dos exercícios de 2004 e 2005.

1.3.11 - Benefícios Financeiros, Tributários e Creditícios

A Secretaria da Receita Federal (SRF) estimou em R\$ 31,3 bilhões o montante global das renúncias relativas às receitas arrecadadas pelo órgão. As renúncias mais expressivas são aquelas vinculadas ao Imposto de Renda (IR), ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), estimadas em R\$ 25,5 bilhões.

Em termos de participação regional, o Sudeste detém 42,7% do total de incentivos, principalmente em razão do peso do IR (R\$ 5,6 bilhões), que responde por 42,2% da renúncia efetuada em favor dessa região. A Região Norte vem em segundo lugar, com R\$ 6,4 bilhões, ou 20,6% do total da renúncia. Esses benefícios da Região Norte decorrem, em sua maior parte, da Zona Franca de Manaus, que responde por R\$ 4,5 bilhões ou 70,0% desse valor.

1.3.12 - Gestão Fiscal

Um dos principais balizadores utilizados para a verificação da responsabilidade na gestão fiscal, nos termos das determinações da LRF, é a receita corrente líquida (RCL). Em 2005, a RCL atingiu a cifra de R\$ 303,0 bilhões, sendo superior à do exercício de 2004 em 15%.

A despesa líquida total com pessoal (DTP) da União atingiu montante da ordem de R\$ 83,0 bilhões. Todos os Poderes e órgãos da União observaram os limites estipulados nos arts. 20, 22 e 59 da LRF.

O montante de operação de crédito contratado foi inferior às despesas de capital, o que comprova o cumprimento da norma insculpida no inciso III do art. 167 da Constituição. Do total das operações de crédito realizadas em 2005, no montante de R\$ 587,2 bilhões, cerca de 86% destinaram-se ao refinanciamento das dívidas interna e externa. Deve-se registrar, ainda, que a relação entre o total das operações de crédito realizadas e a RCL passou de 168% para 194%.

As garantias concedidas, que em 2005 atingiram o montante de R\$ 80,1 bilhões, apresentaram redução de quase 37% quando comparadas aos montantes observados em 2004.

Da mesma forma, houve redução de 50% nas contragarantias obtidas pela União, que atingiram o valor global de R\$ 42,6 bilhões.

I.3.13 - Limite de Gastos com Saúde

A União empenhou o montante de R\$ 37,4 bilhões em despesas da área de Saúde em 2005, deduzidos os restos a pagar cancelados. Esse valor está cerca de R\$ 422,6 milhões acima do limite mínimo de gastos em ações e serviços públicos de saúde. Os recursos empenhados em 2005 representam um incremento de 14,8% em relação ao exercício anterior, percentual superior aos 13,5% de crescimento nominal do PIB entre os exercícios de 2003 e 2004, referenciais para o cálculo da alocação desses recursos no exercício de 2005. Fica caracterizado, dessa forma, o cumprimento ao limite mínimo estabelecido no art. 77, inciso 1, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), com a redação dada pela Emenda Constitucional nº29/2000.

I.3.14 - Despesas com Irrigação

Dos R\$ 209,5 milhões investidos em irrigação à conta do orçamento geral da União, apenas R\$ 7,1 milhões foram aplicados na Região Centro-Oeste, ou seja, 3% do total. Foi descumprido, portanto, o preceito do inciso 1 do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que determina a aplicação, nos 25 (vinte e cinco) anos subsequentes à promulgação da Constituição, do mínimo de 20% na Região Centro-Oeste.

I.3.15 - Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

O orçamento de investimento para 2005 englobou as programações de 72 empresas estatais federais. Essas empresas realizaram investimentos no valor de R\$ 28,1 bilhões, cerca de 79% da dotação final autorizada.

Das estatais constantes do orçamento de investimento, cinco apresentaram ações com nível de realização superior à dotação aprovada, quais sejam: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), Petrobras Distribuidora S.A., Companhia de Eletricidade do Acre, Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG) e Boa Vista Energia S.A.

I.3.16 - Dívida Pública

Em 2005, o saldo da dívida líquida do setor público (DLSP) aumentou em R\$ 45,5 bilhões e ultrapassou, pela primeira vez na história, o valor de R\$ 1 trilhão. A relação entre a dívida e o PIB, no entanto, sofreu ligeira redução, de 51,67% para 51,49%.

Entre os fatores que condicionaram essa variação, podem ser destacados os seguintes: a apropriação de R\$ 157,1 bilhões de juros nominais aos saldos da dívida líquida, o que representou aumento de 8,07% em relação ao PIB; o superávit primário de R\$ 93,5 bilhões, que contribuiu para reduzir o montante do endividamento líquido em 4,80% do PIB; e o próprio crescimento do Produto Interno Bruto, que contribuiu para reduzir a relação DLSP/PIB em 2,52 pontos percentuais.

I.4 – Ação Setorial do Governo Federal

I.4.1 – Execução de programas

Dos 80 programas existentes com média de execução física superior a 60%, 53 (66%) apresentaram execução orçamentária igual ou superior a 75% da dotação prevista na LOA/2005. De forma geral, pode-se afirmar que os programas com tais características seguiram o planejamento proposto na Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional,

uma vez que o desembolso orçamentário foi acompanhado de alcance de metas físicas correspondentes e proporcionais. Acrescenta-se que apenas 32 (40%) desses programas tiveram ações classificadas como prioritárias pela LD012005, e 48 (60%), não-prioritárias.

Detectaram-se 100 programas, por sua vez, que tiveram média de execução física inferior a 60% da meta prevista na LOA 2005. Desses, 52 apresentaram, em média, execução orçamentária igual ou superior a 75% da dotação prevista na LOA 2005. Isso significa dizer que esses 52 programas obtiveram alto grau de execução orçamentária, enquanto o alcance das metas físicas foi baixo, atestando falta de planejamento ou de economia de recursos orçamentários na sua execução.

Ressalte-se que a execução orçamentária e física dos 180 programas analisados atingiu, em média, os percentuais de 73% e 52%, respectivamente. Das funções governamentais que alcançaram desempenho físico superior a 60%, destacam-se: Desporto e Lazer, Relações Exteriores, Administração, Cultura, Educação, Defesa Nacional e Assistência Social. Por outro lado, as funções Comércio e Serviços, Legislativa, Urbanismo, Energia, Saneamento, Segurança Pública, Habitação e Comunicações tiveram média de execução física inferior a 40% da meta prevista na LOA 2005.

A análise da execução físico-financeira dos programas prioritários em relação aos não-prioritários, tendo-se como referência a LDO/2005 - Lei nº 10.934/2004, evidenciou que, dos 180 programas analisados, 72 (40%) continham ações consideradas prioritárias e 108 (60%), não prioritárias. Apurou-se que, em média, a execução orçamentária dos programas não prioritários foi de 75%, superior a dos programas prioritários, 70%. No entanto, quando se tem como fundamento o alcance das metas físicas, os programas prioritários apresentaram média de 53%, superior em um ponto percentual ao índice de 52% aferido pelos não prioritários.

Diante do exposto, é de se salientar que, apesar do MPOG ter empreendido melhorias no processo de elaboração de programas, existem ainda dificuldades no acompanhamento dos resultados dos programas governamentais, notadamente da sua execução físico-financeira, em virtude de diversos fatores, dos quais se destacam: inexistência de atributos de programas, falta de registro de execução de metas físicas no Sigplan, e falhas na definição das metas físicas.

1.4.2 - Poder Legislativo

No exercício de 2005, a Lei Orçamentária Anual fixou para o Senado Federal o montante final de R\$ 2,6 bilhões, destacando-se o programa "Atuação Legislativa do Senado Federal", com R\$ 1,8 bilhão, à conta do qual foram executadas despesas no montante de R\$ 1,7 bilhão, cerca de 93% da sua dotação autorizada. Foram apresentadas cerca de 5.200 proposições, das quais 2.867 matérias foram avaliadas pelo Plenário da Casa, sendo 2.756 aprovadas.

Para a Câmara dos Deputados, foi consignada dotação de R\$ 2,6 bilhões, tendo a maior parcela -76% - sido destinada ao programa "Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados", com destaque para "Processo Legislativo", ação que se destina a assegurar a força de trabalho necessária à plena atuação da Casa, que alcançou o montante de R\$ 1,7 bilhão, correspondendo a 68% das despesas globais executadas pelo órgão em 2005. Do total de 11.619 proposições apresentadas à Mesa Diretora, foram apreciadas 4.314 proposições (37%), sendo 4.133 nas Comissões e 181 no âmbito do Plenário da Casa.

I.4.3 - Poder Judiciário

No exercício de 2005, foi consignada ao Supremo Tribunal Federal a dotação de R\$ 304 milhões, dos quais R\$ 226 milhões foram alocados ao programa finalístico do órgão - "Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal" - tendo sido executado o montante de R\$ 217 milhões (96%). A atividade processual do órgão alcançou 105.962 decisões, contra 103.407 em 2004, representando um acréscimo de 2%.

O Superior Tribunal de Justiça contou com dotação orçamentária de R\$ 605 milhões, tendo sido executados R\$ 549 milhões (91%). Quanto à atividade judicante do órgão, o relatório do STJ destaca o julgamento de 271.428 processos, correspondendo a um aumento de 12% em relação a 2004, quando houve julgamento de 241.309 processos.

A Justiça Federal teve consignada dotação de R\$ 5,7 bilhões, acrescida dos destaques recebidos, na ordem de R\$ 4,4 bilhões, destinados a pagamento de sentenças judiciais de outros poderes e órgãos federais, nos termos do § 2º do art. 100 da Constituição Federal. A despesa executada foi de R\$ 6,2 bilhões, dos quais 38% (R\$ 2,4 bilhões) referentes ao pagamento de precatórios. Quanto aos resultados operacionais, destaca-se a elevação do número médio de processos julgados, por Juiz, representando um acréscimo de 7% em relação a 2004.

A Justiça do Trabalho foi destinada dotação de R\$ 7,1 bilhões, que somada à movimentação externa de crédito resultou em um orçamento disponibilizado de R\$ 7,3 bilhões, dos quais foram executados R\$ 6,6 bilhões (90%). No período em análise, foram recebidos cerca de 2.401 processos, dos quais foram julgados 2.290, perfazendo 95% do total.

A Justiça Eleitoral contou, em 2005, com dotação orçamentária no montante global de R\$ 2,5 bilhões, dos quais foram executados R\$ 2,4 bilhões, o que corresponde a 97% dos créditos disponibilizados. Em 2005, a atividade jurisdicional do órgão foi menos intensa que no exercício anterior, ocasião em que ocorreram as eleições municipais, tendo sido julgados 18.335 processos, marca inferior ao total decidido em 2004 (47.221).

A Justiça Militar contou, em 2005, com dotação de R\$ 204 milhões, dos quais foram executados R\$ 201 milhões, representando 98% do total. Durante o exercício de 2005, o órgão julgou 1.628 processos, contra 1.346 julgados em 2004, representando um acréscimo de 21% de um exercício para o outro.

A dotação orçamentária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios foi de R\$ 926 milhões, dos quais foram executados R\$ 918 milhões (99%). Em 2005, o órgão julgou 280.430 processos, entre sentenças e acordos, observando-se acréscimo de 9% em relação aos 256.441 julgados no exercício anterior.

I.4.4 - Ministério Público da União

A Lei Orçamentária Anual para 2005 consignou ao Ministério Público da União uma dotação, já reajustada por créditos adicionais, no montante de R\$ 2,0 bilhões, dos quais 98% foram executados. De acordo com o Relatório de Prestação de Contas do órgão, a função orçamentária "Essencial à Justiça" representou a maior parte das despesas executadas no exercício de 2005, correspondendo a 84%, sendo que a subfunção "Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário" registrou 77% do total.

I.5 - Análise Econômico-Financeira das Demonstrações Contábeis da União

I.5.1 - Balanço-Geral da União (BGU)

Integram o Balanço-Geral da União (BGU) os demonstrativos contábeis dos órgãos da administração direta dos três Poderes e do Ministério Público, das autarquias - todas com exceção dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, das fundações públicas, das empresas públicas, das sociedades de economia mista, quando na condição de estatais dependentes e dos fundos especiais, de natureza orçamentária.

As entidades contábeis² de natureza jurídica de direito público utilizam contabilidade pública e integram os orçamentos fiscal e da seguridade social (OFSS) da União. As entidades contábeis de natureza jurídica de direito privado podem usar contabilidade pública ou comercial, a depender de sua condição de dependência econômica do ente Controlador.

Não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA), além dos conselhos de profissões constituídos como autarquias, as empresas que recebem recursos da União apenas sob a forma de participação acionária, pagamento pelo fornecimento de bens e pela prestação de serviços, pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos e transferências para aplicação em programas de financiamento, conforme definido pela LDO.

O universo analisado contempla todos os Ministérios e a Presidência da República, suas entidades da administração indireta, as Casas Legislativas, os Tribunais do Judiciário e o Ministério Público. Não estão incluídos na análise:

a) Tribunal de Contas da União (TCU), por não estar submetido ao universo passível de parecer prévio;

b) as unidades diplomáticas no exterior, por não integrarem o sistema Siasf a despeito do disposto no Acórdão TCU nº 347/2006 — Plenário;

c) a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), empresa pública criada pela Lei nº 10.972, de 2/12/2004, por não apresentar dotações nos orçamentos fiscal ou da seguridade social ou movimentação patrimonial no período.

I.5.2 - Balanço Patrimonial (BP)

No tocante à consolidação dos BP nos diversos órgãos e entidades pertencentes à entidade econômica "orçamento fiscal e da seguridade social", persistem os seguintes problemas contábeis que geram duplicidades, a despeito de já haverem sido promovidas melhorias:

a) rubricas de direitos e obrigações decorrentes de transações que envolvem entidades abrangidas na consolidação (órgãos e entidades);

b) rubricas de obrigações tributárias, quando o favorecido é órgão/entidade considerada na consolidação;

c) encargos sociais a recolher quando o favorecido é órgão/entidade considerada na consolidação.

² Entidade contábil: patrimônio destacado (autônomo) sob controle contábil. O princípio da entidade reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos (Resolução CFC nº 750, de 29/1 2/1 993)

1.5.3 - Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A estrutura da DVP vem se apresentando de forma desarmonica, dificultando a transparência das informações contábeis, além de apresentar diferenças nos valores consolidados.

1.5.4 - Balanço Orçamentário (BO)

Os valores das despesas e receitas executadas registrados no BO não coincidem, em vários casos, com os valores constantes da DVP e do Balanço Financeiro. Isso é um grave problema de confecção e estruturação de balanços. Ademais, ainda no tocante à estrutura, as colunas de receitas e despesas não vêm apresentando valores equilibrados.

A despeito dessas considerações, o que mais chama a atenção é a ausência de balanços orçamentários para as entidades da administração indireta e fundos.

1.5.5 - Balanço Financeiro (BF)

O BF, quando consolidado em nível de tipo de administração, apresenta valor diferente daquele obtido quando são somados os órgãos e entidades e tipos de administração que o compõem.

Isso ocorre porque, na elaboração do consolidado do balanço financeiro, podem existir situações de compensação de algumas rubricas do balanço em função da sua regra de formação, dando-se tratamentos diferenciados para saldos credores e devedores de algumas contas contábeis.

As diferenças ocorridas em 2005 foram explicadas, mas, apesar disso, o procedimento de consolidação deve ser alterado para que ocorrências semelhantes não voltem a acontecer nos exercícios futuros.

1.6 - Áreas Temáticas

1.6.1 - Combate à Corrupção

Buscou-se identificar as principais ações desenvolvidas por quatro dos órgãos que atuam no combate à corrupção, além do próprio TCU, bem como apontar algumas das lacunas e oportunidades de melhoria desse complexo aparato governamental.

1.6.2 - A Controladoria-Geral da União (CGU)

Têm sido implementadas importantes adequações estruturais e regimentais na Controladoria-Geral da União no intuito de potencializar as ações de combate à corrupção e de integração com os demais órgãos de fiscalização e controle. As ações desenvolvidas pelo órgão nos últimos anos, sobretudo as fiscalizações nos municípios e as ações conjuntas com a Polícia Federal e Ministério Público, têm dado credibilidade à CGU junto à opinião pública.

O Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos já atingiu 1.041 municípios brasileiros. No exercício de 2005, foram realizados cinco sorteios, que resultaram na fiscalização de trezentos municípios, e três sorteios referentes aos estados e Distrito Federal, sendo fiscalizados alguns programas executados em doze estados a cada sorteio.

Além disso, diante da constatação de que um dos principais motivos para a não abertura de sindicâncias e processos administrativos disciplinares contra agentes públicos era a inexistência de servidores capacitados para a realização desses procedimentos, foi instituído o Programa de Qualificação em Processo Administrativo Disciplinar.

Em 2005, foram capacitados 1.272 servidores federais em processo administrativo disciplinar e 168 em Tomada de Contas Especial (TCE). Foi também organizado cadastro de agentes treinados, ao qual podem recorrer os órgãos públicos, em que constam 2.646 servidores capacitados em PAD e 1.000 em TCE.

1.6.3 - O Ministério Público Federal (MPF)

As múltiplas atribuições conferidas ao Ministério Público pela Constituição de 1988 consolidam sua função como órgão atuante no combate à corrupção. Observa-se, no entanto, que, apesar da elevada qualificação do quadro de Procuradores, a atuação do MPF não obedece a um planejamento estratégico.

Há no MPF sensível dificuldade em se obter dados consolidados de sua atuação. No intuito de solucionar essa carência, o órgão busca implementar o Sistema Unificado de Informações do MPF (Sistema Único), que visa padronizar e integrar dados e informações, de modo a unificar os seus diversos sistemas de controle de documentos, processos e procedimentos. Após sua implantação - a previsão é a partir de 2007 disponibilizar diversos serviços, gradativamente, até que em 2008 todos tenham sido desenvolvidos - o Sistema Único substituirá vários sistemas, e passará a controlar as atividades relacionadas ao trâmite de processos judiciais e de procedimentos administrativos institucionais, bem como fará o registro e armazenamento de todos os documentos gerados no âmbito do MPF.

De posse de informações gerenciais sobre o trâmite de processos judiciais, dos procedimentos administrativos institucionais, e do desempenho de suas unidades e de seus membros nas diversas esferas, o órgão poderá ganhar em produtividade com a focalização de sua atuação na solução das deficiências porventura apontadas.

1.6.4 - O Departamento de Polícia Federal (DPF)

As operações policiais executadas pelo DPF têm surtido efeito significativo no combate à corrupção. Algumas delas foram feitas em parceria com outros órgãos federais e resultaram no desmonte de quadrilhas e esquemas de desvio de recursos públicos, com prisões de agentes públicos suspeitos.

Em 2005, a Polícia Federal instaurou 2.623 Inquéritos Policiais relativos a atos de corrupção, quais sejam, os referentes a delitos que se enquadram nos artigos 312 a 327 do Código Penal Brasileiro.

No mesmo período, realizou 22 operações policiais em que havia suspeita do envolvimento de agentes públicos em ações criminosas. Essas operações resultaram na prisão de 350 pessoas, sendo a maior parte servidores públicos. As ações geraram também o desmonte de vários esquemas e de grupos de corrupção, bem como a apreensão de documentos e bens.

O Departamento apresenta, contudo, insuficiência de recursos, o que limita a sua atuação, além do fato de, nos últimos anos, ter havido um aumento de atribuições e de inquéritos instaurados que não foi acompanhado por um equivalente incremento de recursos humanos. Apresenta também insuficiência de informações acerca dos inquéritos concluídos, não se conhecendo o grau de efetividade dos mesmos, ou seja, não se sabe quantos dos inquéritos relatados geraram proposição de ação penal por parte do Ministério Público nem quantos evoluíram para a efetiva punição.

1.6.5 - Responsabilidade Social

A Constituição Federal estabelece que reduzir as desigualdades entre ricos e pobres e entre as regiões são objetivos do nosso país. A Constituição também garantiu que as políticas

sociais fossem fiscalizadas e gerenciadas pela sociedade, portanto é necessário procurar alcançar, de forma mais rápida, esses objetivos.

O processo de responsabilidade na gestão social que se pretende implantar no Brasil depende da definição de objetivos e metas a serem cumpridas na área social, que devem estar previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Entretanto, alguns fatores dificultam o cumprimento de metas nas políticas sociais e o atendimento das necessidades da população, tais como:

- constantes alterações dos programas dos governos;
- planejamento deficiente;
- cortes no orçamento;
- falta de verbas para manter as obras e os equipamentos em funcionamento;
- falta de verbas garantidas para despesas sociais, como moradia e obras de saneamento básico.

No período de 2000 a 2003, as principais causas que impediram os programas federais de atingirem seus objetivos foram os cortes orçamentários e o atraso na liberação dos recursos, conforme demonstrado no gráfico. Além dessas questões, há falta de contrapartida financeira pelos governos municipais e estaduais, atraso nas prestações de contas dos recursos recebidos e problemas nos contratos, convênios e licitações.

1.6.6 - A atuação dos conselhos sociais

Os conselhos sociais são responsáveis pelo acompanhamento dos gastos com saúde, educação, habitação, assistência social e outras áreas relevantes para o município. Compete aos conselhos fiscalizar o cumprimento das metas e avaliar o relatório anual sobre os resultados alcançados, que deve ser apresentado pelo Poder Executivo.

Em auditorias operacionais, o TCU tem constatado que boa parte dos conselhos constituídos pelos municípios não desempenham suas atribuições, deixando de fiscalizar a aplicação dos recursos federais. Recomendações para o fortalecimento dos conselhos e do controle social são frequentes nas auditorias do TCU.

Em relação aos mecanismos de participação e controle social, pesquisa realizada nos municípios com menos de 50.000 habitantes, promovida pela Caixa Econômica Federal, demonstra que o tema foi incorporado ao discurso, mas não à prática dos gestores públicos. De cem citações, apenas em cinco casos foram desenvolvidas ações concretas nesse sentido.

Apesar dessas dificuldades, a construção de um sistema de responsabilidade na gestão social depende da criação e do fortalecimento de instrumentos que favoreçam a participação da sociedade em seu processo de acompanhamento e fiscalização. Os conselhos municipais e estaduais devem ser usados para esse propósito, dada a estrutura de funcionamento já existente.

1.7 – Recomendações do TCU nas Contas do Governo de 2004 e Providências Adotadas

Ao enviar ao Congresso Nacional os Pareceres Prévios aprovados pelo Plenário, em cumprimento ao disposto no caput do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, acompanhados do relatório do Ministro-Relator e das Declarações de Voto dos demais Ministros, a Corte de Contas formulou recomendações aos órgãos e entidades responsáveis pela realização da receita e pela execução da despesa públicas orçamentárias, previstas no § 5º do art. 165 da Constituição Federal.

Essas recomendações e sugestões alicerçam-se na função constitucional do TCU e estão consignadas no Relatório juntamente com as providências adotadas para sua regularização e o respectivo *status*, isto é, se a recomendação foi atendida ou não. Observa-se que, das 40 recomendações, 20 foram atendidas parcial ou integralmente, 16 estão pendentes e 4 não foram atendidas. Consta do Relatório que o TCU está monitorando as recomendações ainda não implementadas para a adoção das providências pertinentes, em cada caso.

1.8 – Ressalvas e Recomendações do TCU nas Contas do Governo de 2005

Com o objetivo de corrigir as impropriedades identificadas e, por conseguinte, aprimorar o funcionamento da Administração Pública, o TCU propôs a expedição de ressalvas e recomendações aos órgãos competentes nos seguintes termos:

Ressalvas

Devem ser ressalvadas, em relação ao Poder Executivo, as ocorrências mencionadas ao longo do relatório, em particular:

I. não observância, à semelhança do exercício anterior, de aplicação mínima do equivalente a 30% dos recursos a que se refere o art. 212 da Constituição Federal (recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino) na erradicação do analfabetismo e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, consoante o § 6º do art. 60 do ADCT, tendo em vista que o percentual atingido no exercício de 2005 foi de 29,67 %;

II. descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que determina a aplicação, nos 25 (vinte e cinco) anos subsequentes à promulgação da Carta Magna, do mínimo de 20% do total dos recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste;

III. inadequação da contabilização dos valores arrecadados, em regime de caixa, e dos créditos inscritos na Dívida Ativa, em descumprimento à Lei nº 4.320/1964 e demais normas contábeis;

IV. execução de ações do orçamento de investimentos das empresas estatais em montante superior à dotação autorizada na LOA/2005;

V. inexistência de mecanismos de contabilização de dívidas como as que o INSS gerou junto à rede bancária;

VI. falta de divulgação da execução física para 32% das ações constantes do Plano Plurianual 2004/2007, devido ao não preenchimento do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal — Sigplan, caracterizando descumprimento ao disposto na alínea “e” do inciso I do § 1º do art. 15 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2005);

VII. falta de informações no Sigplan acerca dos indicadores relativos a 114 programas, bem como a ocorrência de inconsistências no registro da execução físico-financeira para 95 programas, caracterizando falhas no seu monitoramento, avaliação e revisão, processos cuja coordenação compete ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do § 3º do art. 1º do Decreto nº 5.233, de 6 de outubro de 2004;

VIII. não-incorporação à LOA, como unidade orçamentária, e conseqüentemente ao Siafi, na modalidade total, da Fundação Habitacional do Exército (FHE) sem apresentação de justificativas para tal;

IX. não-incorporação de informações do BNDES, Bacen, Emgea, CEF e FADS (entidades integrantes de saldos contábeis) junto ao BGU, por não observarem os prazos estabelecidos na Norma de Encerramento de exercício emitida pela STN;

X. apresentação de informações de entidades já extintas, mas com saldos contábeis em contas diversas, o que impossibilita conhecer a real situação econômico-financeira dessas entidades contábeis e, por último, da própria Administração Pública Federal, inviabilizando a aplicação de tratamento econômico e jurídico adequado ao patrimônio, caso ainda exista, pelos órgãos responsáveis (Departamento de Extinção e Liquidação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão);

XI. contabilização inadequada, como repasse em lugar de despesa orçamentária, dos recursos transferidos referentes aos encargos patronais para o Plano de Seguridade Social do Servidor (PSSS);

XII. utilização de procedimentos inadequados de consolidação de balanços patrimoniais, em especial no que se refere à falta de eliminação, nos balanços, mas não nas operações e transações contábeis, de duplicidades relacionadas a obrigações tributárias e encargos sociais a recolher, quando o favorecido for órgão/entidade considerada na consolidação, e a rubricas de direitos e obrigações decorrentes de transações que envolvem entidades abrangidas na consolidação;

XIII. utilização de procedimentos inadequados para apresentação de valores na demonstração das variações patrimoniais, à semelhança do que já vinha ocorrendo em exercícios anteriores, em especial no tocante ao registro de valores em subgrupos de mutações ativas e passivas sem a devida contrapartida em receitas e despesas orçamentárias, descaracterizando o aspecto orçamentário da operação, e ao registro em subgrupos de receitas e despesas extra-orçamentárias de valores de entidade integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, contrariando a própria concepção do plano de contas único da União;

XIV. utilização de procedimentos inadequados para apresentação de valores na demonstração das variações patrimoniais do Serpro, da Finep e da Casa da Moeda do Brasil, tendo em vista se tratarem de empresas não integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, mas apresentarem saldos em despesas e receitas orçamentárias;

XV. utilização de procedimentos inadequados para escrituração contábil no tocante à inexistência de mecanismos que possam prover confiabilidade e segurança no tocante à baixa de bens quando de sua alienação, devido à divergência de valor e ao registro em momentos diferenciados;

XVI. inexistência de compensação de valores entre as interferências ativas e passivas, que deveriam apresentar valores iguais na demonstração das variações patrimoniais e no balanço financeiro, conforme prevê o modelo de contabilização, sem que a motivação para a ocorrência tenha sido indicada em nota explicativa à demonstração;

XVII. diferenças de fechamento da demonstração das variações patrimoniais, comentadas no próprio Balanço-Geral da União, constatadas a partir do fato de que a soma das partes não é igual ao consolidado, o que pode abrir margem para tomadas de decisões equivocadas;

XVIII. diferenças de valores entre as despesas e receitas orçamentárias, nestas incluídas as respectivas deduções constantes do balanço orçamentário e os mesmos itens constantes da demonstração das variações patrimoniais e do balanço financeiro, inviabilizando a comparação dos valores, a certeza e exatidão das informações utilizadas e alertando para

um grave problema de confecção de demonstrativos, à semelhança do que já havia ocorrido no exercício anterior;

XIX. apresentação inadequada de valores de previsão adicional da receita oriunda de superavit financeiro, por desequilibrar o balanço e não evidenciar corretamente a situação econômico-financeira das entidades, à semelhança do que já havia ocorrido no exercício anterior;

XX. ausência de balanços orçamentários para as entidades da administração indireta e findos, bem como inconsistência entre as informações consolidadas advindas do Balanço-Geral da União quando comparadas com o Siafi (transação "Balanore");

XXI. diferenças de fechamento do balanço financeiro, comentadas no próprio Balanço-Geral da União, constatadas a partir do fato de que a soma das partes não é igual ao consolidado, o que pode abrir margem para tomadas de decisões equivocadas;

XXII. diferenças entre os valores dos balanços patrimoniais e demonstração de resultados/de variações patrimoniais do Banco Central apuradas de acordo com os critérios da Lei nº 4.320/1964 e da Lei nº 6.404/76

XXIII. diferenças de conciliação entre as diversas contas financeiras e de compensação que controlam os valores de restos a pagar não processados;

XXIV. volume expressivo de restos a pagar não-processados, o que compromete a programação financeira e o planejamento governamental;

XXV. volume expressivo de convênios, contratos de repasse e termos de parceria com prestações de contas pendentes de comprovação por parte dos convenientes;

XXVI. volume expressivo de convênios, contratos de repasse e termos de parceria com prestações de contas pendentes de aprovação por parte dos órgãos transferidores;

XXVII. inconsistência nos valores consolidados dos balanços patrimoniais dos "fundos", por conta de um valor acrescido de R\$ 118 milhões no Ministério do Desenvolvimento Agrário;

XXVIII. inconsistência entre os valores dos balanços patrimoniais e demonstrativos de resultado do Banco Central quando apurados sob a ótica de sua própria contabilidade e sob a ótica da Lei nº 4.320/1964;

XXIX. inexistência de mecanismos que possibilitem ajustar os números do balanço patrimonial do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) à disponibilidade efetiva de bens imóveis para uso, locação, cessão ou alienação;

XXX. inconsistência nos valores registrados pelo Sistema SPUnet na unidade gestora Funai-Vilhena.

Recomendações

Em decorrência das ressalvas acima apontadas e das informações evidenciadas ao longo do relatório, faz-se necessário proceder às seguintes recomendações:

I. à Presidência da República, às Presidências do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e ao Ministério Público da União que adotem medidas cabíveis, no âmbito das respectivas competências institucionais, para reverter os efeitos da "Desvinculação das

Receitas da União" (DRU), instituída pela EC n.º 27/2000 e alterada pela EC n.º 42/2003, sobre o orçamento da seguridade social;

II. à Presidência do Congresso Nacional que atente para a previsão, na Lei Orçamentária Anual, do mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste, em cumprimento ao inciso 1 do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III. às Presidências do Senado Federal e da Câmara dos Deputados que envidem esforços no sentido de dar prioridade à apreciação dos projetos de lei resultantes das propostas consubstanciadas no Relatório Final da CPMI dos Correios;

IV. ao Ministério Público da União, à Controladoria-Geral da União, ao Departamento de Polícia Federal, ao Banco Central do Brasil, à Secretaria da Receita Federal, ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras para que se mobilizem e se articulem para a elaboração e implementação de uma estratégia nacional de combate à corrupção, que contemple a definição de prioridades comuns, o planejamento integrado, o compartilhamento de informações e a execução de operações conjuntas;

V. ao Ministério Público Federal, que priorize a implantação do seu Sistema Unificado de Informações;

VI. ao Ministério da Justiça, que avalie a oportunidade da criação, no Departamento de Polícia Federal, no âmbito da Coordenação Geral de Polícia Fazendária, de uma unidade específica para tratar de crimes de corrupção contra a Administração Pública, com as correspondentes representações nas Superintendências Regionais;

VII. ao Ministério da Fazenda que adote providências com vistas à coordenação entre os órgãos responsáveis pela operação e controle da Dívida Ativa — Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal — para que haja a devida e tempestiva contabilização dos valores arrecadados, em regime de caixa, e dos créditos inscritos na Dívida Ativa em cumprimento à Lei nº 4.320/1964 e demais normas contábeis;

VIII. ao Ministério da Educação, junto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que observe o § 6º do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias —ADCT;

IX. ao Ministério da Integração Nacional que aloque e aplique o mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste, em cumprimento ao inciso 1 do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

X. à Secretaria do Tesouro Nacional que:

a) crie eventos e rotinas para registro de dívidas como as que o INSS gerou junto à rede bancária;

b) promova, em conjunto com as setoriais contábeis dos ministérios, mecanismos para determinar às entidades integrantes de saldos contábeis junto ao sistema Siafi que cumpram os prazos prescritos na norma de encerramento do exercício;

c) utilize procedimentos adequados para consolidação de balanços patrimoniais, em especial no que se refere à falta de eliminação, nos balanços, mas não nas operações e transações contábeis, de duplicidades relacionadas a obrigações tributárias e encargos

sociais a recolher, quando o favorecido for órgão/entidade considerada na consolidação, e a rubricas de direitos e obrigações decorrentes de transações que envolvem entidades abrangidas na consolidação;

d) utilize procedimentos adequados para apresentação de valores na demonstração das variações patrimoniais, em especial no tocante ao:

d.1) registro de valores em subgrupos de mutações ativas e passivas com a devida contrapartida em receitas e despesas orçamentárias, de modo a caracterizar o aspecto orçamentário da operação; e

d.2) registro, em subgrupos de receitas e despesas extra-orçamentárias, apenas de operações de entidades não-integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, harmonizando, dessa forma, os registros contábeis com a própria concepção do plano de contas único da União;

e) utilize procedimentos adequados para apresentação de valores na demonstração das variações patrimoniais do Serpro, da Finep e da Casa da Moeda do Brasil, tendo em vista se tratarem de empresas não integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social (extra-orçamentárias, *strictu sensu*), mas que vem apresentando saldos em despesas e receitas orçamentárias;

f) O implemente mecanismo de certificação da baixa contábil de valores de bens móveis quando alienados;

g) indique em nota explicativa as eventuais motivações que justifiquem os valores diferentes para as rubricas de interferências ativas e passivas que deveriam apresentar valores iguais na demonstração das variações patrimoniais e no balanço financeiro, conforme prevê o modelo de contabilização;

h) corrija as rotinas contábeis junto ao sistema Siafi que têm permitido a ocorrência de diferenças de fechamento, entre as somas das partes e o consolidado, da demonstração das variações patrimoniais e do balanço financeiro;

i) corrija as rotinas contábeis junto ao Sistema Siafi que têm permitido a ocorrência de diferenças de valores entre as despesas e receitas orçamentárias, nestas incluídas as respectivas deduções constantes do balanço orçamentário e os mesmos itens constantes da demonstração das variações patrimoniais e do balanço financeiro;

j) utilize procedimentos adequados para apresentação de valores de previsão adicional da receita oriunda de superávit financeiro, dado o desequilíbrio do balanço e a não evidenciação correta da situação econômico-financeira da entidade;

k) inclua os balanços orçamentários para as entidades da administração indireta e findos, bem como solucione as inconsistências existentes entre as informações consolidadas advindas do Balanço-Geral da União e as do Siafi (transação "Balanor");

l) harmonize, em conjunto com a setorial contábil do Ministério da Fazenda e com o setor de contabilidade do Banco Central, os valores dos balanços patrimoniais e demonstração de resultados/de variações patrimoniais do Banco Central apurados de acordo com os critérios da Lei nº 4.320/1964 e da Lei nº 6.404/76, bem como apresente notas explicativas para as eventuais diferenças;

m) envide esforços para cumprimento do disposto no item 9.3 do Acórdão nº 183/2005 — TCU/Plenário, quanto à regulamentação do empenho de despesas ao longo do exercício

orçamentário, de modo a reduzir os elevados montantes inscritos em restos a pagar não-processados, que comprometem a programação financeira dos exercícios seguintes;

XI. ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que promova:

a) o integral preenchimento do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal, de forma a permitir a divulgação na Internet de todos os dados gerenciais referentes à execução do Plano Plurianual 2004/2007, em particular no que tange à execução de metas físicas, conforme dispõe a alínea “e” do inciso 1 do § 1º do art. 15 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2005);

b) enquanto órgão de monitoramento, avaliação e revisão dos programas do Plano Plurianual, conforme dispõe o § 3º do art. 1º do Decreto nº 5.233, de 6 de outubro de 2004:

b.1) a inserção no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal das informações acerca dos indicadores dos programas;

b.2) a verificação da consistência dos registros no Sigplan; e

b.3) a adequação das metas físicas dos programas cuja execução foi superior à meta prevista na Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005 (Lei Orçamentária Anual para 2005);

XII. à Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que inclua a autarquia Caixa de Construção de Casas do Pessoal da Marinha e a Fundação Habitacional do Exército nos orçamentos fiscal e da seguridade social, já que tais entidades não se encontram excetuadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XIII. ao Ministério da Previdência Social, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à Secretaria do Patrimônio da União que realizem, em conjunto com a STN, estudos jurídico-contábeis com o propósito de desenvolver mecanismos que possibilitem o registro, no balanço patrimonial, dos bens imóveis passíveis de uso, cessão, alocação ou alienação pelo INSS, com observância do princípio contábil do conservadorismo;

XIV. ao Departamento de Extinção e Liquidação (Deliq), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional, analise os saldos contábeis dos órgãos e entidades extintos, avaliando se tais saldos correspondem a patrimônio físico real ou apenas residual, e, em caso de se enquadrar no primeiro caso, promover a transferência contábil dos saldos para sua administração;

XV. à Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) da Controladoria-Geral da União que:

a) promova, junto aos respectivos órgãos concedentes, ações efetivas que possibilitem a diminuição do volume de prestações de contas em convênios, contratos de repasse e termos de parceria pendentes de comprovação e de aprovação;

b) acompanhe, fiscalize e monitore todas as recomendações supra referidas, mantendo este Tribunal a par das medidas efetivas adotadas.

(...).

1.9 Pareceres Prévios e Votos dos Ministros e Auditores

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, observado o disposto no art. 71, inciso I, da Constituição Federal, e

CONSIDERANDO que as Contas do Poder Executivo, atinentes ao exercício financeiro de 2005, foram prestadas pelo Presidente da República ao Congresso Nacional no prazo previsto no art. 84, inciso XXIV, da Constituição Federal; bem como em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal — em seu art. 56, caput e parágrafos, que exige a apresentação de parecer prévio separado para os órgãos e Poderes nele relacionados;

CONSIDERANDO a análise efetuada no Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e no Balanço Geral da União, constituído de Balanços e Demonstrativos dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

CONSIDERANDO que o Relatório que acompanha este Parecer Prévio, nos termos do art. 228 e seus parágrafos do Regimento Interno deste Tribunal, contém informações sobre:

a) a observância das normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos da União e nas demais operações realizadas com recursos públicos federais; b) o cumprimento dos programas previstos na lei orçamentária anual quanto à legitimidade, eficiência e economicidade, bem como o atingimento de metas e a consonância destas com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; e c) o reflexo da administração financeira e orçamentária federal no desenvolvimento econômico e social do País;

CONSIDERANDO que o Balanço Geral da União, retratado nos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e nos Demonstrativos das Variações Patrimoniais, está escriturado conforme preceitos de contabilidade pública e expressa os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, além dos órgãos vinculados às Funções Essenciais à Justiça;

CONSIDERANDO que as ressalvas indicadas na conclusão do Relatório, embora não constituam motivo maior que impeça a aprovação das Contas do Poder Executivo, relativas ao exercício de 2005, requerem a adoção das medidas saneadoras pertinentes;

CONSIDERANDO que a análise técnica sobre as Contas do Poder Executivo de 2005, bem como este Parecer Prévio, não interferem nem condicionam o posterior julgamento pelo Tribunal das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, bem como dos que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, conforme o disposto no art. 71, inciso II, da Constituição Federal;

É DE PARECER que o Balanço Geral da União representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial em 31 de dezembro de 2005, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública Federal, estando assim as Contas do Poder Executivo de responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em condições de serem aprovadas, com ressalvas, pelo Congresso Nacional. (grifo nosso)

T.C.U., Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 1º de junho de 2006

ADYLSO MOTA, Presidente — Valmir Campelo, Ministro-Relator, — Walton Alencar Rodrigues, Ministro — Guilherme Palmeira, Ministro — Ubiratan Aguiar, Ministro — Benjamin Zymler, Ministro — Augusto Nardes, Ministro — Marcos Benquerer Costa, Ministro-Substituto.

II – VOTO

Preliminarmente, observamos que o Constituinte de 1988 quis claramente separar a responsabilidade do Presidente da República daquela pertinente aos administradores e demais agentes responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração Direta e Indireta de quaisquer dos Poderes da União, pois, sobre as contas específicas destes, o TCU exerce função judicante, situação inversa da que ocorre sobre as Contas do Governo, quando aquela Corte de Contas exerce função analítica, nos termos do art. 71, incisos I e II, da Lei Maior.

Isso porque não é o Presidente da República gestor de dinheiros públicos, tarefa essa atribuída aos chamados Ordenadores de Despesa, estes sim investidos do dever constitucional e legal de anualmente ou quando solicitados apresentarem ao TCU as suas tomadas ou prestações de contas, com a comprovação do correto emprego dos recursos públicos, sujeitando-se, em caso de má aplicação, às sanções previstas em lei.

Desse modo, o trabalho apresentado pelo TCU é um exame crítico das Contas do Governo da República, relativas ao exercício de 2005, sob os aspectos econômico, financeiro e orçamentário e, dentro desse enfoque, uma avaliação da Administração Pública Federal como um todo, não comportando, portanto, juízo de mérito sobre eventuais desvios de conduta de gestores propriamente ditos.

Com essa perspectiva, o Relatório contém o resultado das análises efetuadas na gestão dos recursos aplicados pelos Poderes da União, em confronto com as normas constitucionais, legais, regulamentares e de execução dos orçamentos públicos federais, bem assim com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Segundo consignado pelo TCU, os pareceres prévios são conclusivos no sentido de reconhecer que os órgãos dos três Poderes e a Administração Pública da União observaram os princípios fundamentais de contabilidade e a Administração Pública, que os balanços demonstraram adequadamente as posições financeira, orçamentária e patrimonial da União em 31 de dezembro de 2005, e que foram respeitados os parâmetros e limites definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, excetuando-se, no entanto, as ressalvas assinaladas.

Com o objetivo de corrigir as impropriedades identificadas e, por conseguinte, aprimorar o funcionamento da Administração Pública, o TCU já expediu as recomendações cabíveis aos órgãos competentes, cabendo àquela Corte de Contas e a esta Casa acompanharem a implementação das medidas recomendadas.

São 30 (trinta) as Ressalvas apresentadas pelo TCU à Prestação de Contas encaminhadas pelo Presidente da República. No entanto, é o próprio TCU que no seu Parecer Prévio informa que elas não constituem motivo maior que impeça a aprovação das Contas do Poder Executivo relativas ao exercício de 2005.

Com efeito, entende este Relator que ressalvas significam, em poucas palavras, aqueles fatos que, detectados pelos auditores no exame das demonstrações contábeis apontam erros e omissões mas que, embora reais, não afetam a qualidade e, principalmente, a fidedignidade das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Por isso, este Relator, a exemplo de outros que o antecederam, entende que ressalvas "técnicas" apontadas pelo TCU só devem comprometer a aprovação das contas do governo se se puder identificar, claramente, conivência ou omissão do Presidente em tomar as providências que lhe caibam na correção dos erros apontados ou que digam respeito a fatos e eventos que possam ser a causa direta da eventual não fidedignidade do Balanço Geral da União, que ampara a Prestação de Contas, o que não é caso na prestação de contas relativas ao exercício de 2005.

Isso posto, em vista dos elementos trazidos à colação neste Relatório, em especial o conteúdo do Balanço Geral da União e os subsídios encaminhados pelo TCU, esta Relatoria opina pela aprovação das contas apresentadas pelo Presidente da República, referentes ao exercício financeiro de 2005 nos termos dos Projeto de Decreto Legislativo anexo.

Nos autos da Adin nº. 2.238, impetrada pelo Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil e Partido Socialista Brasileiro, o Supremo Tribunal Federal, na assentada de 8/8/2007, concedeu medida cautelar suspendendo a eficácia do *caput* do art. 56 e 57 da Lei Complementar nº 101/2000 que fundamentava o julgamento das contas dos demais Poderes e Órgãos, que não o Poder Executivo.

Nesse sentido, por ser a decisão em caráter de medida cautelar, propomos o sobrestamento do julgamento das contas dos demais Órgãos e Poderes até a apreciação final da Ação pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos do projeto de decreto legislativo anexo.

Sala da Comissão, em


Deputado **GERALDO SIMÕES**
Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 91, DE 2011

Aprova as Contas do Governo Federal no Exercício de 2005.

O CONGRESSO NACIONAL, decreta:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2005, nos termos do inciso IX do art. 49, combinado com, o inciso XXIV do art. 84 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Ficam ressalvados os efeitos e repercussões das correções que venham a ser efetuadas nos Demonstrativos Contábeis e Financeiros que compõem a referida Prestação de Contas em decorrência dos fatos apontados nas Ressalvas apresentadas no Relatório e Parecer Prévio, elaborados pelo Tribunal de Contas da União, sobre as Contas prestadas pelo Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado WALDEMIR MOKA

Presidente


Deputado GERALDO SIMÕES

Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Sobresta a apreciação das contas dos dirigentes da Câmara dos Deputados, Senado Federal, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Justiça Trabalhista, Justiça Eleitoral, Justiça Militar, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e Ministério Público da União, relativas ao Exercício de 2005, em virtude da medida cautelar do Supremo Tribunal Federal concedida na sede da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 2.238.

Considerando que o Supremo Tribunal Federal concedeu medida cautelar na sede da ADIN nº. 2.238, afastando a aplicação dos arts. 56 e 57 da LC nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), **O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Fica sobrestada a apreciação das contas, relativas ao exercício de 2005, dos dirigentes da Câmara dos Deputados, Senado Federal, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Justiça Trabalhista, Justiça Eleitoral, Justiça Militar, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e Ministério Público da União, até a apreciação em definitivo pelo Supremo Tribunal Federal do mérito da ADIN nº 2.238.

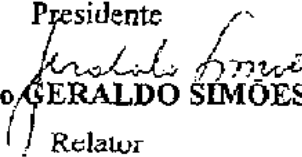
Parágrafo único. Em caso de manutenção da suspensão da vigência dos arts. 56 e 57 da Lei Complementar nº. 101/2000 na apreciação definitiva do mérito da Ação citada no *caput*, essas contas devem ser remetidas ao arquivo sem apreciação de mérito.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2010.


Deputado WALDEMIR MOKA

Presidente


Deputado GERALDO SIMÕES

Relator

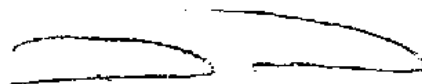
CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO na Oitava Reunião Extraordinária, realizada no dia 23 de novembro de 2010, APROVOU, por unanimidade, o Relatório do Deputado GERALDO SIMÕES, que nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados foi favorável à **APROVAÇÃO**, da **Mensagem nº 33/2006 - CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento aos arts. 84, XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Prestação de Contas do Governo Federal, referente ao exercício de 2005.", bem como ao **SOBRESTAMENTO** da apreciação das matérias a seguir relacionadas, referentes às prestações de contas de órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2005: **Ofício nº 10/2006-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prestação de Contas da Câmara dos Deputados, relativa ao exercício de 2005"; **Ofício nº 24/2006-CN**, do "Relatório das Contas do Senado Federal, relativas ao exercício financeiro de 2005, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000"; **Ofício nº 11/2006-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Gestão Fiscal, do Superior Tribunal Militar"; **Ofício nº 12/2006-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Relatório de Contas Anual da Justiça Eleitoral, referente ao exercício financeiro de 2005"; **Ofício nº 13/2006-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal e nelas, incluídas, a do Conselho Nacional de Justiça, relativas ao exercício de 2005"; **Ofício nº 14/2006-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao que determina a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - o Relatório de Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2005, daquele Superior Tribunal de Justiça"; **Ofício nº 15/2006-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a prestação de contas do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau - exercício de 2005"; **Ofício nº 16/2006-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 71 inciso I da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o relatório de prestação de contas da Justiça do Distrito Federal e Territórios - Órgão 16.000";

Ofício nº 17/2006-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a prestação de contas da Justiça do Trabalho, referente ao exercício de 2005"; **Ofício nº 18/2006-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional a prestação de contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2005". Ao Relatório e aos Projetos de Decreto Legislativo, no período de 29/05 a 12/06/2010 (15 dias), não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Deputados Waldemir Moka, Presidente, Eduardo Sciarra, Segundo Vice-Presidente, Ademir Camilo, Ana Arraes, Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Carlos Abicalil, Carlos Brandão, Carlos Zarattini, Chico Lopes, Cida Diogo, Colbert Martins, Dilceu Sperafico, Edio Lopes, Edmilson Valentim, Eduardo Barbosa, Eduardo Gomes, Fábio Ramalho, Fátima Pelaes, Geraldo Simões, Guilherme Campos, José Guimarães, José Rocha, Júlio Cesar, Lázaro Botelho, Leonardo Monteiro, Leonardo Quintão, Lira Maia, Luiz Bittencourt, Pedro Fernandes, Professor Setimo, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rogério Marinho, Zé Geraldo, Senadora Lúcia Vânia, Primeira Vice-Presidente, e os Senadores Inácio Aruda, Terceiro Vice-Presidente, Adelmir Santana, Antônio Carlos Valadares, Flexa Ribeiro, Gilberto Goellner, Gim Argello, Ideli Salvatti, Jefferson Praia e Tião Viana.

Sala de Reuniões, em 23 de novembro de 2010.



Deputado WALDEMIR MOKA
Presidente



Deputado GERALDO SIMÕES
Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Aprova as Contas do Governo Federal no Exercício de 2005.

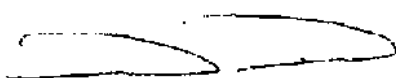
O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2005, nos termos do inciso IX do art. 49, combinado com, o inciso XXIV do art 84 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Ficam ressalvados os efeitos e repercussões das correções que venham a ser efetuadas nos Demonstrativos Contábeis e Financeiros que compõem a referida Prestação de Contas em decorrência dos fatos apontados nas Ressalvas apresentas no Relatório e Parecer Prévio, elaborados pelo Tribunal de Contas da União, sobre as Contas prestadas pelo Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2010.



Deputado **WALDEMIR MOKA**
Presidente



Deputado **GERALDO SIMÕES**
Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Sobresta a apreciação das contas dos dirigentes da Câmara dos Deputados, Senado Federal, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Justiça Trabalhista, Justiça Eleitoral, Justiça Militar, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e Ministério Público da União, relativas ao Exercício de 2005, em virtude da medida cautelar do Supremo Tribunal Federal concedida na sede da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 2.238.

Considerando que o Supremo Tribunal Federal concedeu medida cautelar na sede da ADIN nº. 2.238, afastando a aplicação dos arts. 56 e 57 da LC nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), **O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Fica sobrestada a apreciação das contas, relativas ao exercício de 2005, dos dirigentes da Câmara dos Deputados, Senado Federal, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Justiça Trabalhista, Justiça Eleitoral, Justiça Militar, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e Ministério Público da União, até a apreciação em definitivo pelo Supremo Tribunal Federal do mérito da ADIN nº 2.238.

Parágrafo único. Em caso de manutenção da suspensão da vigência dos arts. 56 e 57 da Lei Complementar nº. 101/2000 na apreciação definitiva do mérito da Ação citada no *caput*, essas contas devem ser remetidas ao arquivo sem apreciação de mérito.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2010.


Deputado **WALDEMIR MOKA**
Presidente


Deputado **GERALDO SIMÕES**
Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 92, DE 2011

Sobresta a apreciação das contas dos dirigentes da Câmara dos Deputados, Senado Federal, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Justiça Trabalhista, Justiça Eleitoral, Justiça Militar, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e Ministério Público da União, relativas ao Exercício de 2005, em virtude da medida cautelar do Supremo Tribunal Federal concedida na sede da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 2.238.

Considerando que o Supremo Tribunal Federal concedeu medida cautelar na sede da ADIN nº. 2.238, afastando a aplicação dos arts. 56 e 57 da LC nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), **O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Fica sobrestada a apreciação das contas, relativas ao exercício de 2005, dos dirigentes da Câmara dos Deputados, Senado Federal, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Justiça Trabalhista, Justiça Eleitoral, Justiça Militar, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e Ministério Público da União, até a apreciação em definitivo pelo Supremo Tribunal Federal do mérito da ADIN nº 2.238.

Parágrafo único. Em caso de manutenção da suspensão da vigência dos arts. 56 e 57 da Lei Complementar nº. 101/2000 na apreciação definitiva do mérito da Ação citada no *caput*, essas contas devem ser remetidas ao arquivo sem apreciação de mérito.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2010.


Deputado WALDEMIR MOKA
Presidente


Deputado GERALDO SIMÕES
Relator

**PARECER
Nº 47, DE 2010-CN**

**PARECER SOBRE AS CONTAS DO GOVERNO
FEDERAL - EXERCÍCIO DE 2005**

RELATOR: Deputado Geraldo Simões

SUMÁRIO

I - RELATÓRIO	
I.1 – Introdução	
I.1.1 – Histórico	
I.1.2 – Aspectos normativos aplicáveis	
I.2 – Desempenho da Economia Brasileira	
I.2.1. Taxa de Juros e Nível de Preços	
I.2.2 Nível de Emprego	
I.2.3 Carga Tributária Nacional	
I.2.4. Política Macroeconômica	
I.2.5 Política Monetária e Creditícia	
I.3 – Análise das Receitas e Despesas de 2005	
I.3.1 – Limites para movimentação e empenho - contingenciamento	
I.3.2 - Receitas	
I.3.3 - Receita Tributária	
I.3.4 - Receita de Contribuições	
I.3.5 - Dívida Ativa	
I.3.6 - Despesas	
I.3.7 - Despesas com Pessoal	
I.3.8 - Outras Despesas Correntes	
I.3.9 - Despesas com Terceirização	
I.3.10 - Restos a Pagar	
I.3.11 - Benefícios Financeiros, Tributários e Creditícios	
I.3.12 - Gestão Fiscal	
I.3.13 - Limite de Gastos com Saúde	
I.3.14 - Despesas com Irrigação	
I.3.15 - Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	
I.3.16 - Dívida Pública	
I.4 – Ação Setorial do Governo Federal	
I.4.1 – Execução de programas	
I.4.2 - Poder Legislativo	
I.4.3 - Poder Judiciário	
I.4.4 - Ministério Público da União	
I.5 – Análise Econômico-Financeira das Demonstrações Contábeis da União	
I.5.1 - Balanço-Geral da União (BGU)	
I.5.2 - Balanço Patrimonial (BP)	
I.5.3 - Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)	
I.5.4 - Balanço Orçamentário (BO)	
I.5.5 - Balanço Financeiro (BF)	
I.6 – Áreas Temáticas	
I.6.1 - Combate à Corrupção	
I.6.2 - A Controladoria-Geral da União (CGU)	
I.6.3 - O Ministério Público Federal (MPF)	
I.6.4 - O Departamento de Polícia Federal (DPF)	
I.6.5 - Responsabilidade Social	
I.6.6 - A atuação dos conselhos sociais	
I.7 – Recomendações do TCU nas Contas do Governo de 2004 e Providências Adotadas	
I.8 – Ressalvas e Recomendações do TCU nas Contas do Governo de 2005	
I.9 Pareceres Prévios e Votos dos Ministros e Auditores	
II – VOTO	
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**PARECER Nº 47, DE 2010-CN**

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre a MENSAGEN (MCN), Nº 33 de 2006, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento aos arts. 84, XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Prestação de Contas do Governo Federal, referente ao exercício de 2005”, bem como o OFN nº 10/2006 que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prestação de Contas da Câmara dos Deputados, relativa ao exercício de 2005”; OFN nº 11/2006 que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Gestão Fiscal, do Superior Tribunal Militar”; OFN nº 12/2006 “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Relatório de Contas Anual da Justiça Eleitoral, referente ao exercício financeiro de 2005”; OFN nº 13/2006 “Encaminha ao Congresso Nacional, o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal e nelas, incluídas, a do Conselho Nacional de Justiça, relativas ao exercício de 2005”; OFN nº 14/2006 “Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao que determina a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - o Relatório de Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2005, daquele Superior Tribunal de Justiça”; OFN nº 15/2006 “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a prestação de contas do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus - exercício de 2005”; OFN nº 16/2006 “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 71 inciso I da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o relatório de prestação de contas da Justiça do Distrito Federal e Territórios - Órgão 16.000”; OFN nº 17/2006 “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a prestação de contas da Justiça do Trabalho, referente ao exercício de 2005”; OFN nº 18/2006 “Encaminha ao Congresso Nacional a prestação de contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2005” e OFN nº 24/2006 “Relatório das Contas do Senado Federal, relativas ao exercício financeiro de 2005, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000.”

RELATOR: Deputado GERALDO SIMÕES

I - RELATÓRIO

I.1 – Introdução

I.1.1 – Histórico

Por meio da Mensagem nº 33, de 2006 - CN, datada de 12 de abril de 2006, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional as contas do Governo Federal, relativas ao exercício financeiro de 2005, em cumprimento ao estabelecido nos arts. 84, inciso XXIV, e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

As referidas contas foram encaminhadas em 26 de abril de 2006 ao Tribunal de Contas da União (TCU) para a emissão, no prazo de sessenta dias, do Parecer Prévio a que se refere o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, tendo sido designado relator o Ministro Valmir Campelo.

As contas do Poder Legislativo (Câmara dos Deputados e Senado Federal), Poder Judiciário (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Conselho da Justiça Federal e Justiça Federal de 1º e 2º Graus, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, e Superiores Tribunais Militar, de Justiça e Federal) e do Ministério Público da União foram encaminhadas ao Tribunal de Contas e também compõem a referida prestação de contas.

Ao acolher as conclusões apresentadas pelo Ministro Relator, o TCU aprovou, por unanimidade, o seguinte Parecer Prévio às Contas do Governo de 2005:

É DE PARECER que o Balanço Geral da União representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial em 31 de dezembro de 2005, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública Federal, estando assim as Contas do Poder Executivo de responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em condições de serem aprovadas, com ressalvas, pelo Congresso Nacional.

T.C.U., Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 1º de junho de 2006

ADYLSO MOTA, Presidente — Valmir Campelo, Ministro-Relator, Walton Afencar Rodrigues, Ministro — Guilherme Palmeira, Ministro Ubiratan Aguiar, Ministro — Benjamin Zymler, Ministro Augusto Nardes, Ministro Marcos Bemquerer Costa, Ministro-Substituto.

Concluída a análise no Tribunal, as contas foram oportunamente devolvidas ao Congresso Nacional, por meio do Aviso nº 21/2006-CN, juntamente com o parecer prévio e respectivo Relatório do Tribunal, além das declarações de voto dos Ministros sobre as contas dos órgãos do Poder Legislativo e Judiciário e do Ministério Público. Encaminhado o processado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, fui designado relator da matéria, missão da qual procuramos nos desincumbir com o máximo de zelo e dedicação.

I.1.2 – Aspectos normativos aplicáveis

O exame, pelo Poder Legislativo, das contas do governo materializa o sistema de “freios e contrapesos” que caracteriza a divisão de poderes em regimes democráticos.

O foro constitucional para o tratamento da matéria encontra-se nos arts. 84 e 49 da Carta Magna de 1988. O primeiro, art. 84, estabelece a obrigatoriedade de o Presidente da República prestar ao Congresso Nacional, anualmente, as contas do Governo Federal. O segundo, art. 49, atribui competência exclusiva do Congresso Nacional para julgar as contas prestadas pelo Presidente da República.

Para execução dessa tarefa, o Parlamento é auxiliado pelo Tribunal de Contas da União, a quem, conforme art. 71 da Constituição, compete elaborar parecer preliminar sobre as contas do governo. O papel do TCU na análise das contas do governo restringe-se à apreciação técnica da documentação encaminhada pelo Poder Executivo e à emissão do parecer prévio – distintamente do exame das contas dos responsáveis pela gestão da coisa pública, ocasião em que exerce poder jurisdicional. O parecer prévio constitui importante subsídio para o Congresso exercer, de forma esmerada, sua prerrogativa constitucional, sem cingir a atuação congressual às informações ali coligadas.

O conteúdo das contas de governo é definido na Lei Orgânica do Tribunal de Contas (Lei nº 8.443/92) e em seu Regimento Interno. O art. 36, parágrafo único, da Lei Orgânica, por exemplo, define que as contas devem consistir nos balanços gerais da União e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução do orçamento. Já o art. 221 do Regimento Interno define que:

(...) as demais contas incluirão quadro consolidado de gestão fiscal e relatório do respectivo órgão de controle interno contendo manifestação conclusiva acerca da conformidade da execução orçamentária e financeira no exercício com as metas fixadas no plano plurianual e com os dispositivos constitucionais e legais, em especial a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual.

O art. 222 remete a ato normativo específico do Tribunal de Contas à determinação da forma de apresentação do relatório que acompanha as contas prestadas pelo Presidente da República, elaborado pelo órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo.

No que concerne ao rito da análise, o art. 166 da Constituição determina que cabe à CMO examinar e emitir parecer sobre as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República. A tramitação das contas na CMO é regulada pela Resolução nº 01, de 2006 – CN. O art. 115 dessa Resolução determina ao relator das contas apresentar parecer que conclua por projeto de decreto legislativo, ao qual poderão ser apresentadas emendas na Comissão.

O julgamento das contas do governo deve fundamentar-se em juízo político do conjunto das ações públicas desenvolvidas pelos dirigentes máximos da Administração Pública. Alguns parâmetros, constitucionalmente previstos, podem ser utilizados para esse propósito, a exemplo do conteúdo da mensagem e do plano de governo que o Presidente da República deve remeter ao Parlamento, por ocasião da abertura da sessão legislativa (art. 84, XI, da CF), e do compromisso presidencial prestado ao tomar posse, de *manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil* (art. 78 da CF).

A obrigatoriedade de os agentes políticos cumprirem fielmente a modelagem principiológica presente na Constituição remete, ainda, ao exame da adequação das políticas públicas aos fundamentos constitucionais e aos objetivos fundamentais do país (arts. 1º e 3º da CF), bem como aos princípios constitucionais da administração pública (art. 37 da CF). É inegável que o julgamento das contas, em vista da natureza dos fatores e parâmetros a serem examinados, apresenta forte conotação subjetiva, o que, de resto, não o infirma como ferramenta da maior relevância para o aperfeiçoamento democrático e a otimização das políticas públicas implementadas no País. Ao contrário, é o Parlamento o fórum indicado para as discussões e embates programáticos acerca das ações públicas, passadas e futuras.

Ressalte-se, por fim, que, além do Poder Executivo, devem também prestar contas os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público, nos termos da Constituição Federal.

Esclarecemos, ainda, que os arts. 56 e 57 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000) tiveram sua eficácia suspensa por medida cautelar na ADIN nº. 2.238 (impetrada pelo PT, PC do B e PSB), na assentada de 8/8/2007, porém, no nosso entendimento, isso não afasta o dever de prestar contas dos órgãos dos três Poderes e do Ministério Público, tendo em vista o mandamento constitucional que prevê o dever de prestar contas por parte dos que administram recursos públicos, nem a titularidade do controle externo do Poder Legislativo, o que possibilita a análise das respectivas informações apresentadas por esse relatório. O que, no nosso entendimento, fica prejudicada é a apreciação do mérito das respectivas contas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal não disciplina pontos essenciais do instituto de prestação de contas, nada definindo sobre o conteúdo, a estrutura e os critérios de julgamento, ficando clara a premente necessidade de o Congresso Nacional elaborar norma regulamentadora da prestação de contas, de forma a torná-la um instrumento que contribua, efetivamente, para aumentar a transparência democrática dos Poderes da União.

Ressaltamos, também, que está previsto no art. 117 da Resolução 01/2006-CN, que integra o Regimento Comum do Congresso Nacional, que prevê o uso da legislação e dos procedimentos do TCU pelo Congresso na ausência de norma específica sobre o Controle:

Art. 117. No exercício da competência de que tratam os arts. 70 e 71 da Constituição aplica-se, no que couber, o disposto na Lei no 8.443, de 16 de julho de 1992.

O Parecer Prévio do Tribunal de Contas fundamenta-se em estudos técnicos pormenorizados, cujos relatórios foram encaminhados a esta Casa e encontram-se disponíveis para análise dos parlamentares e da sociedade. Em vista disso, não há necessidade de o presente parecer alongar-se em minúcias e reproduzir o que está detalhado no Relatório do TCU. Adotaremos, alternativamente, a metodologia de destacar os aspectos mais importantes das contas do governo e as diligências a serem adotadas para sanar problemas e aperfeiçoar a gestão das contas públicas.

O Parecer Prévio do TCU está organizado em nove capítulos, a saber:

1 Introdução

2 Desempenho da economia brasileira

3 Análise das receitas e despesas no exercício de 2005

4 Ação setorial do governo federal

5 Análise econômico-financeira das demonstrações contábeis da União

6 Áreas temáticas

7 Recomendações do Tribunal de Contas da União nas contas do Governo da República de 2004 e providências adotadas

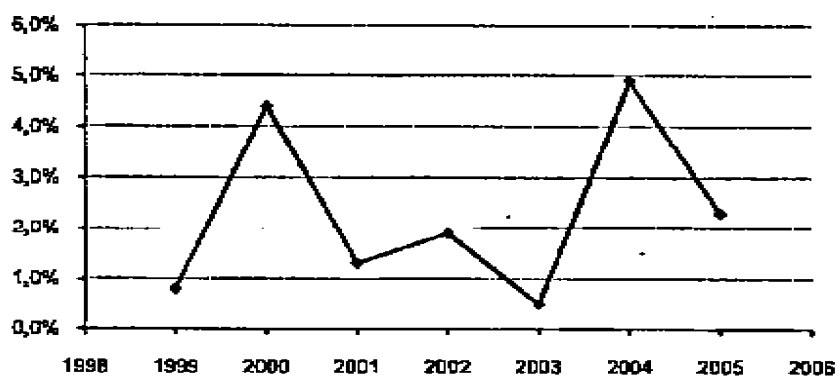
8 Conclusões

9 Pareceres prévios e votos dos Ministros e Auditores

I.2 – Desempenho da Economia Brasileira

A economia brasileira cresceu menos em 2005 do que no ano anterior. A taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) a preços de mercado foi de 2,3% em 2005, contra 4,9% em 2004. O gráfico a seguir mostra como o crescimento do PIB tem variado nos últimos anos.

Variação real anual do PIB



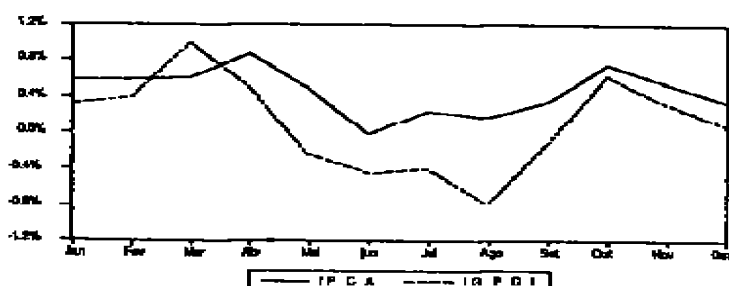
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

I.2.1. Taxa de Juros e Nível de Preços

A taxa anual de juros Selic ao longo do exercício de 2005 esteve bem próxima da sua meta. A taxa ao final do ano era de 18,49% a.a., contra uma meta de 18,50% a.a.

A taxa de inflação em 2005, medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi de 5,69% a.a. contra 7,60% a.a. em 2004. Além de ser menor do que a do ano anterior, a taxa de inflação manteve-se dentro dos limites de tolerância da meta estabelecida, que era de 5,1% a.a., aceitando-se resultados entre 3,1% e 7,1%.

Taxa de Inflação 2005: IPCA/IGP-DI - 2005



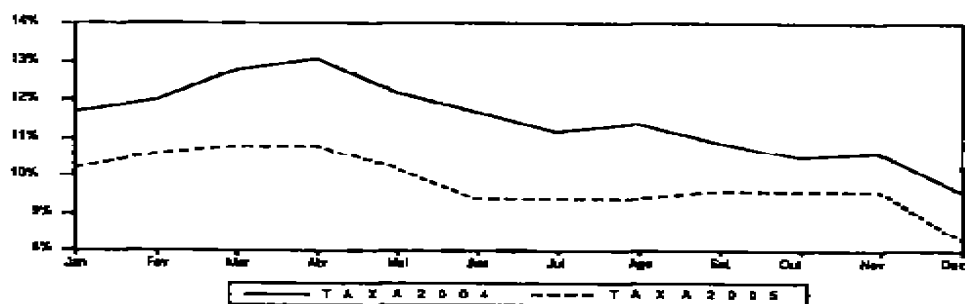
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

1.2.2 Nível de Emprego

A taxa de crescimento do emprego formal em 2005 foi de 5,09%, ou seja, um ritmo de crescimento mais lento que o de 2004, quando o emprego formal cresceu 6,55%. Apesar dessa desaceleração, a taxa de desemprego continuou diminuindo suavemente. Em termos anuais, a taxa em 2005 foi de 9,8% contra 11,5% em 2004.

O rendimento real anual de 2005 foi de R\$ 1.015,67 contra R\$ 993,15 em 2004. No cálculo desse valor, considera-se o total pago a título de salários dividido pela quantidade de trabalhadores empregados, retirando-se o efeito da inflação.

Taxa de Desemprego Mensal de 2004 a 2005



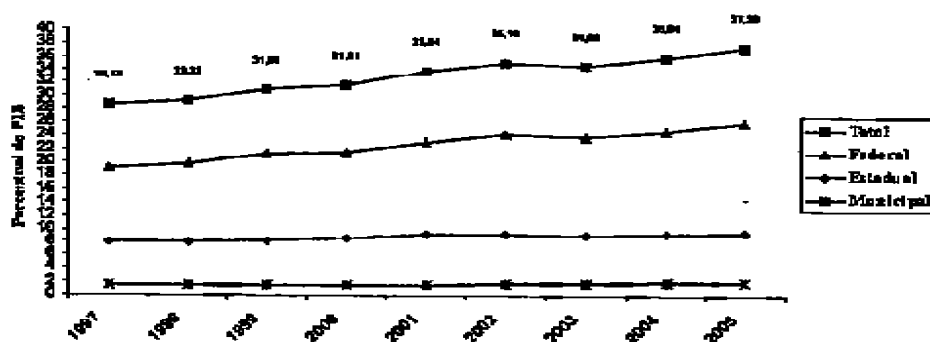
Fonte: IBGE

1.2.3 Carga Tributária Nacional¹

A carga tributária de um país representa a parcela de recursos que o Estado retira compulsoriamente dos indivíduos e empresas, como forma principal de financiar o conjunto das atividades do governo. .

Em relação a 2004, houve um acréscimo de 1,58%. Em termos nominais, ou seja, se utilizados valores não corrigidos pelas taxas de inflação, a arrecadação total das receitas incluídas no cálculo da carga tributária cresceu 14,55% em comparação com 2004, enquanto no mesmo período, o crescimento do PIB foi de 9,68%.

Evolução da Carga Tributária



Fonte: IPEA

1.2.4. Política Macroeconômica

A política fiscal de 2005 não foi tão restritiva quanto a executada em 2004, como pode ser verificado pela avaliação comparativa entre os dois exercícios referente às Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) e à Execução de Caixa do Tesouro Nacional.

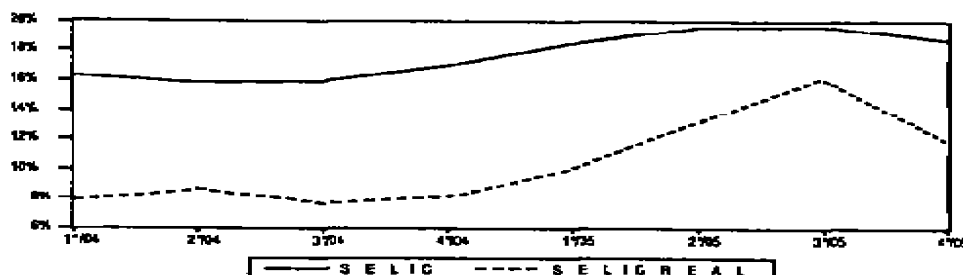
O desempenho fiscal da esfera federal (Governo Federal, Bacen, INSS e empresas estatais federais) atingiu com alguma folga a meta do resultado primário de 3,15% do PIB fixada pela LDO em 2005. O superávit primário foi atingido com 3,56% do PIB, sendo 2,88% para os orçamentos fiscal e da seguridade social e 0,68% para as estatais federais. Destaque-se que o resultado primário para o Governo Federal foi o maior dos últimos 10 anos. O superávit primário de 2004 foi de 3,48% do PIB.

¹ esse indicador econômico é obtido pelo quociente entre a receita tributária (impostos, contribuições e taxas) total e o valor do Produto Interno Bruto do país, em determinado exercício fiscal.

1.2.5 Política Monetária e Creditícia

Pode-se observar no gráfico apresentado a seguir que a política monetária em 2005 foi mais austera que a de 2004. Fica claro na análise gráfica que a taxa de juros real, Over/Selic, deflacionada pelo IPCA, Selic-real, apresenta um crescimento mais acentuado do quarto trimestre de 2004 até o terceiro trimestre de 2005, quando começa a declinar.

Taxas Básicas de Juros - Dados Trimestrais de 2004 a 2005



Fonte: IPEA

1.3 – Análise das Receitas e Despesas de 2005

O Anexo de Metas Fiscais da LDO para 2005, Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, estabeleceu meta de superávit primário de 4,25% do PIB para o setor público consolidado em 2005. A participação do governo federal nessa meta foi fixada em 3,15% do PIB, para a qual o governo central contribuiria com 2,45% do PIB e as empresas estatais federais contribuiriam com 0,70% do PIB, podendo tais resultados ser compensados entre si. Estabeleceu, também, a meta do resultado nominal (déficit de 0,64% do PIB) e o montante da dívida líquida (35,43% do PIB) para governo central e empresas estatais federais.

O resultado primário superavitário (R\$ 93,5 bilhões ou 4,83% do PIB) do setor público consolidado ficou acima da meta de 4,25% do PIB estabelecida para 2005, o que confirma a trajetória ascendente dos resultados positivos obtidos pela administração em razão de significativos ajustes orçamentários.

No que se refere à esfera federal, formada pela soma dos resultados de governo central e empresas estatais federais, a meta de superávit primário (R\$ 57,2 bilhões ou o equivalente a 3,15% do PIB) foi cumprida com folga (R\$ 68,9 bilhões ou 3,56% do PIB), graças ao bom desempenho do governo central. Este obteve superávit primário (R\$ 55,7 bilhões ou 2,88% do PIB) bem superior ao fixado para 2005 (R\$ 44,5 bilhões ou 2,45% do PIB), suficiente para compensar o resultado (R\$ 13,2 bilhões ou 0,68%) alcançado pelas empresas estatais federais, que ficaram abaixo da meta de 0,70% do PIB.

1.3.1 – Limites para movimentação e empenho - contingenciamento

O orçamento geral da União para 2005 fixou o total da despesa em R\$ 1,642 trilhão, sendo R\$ 36,0 bilhões para o orçamento de investimento das empresas estatais e R\$ 1,606 trilhão para os orçamentos fiscal e da seguridade social. Deste valor, R\$ 935,8 bilhões foram reservados para o refinanciamento da dívida pública federal.

Ao longo do ano, foram aprovados créditos adicionais ao orçamento, no montante de R\$ 28,1 bilhões, o que alterou o montante da despesa fixada para R\$ 1,670 trilhão ao final de 2005.

A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê limitação de empenho e de movimentação financeira dos Poderes e do Ministério Público, com o objetivo de garantir os instrumentos necessários ao alcance da meta de superávit primário definida na LDO. Tal limitação, entretanto, não pode atingir as dotações destinadas ao pagamento do serviço da dívida, as despesas constitucionais e legais do ente, e as ressalvadas pela LDO, as quais são chamadas “despesas obrigatórias”. Excluídas essas despesas, restou o montante de R\$ 90,1 bilhões sujeito a contingenciamento.

A capacidade de movimentação e de empenho dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União foi restringida, inicialmente, em R\$ 259,1 milhões, mas, no decorrer do exercício, foi ampliada em R\$ 109,7 milhões. Com esse descon contingenciamento, a restrição final à execução dos orçamentos dos órgãos ou entidades envolvidos foi de R\$ 149,4 milhões.

No Poder Executivo, a faculdade de empenho foi inicialmente restringida em R\$ 15,8 bilhões. No decorrer do exercício, foi ampliada em R\$ 8,5 bilhões, o que deveria resultar em uma limitação final de R\$ 7,3 bilhões. Entretanto, em razão das alterações efetivadas nas dotações orçamentárias sujeitas a contingenciamento, a restrição para empenho no Executivo alcançou o montante de R\$ 10,1 bilhões ao final do exercício. Ficaram disponíveis para empenho, portanto, R\$ 80,0 bilhões.

Já os limites de pagamento foram inicialmente fixados em R\$ 68,4 bilhões. Contudo, os Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda receberam autorização para ampliarem esse valor em R\$ 10,4 bilhões, o que deturinou um limite de pagamento final de R\$ 78,8 bilhões. Esse montante é R\$ 1,2 bilhão inferior ao limite autorizado para empenho. Os limites, entretanto, atendem ao pagamento tanto das despesas previstas no orçamento corrente, quanto de restos a pagar, quando referentes a despesas primárias discricionárias.

Os contingenciamentos realizados acima das metas fiscais reduzem o volume de recursos para a execução dos programas de governo. Essa redução é tão expressiva quanto as disponibilidades de recursos que permanecem na Conta Única do Tesouro Nacional sem utilização.

1.3.2 - Receitas

O total da receita arrecadada foi de R\$ 1,2 trilhão, frustrando a previsão contida na Lei Orçamentária Anual de 2005, de R\$ 1,6 trilhão. A tabela a seguir demonstra que a diferença entre a arrecadação prevista e a executada decorreu do comportamento das receitas de capital, à semelhança do ocorrido em 2004. De fato, o desempenho dessas receitas é fortemente influenciado pelo mercado financeiro, o que dificulta sua previsão.

Receita Arrecadada - 2005 (em R\$ milhões)

Discriminação da Receita	Receita Prevista (A)	Receita Realizada (B)	% (B/A)
Receitas Correntes ¹³	514.206	527.325	102,55
Receitas de Capital ¹⁴	1.092.197	633.844	58,03
Total	1.606.403	1.161.169	72,28

Fonte: Balanço Geral da União.

1.3.3 - Receita Tributária

A arrecadação nominal da Receita Tributária no ano de 2005 superou em 20,50% a arrecadação de 2004, mantendo-se assim a tendência observada em anos anteriores. Este desempenho deveu-se, em grande parte, à arrecadação dos impostos (20,38%), contribuições (13,07%) e outras receitas correntes (105,94%).

1.3.4 - Receita de Contribuições

O principal tributo que contribuiu para o bom desempenho global da arrecadação foi a Cofins. Esse desempenho ocorreu em razão da tributação das importações decorrente da Lei nº 10.833/03, que introduziu a tributação dos insumos importados pelas empresas sujeitas a não cumulatividade e da Lei nº 10.865/04, que estendeu a tributação a todos os produtos importados.

1.3.5 - Dívida Ativa

Quanto às receitas advindas da cobrança da dívida ativa, há superdimensionamento dos valores. Foram consideradas em 2005 receitas recebidas em 2003 e 2004 no âmbito do Programa de Parcelamento Especial (Paes). Tais receitas não poderiam ser computadas em 2005, em razão do regime de caixa, o qual impõe que os créditos da fazenda pública sejam escriturados como receita do exercício em que foram arrecadados.

1.3.6 - Despesas

Em 2005, foram realizados dispêndios no montante de R\$ 1,1 trilhão, cerca de 22% superior à despesa realizada no exercício de 2004. Se excluídas as transferências realizadas a Estados, Municípios e Distrito Federal e os pagamentos relativos à dívida pública (encargos, amortizações e refinanciamento), a despesa orçamentária realizada em 2005 foi de R\$ 349,3 bilhões, o que representou aumento nominal de 14% em relação ao exercício de 2004.

Os gastos com "Encargos Especiais", que incluem o pagamento de dívidas, transferências de recursos e refinanciamento da dívida pública federal, representaram cerca de 68% do total das despesas em 2005, que, somados às despesas com "Previdência Social", responderam por 85% das despesas totais.

1.3.7 - Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal, civil e militar, e encargos sociais aumentaram 5% de 2004 para 2005. A maior parte desses dispêndios refere-se ao pagamento de ativos (45%),

inativos (29%) e pensionistas (15%). O incremento com pagamento de despesas de aposentadorias, reformas e pensões, inclusive militares, foi, em média, de 24% em relação ao ano anterior. O aumento dos dispêndios com remuneração de pessoal civil foi de 15% e de militares, 11%.

1.3.8 - Outras Despesas Correntes

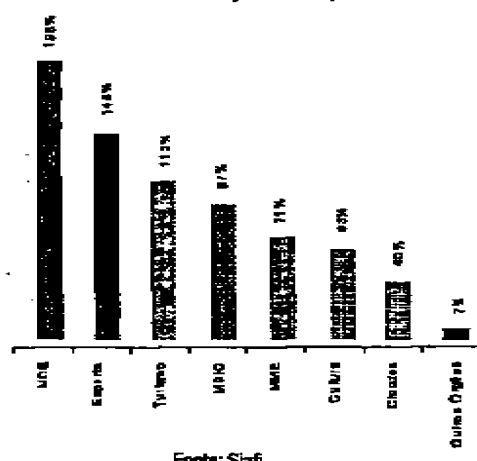
Os dispêndios a título de "Outras Despesas Correntes" aumentaram 21% entre 2004 e 2005. Em 2005, a participação dessas despesas nos orçamentos fiscal e da seguridade foi de 30%, semelhante à do ano de 2004. Destacam-se, em 2005, os gastos com benefícios previdenciários e assistenciais, cerca de 49% do total desse grupo de despesa. São também significativas as despesas com as contribuições (8%) e a distribuição de receitas a outras esferas de governo (27%).

1.3.9 - Despesas com Terceirização

Os dispêndios com terceirização atingiram, em 2005, o montante de R\$ 7,5 bilhões, cerca de 26% superior ao de 2004.

A terceirização vem sendo utilizada em grande escala. O gráfico ilustra a comparação entre os gastos com terceirização realizados por alguns Ministérios e as respectivas despesas com pessoal.

Relação Gastos com Terceirização / Despesas com Pessoal



1.3.10 - Restos a Pagar

O volume de restos a pagar inscritos em 2004, para pagamento em 2005, foi de R\$ 21,6 bilhões. Apesar de ser 32% menor do que a inscrição realizada ao final de 2003, esse valor corresponde a mais de três vezes a dotação orçamentária final do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2005, e se aproxima de todo o valor pago no âmbito do Ministério da Educação (R\$ 24,3 bilhões em 2005).

Dos recursos inscritos ao final de 2004, verifica-se que 22% foram cancelados em 2005, ou R\$ 4,7 bilhões. Desse montante, destacam-se os valores inscritos em restos a pagar

não-processados para pagamento de amortização da dívida, no valor de R\$ 1,1 bilhão, os quais foram quase integralmente cancelados.

Da comparação dos montantes globais dos restos a pagar dos exercícios de 2004 e 2005, observa-se forte aumento nos valores inscritos em Restos a Pagar (83%), tendo o incremento na inscrição de Restos a Pagar Não-Processados atingido o percentual de 95%. O valor total inscrito representa cerca de 6% do total da despesa empenhada no exercício, exceto o refinanciamento da dívida pública.

Variação dos Restos a Pagar no Exercício de 2005

(em R\$ milhares)				
Exercício	Total das Despesas Empenhadas (exceto refinanciamento da dívida)	Restos a Pagar Processados no Exercício	Restos a Pagar Não-Processados no Exercício	Total dos Restos a Pagar no Exercício
2004	543.763.002	2.806.567	17.384.521	20.191.088
2005	606.933.821	2.969.401	33.977.897	36.947.298
Varição	11,62%	5,80%	95,45%	82,89%

Fontes: Relatórios Reunidos da Execução Orçamentária da União e de Gestão Fiscal dos exercícios de 2004 e 2005.

1.3.11 - Benefícios Financeiros, Tributários e Creditícios

A Secretaria da Receita Federal (SRF) estimou em R\$ 31,3 bilhões o montante global das renúncias relativas às receitas arrecadadas pelo órgão. As renúncias mais expressivas são aquelas vinculadas ao Imposto de Renda (IR), ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), estimadas em R\$ 25,5 bilhões.

Em termos de participação regional, o Sudeste detém 42,7% do total de incentivos, principalmente em razão do peso do IR (R\$ 5,6 bilhões), que responde por 42,2% da renúncia efetuada em favor dessa região. A Região Norte vem em segundo lugar, com R\$ 6,4 bilhões, ou 20,6% do total da renúncia. Esses benefícios da Região Norte decorrem, em sua maior parte, da Zona Franca de Manaus, que responde por R\$ 4,5 bilhões ou 70,0% desse valor.

1.3.12 - Gestão Fiscal

Um dos principais balizadores utilizados para a verificação da responsabilidade na gestão fiscal, nos termos das determinações da LRF, é a receita corrente líquida (RCL). Em 2005, a RCL atingiu a cifra de R\$ 303,0 bilhões, sendo superior à do exercício de 2004 em 15%.

A despesa líquida total com pessoal (DTP) da União atingiu montante da ordem de R\$ 83,0 bilhões. Todos os Poderes e órgãos da União observaram os limites estipulados nos arts. 20, 22 e 59 da LRF.

O montante de operação de crédito contratado foi inferior às despesas de capital, o que comprova o cumprimento da norma insculpida no inciso III do art. 167 da Constituição. Do total das operações de crédito realizadas em 2005, no montante de R\$ 587,2 bilhões, cerca de 86% destinaram-se ao refinanciamento das dívidas interna e externa. Deve-se registrar, ainda, que a relação entre o total das operações de crédito realizadas e a RCL passou de 168% para 194%.

As garantias concedidas, que em 2005 atingiram o montante de R\$ 80,1 bilhões, apresentaram redução de quase 37% quando comparadas aos montantes observados em 2004.

Da mesma forma, houve redução de 50% nas contragarantias obtidas pela União, que atingiram o valor global de R\$ 42,6 bilhões.

I.3.13 - Limite de Gastos com Saúde

A União empenhou o montante de R\$ 37,4 bilhões em despesas da área de Saúde em 2005, deduzidos os restos a pagar cancelados. Esse valor está cerca de R\$ 422,6 milhões acima do limite mínimo de gastos em ações e serviços públicos de saúde. Os recursos empenhados em 2005 representam um incremento de 14,8% em relação ao exercício anterior, percentual superior aos 13,5% de crescimento nominal do PIB entre os exercícios de 2003 e 2004, referenciais para o cálculo da alocação desses recursos no exercício de 2005. Fica caracterizado, dessa forma, o cumprimento ao limite mínimo estabelecido no art. 77, inciso 1, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), com a redação dada pela Emenda Constitucional nº29/2000.

I.3.14 - Despesas com Irrigação

Dos R\$ 209,5 milhões investidos em irrigação à conta do orçamento geral da União, apenas R\$ 7,1 milhões foram aplicados na Região Centro-Oeste, ou seja, 3% do total. Foi descumprido, portanto, o preceito do inciso 1 do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que determina a aplicação, nos 25 (vinte e cinco) anos subsequentes à promulgação da Constituição, do mínimo de 20% na Região Centro-Oeste.

I.3.15 - Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

O orçamento de investimento para 2005 englobou as programações de 72 empresas estatais federais. Essas empresas realizaram investimentos no valor de R\$ 28,1 bilhões, cerca de 79% da dotação final autorizada.

Das estatais constantes do orçamento de investimento, cinco apresentaram ações com nível de realização superior à dotação aprovada, quais sejam: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), Petrobras Distribuidora S.A., Companhia de Eletricidade do Acre, Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG) e Boa Vista Energia S.A.

I.3.16 - Dívida Pública

Em 2005, o saldo da dívida líquida do setor público (DLSP) aumentou em R\$ 45,5 bilhões e ultrapassou, pela primeira vez na história, o valor de R\$ 1 trilhão. A relação entre a dívida e o PIB, no entanto, sofreu ligeira redução, de 51,67% para 51,49%.

Entre os fatores que condicionaram essa variação, podem ser destacados os seguintes: a apropriação de R\$ 157,1 bilhões de juros nominais aos saldos da dívida líquida, o que representou aumento de 8,07% em relação ao PIB; o superávit primário de R\$ 93,5 bilhões, que contribuiu para reduzir o montante do endividamento líquido em 4,80% do PIB; e o próprio crescimento do Produto Interno Bruto, que contribuiu para reduzir a relação DLSP/PIB em 2,52 pontos percentuais.

I.4 – Ação Setorial do Governo Federal

I.4.1 – Execução de programas

Dos 80 programas existentes com média de execução física superior a 60%, 53 (66%) apresentaram execução orçamentária igual ou superior a 75% da dotação prevista na LOA/2005. De forma geral, pode-se afirmar que os programas com tais características seguiram o planejamento proposto na Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional,

uma vez que o desembolso orçamentário foi acompanhado de alcance de metas físicas correspondentes e proporcionais. Acrescenta-se que apenas 32 (40%) desses programas tiveram ações classificadas como prioritárias pela LD012005, e 48 (60%), não-prioritárias.

Detectaram-se 100 programas, por sua vez, que tiveram média de execução física inferior a 60% da meta prevista na LOA 2005. Desses, 52 apresentaram, em média, execução orçamentária igual ou superior a 75% da dotação prevista na LOA 2005. Isso significa dizer que esses 52 programas obtiveram alto grau de execução orçamentária, enquanto o alcance das metas físicas foi baixo, atestando falta de planejamento ou de economia de recursos orçamentários na sua execução.

Ressalte-se que a execução orçamentária e física dos 180 programas analisados atingiu, em média, os percentuais de 73% e 52%, respectivamente. Das funções governamentais que alcançaram desempenho físico superior a 60%, destacam-se: Desporto e Lazer, Relações Exteriores, Administração, Cultura, Educação, Defesa Nacional e Assistência Social. Por outro lado, as funções Comércio e Serviços, Legislativa, Urbanismo, Energia, Saneamento, Segurança Pública, Habitação e Comunicações tiveram média de execução física inferior a 40% da meta prevista na LOA 2005.

A análise da execução físico-financeira dos programas prioritários em relação aos não-prioritários, tendo-se como referência a LDO/2005 - Lei nº 10.934/2004, evidenciou que, dos 180 programas analisados, 72 (40%) continham ações consideradas prioritárias e 108 (60%), não prioritárias. Apurou-se que, em média, a execução orçamentária dos programas não prioritários foi de 75%, superior a dos programas prioritários, 70%. No entanto, quando se tem como fundamento o alcance das metas físicas, os programas prioritários apresentaram média de 53%, superior em um ponto percentual ao índice de 52% aferido pelos não prioritários.

Diante do exposto, é de se salientar que, apesar do MPOG ter empreendido melhorias no processo de elaboração de programas, existem ainda dificuldades no acompanhamento dos resultados dos programas governamentais, notadamente da sua execução físico-financeira, em virtude de diversos fatores, dos quais se destacam: inexistência de atributos de programas, falta de registro de execução de metas físicas no Sigplan, e falhas na definição das metas físicas.

I.4.2 - Poder Legislativo

No exercício de 2005, a Lei Orçamentária Anual fixou para o Senado Federal o montante final de R\$ 2,6 bilhões, destacando-se o programa "Atuação Legislativa do Senado Federal", com R\$ 1,8 bilhão, à conta do qual foram executadas despesas no montante de R\$ 1,7 bilhão, cerca de 93% da sua dotação autorizada. Foram apresentadas cerca de 5.200 proposições, das quais 2.867 matérias foram avaliadas pelo Plenário da Casa, sendo 2.756 aprovadas.

Para a Câmara dos Deputados, foi consignada dotação de R\$ 2,6 bilhões, tendo a maior parcela - 76% - sido destinada ao programa "Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados", com destaque para "Processo Legislativo", ação que se destina a assegurar a força de trabalho necessária à plena atuação da Casa, que alcançou o montante de R\$ 1,7 bilhão, correspondendo a 68% das despesas globais executadas pelo órgão em 2005. Do total de 11.619 proposições apresentadas à Mesa Diretora, foram apreciadas 4.314 proposições (37%), sendo 4.133 nas Comissões e 181 no âmbito do Plenário da Casa.

L4.3 - Poder Judiciário

No exercício de 2005, foi consignada ao Supremo Tribunal Federal a dotação de R\$ 304 milhões, dos quais R\$ 226 milhões foram alocados ao programa finalístico do órgão - "Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal" - tendo sido executado o montante de R\$ 217 milhões (96%). A atividade processual do órgão alcançou 105.962 decisões, contra 103.407 em 2004, representando um acréscimo de 2%.

O Superior Tribunal de Justiça contou com dotação orçamentária de R\$ 605 milhões, tendo sido executados R\$ 549 milhões (91%). Quanto à atividade judicante do órgão, o relatório do STJ destaca o julgamento de 271.428 processos, correspondendo a um aumento de 12% em relação a 2004, quando houve julgamento de 241.309 processos.

A Justiça Federal teve consignada dotação de R\$ 5,7 bilhões, acrescida dos destaques recebidos, na ordem de R\$ 4,4 bilhões, destinados a pagamento de sentenças judiciais de outros poderes e órgãos federais, nos termos do § 2º do art. 100 da Constituição Federal. A despesa executada foi de R\$ 6,2 bilhões, dos quais 38% (R\$ 2,4 bilhões) referentes ao pagamento de precatórios. Quanto aos resultados operacionais, destaca-se a elevação do número médio de processos julgados, por Juiz, representando um acréscimo de 7% em relação a 2004.

À Justiça do Trabalho foi destinada dotação de R\$ 7,1 bilhões, que somada à movimentação externa de crédito resultou em um orçamento disponibilizado de R\$ 7,3 bilhões, dos quais foram executados R\$ 6,6 bilhões (90%). No período em análise, foram recebidos cerca de 2.401 processos, dos quais foram julgados 2.290, perfazendo 95% do total.

A Justiça Eleitoral contou, em 2005, com dotação orçamentária no montante global de R\$ 2,5 bilhões, dos quais foram executados R\$ 2,4 bilhões, o que corresponde a 97% dos créditos disponibilizados. Em 2005, a atividade jurisdicional do órgão foi menos intensa que no exercício anterior, ocasião em que ocorreram as eleições municipais, tendo sido julgados 18.335 processos, marca inferior ao total decidido em 2004 (47.221).

A Justiça Militar contou, em 2005, com dotação de R\$ 204 milhões, dos quais foram executados R\$ 201 milhões, representando 98% do total. Durante o exercício de 2005, o órgão julgou 1.628 processos, contra 1.346 julgados em 2004, representando um acréscimo de 21% de um exercício para o outro.

A dotação orçamentária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios foi de R\$ 926 milhões, dos quais foram executados R\$ 918 milhões (99%). Em 2005, o órgão julgou 280.430 processos, entre sentenças e acordos, observando-se acréscimo de 9% em relação aos 256.441 julgados no exercício anterior.

L4.4 - Ministério Público da União

A Lei Orçamentária Anual para 2005 consignou ao Ministério Público da União uma dotação, já reajustada por créditos adicionais, no montante de R\$ 2,0 bilhões, dos quais 98% foram executados. De acordo com o Relatório de Prestação de Contas do órgão, a função orçamentária "Essencial à Justiça" representou a maior parte das despesas executadas no exercício de 2005, correspondendo a 84%, sendo que a subfunção "Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário" registrou 77% do total.

I.5 - Análise Econômico-Financeira das Demonstrações Contábeis da União

I.5.1 - Balanço-Geral da União (BGU)

Integram o Balanço-Geral da União (BGU) os demonstrativos contábeis dos órgãos da administração direta dos três Poderes e do Ministério Público, das autarquias - todas com exceção dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, das fundações públicas, das empresas públicas, das sociedades de economia mista, quando na condição de estatais dependentes e dos fundos especiais, de natureza orçamentária.

As entidades contábeis² de natureza jurídica de direito público utilizam contabilidade pública e integram os orçamentos fiscal e da seguridade social (OFSS) da União. As entidades contábeis de natureza jurídica de direito privado podem usar contabilidade pública ou comercial, a depender de sua condição de dependência econômica do ente Controlador.

Não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA), além dos conselhos de profissões constituídos como autarquias, as empresas que recebem recursos da União apenas sob a forma de participação acionária, pagamento pelo fornecimento de bens e pela prestação de serviços, pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos e transferências para aplicação em programas de financiamento, conforme definido pela LDO.

O universo analisado contempla todos os Ministérios e a Presidência da República, suas entidades da administração indireta, as Casas Legislativas, os Tribunais do Judiciário e o Ministério Público. Não estão incluídos na análise:

- a) Tribunal de Contas da União (TCU), por não estar submetido ao universo passível de parecer prévio;
- b) as unidades diplomáticas no exterior, por não integrarem o sistema Siafi a despeito do disposto no Acórdão TCU nº 347/2006 — Plenário;
- c) a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), empresa pública criada pela Lei nº 10.972, de 2/12/2004, por não apresentar dotações nos orçamentos fiscal ou da seguridade social ou movimentação patrimonial no período.

I.5.2 - Balanço Patrimonial (BP)

No tocante à consolidação dos BP nos diversos órgãos e entidades pertencentes à entidade econômica "orçamento fiscal e da seguridade social", persistem os seguintes problemas contábeis que geram duplicidades, a despeito de já haverem sido promovidas melhorias:

- a) rubricas de direitos e obrigações decorrentes de transações que envolvem entidades abrangidas na consolidação (órgãos e entidades);
- b) rubricas de obrigações tributárias, quando o favorecido é órgão/entidade considerada na consolidação;
- c) encargos sociais a recolher quando o favorecido é órgão/entidade considerada na consolidação.

² Entidade contábil: patrimônio destacado (autônomo) sob controle contábil. O princípio da entidade reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos (Resolução CFC nº 750, de 29/1 2/1 993)

I.5.3 - Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A estrutura da DVP vem se apresentando de forma desarmônica, dificultando a transparência das informações contábeis, além de apresentar diferenças nos valores consolidados.

I.5.4 - Balanço Orçamentário (BO)

Os valores das despesas e receitas executadas registrados no BO não coincidem, em vários casos, com os valores constantes da DVP e do Balanço Financeiro. Isso é um grave problema de confecção e estruturação de balanços. Ademais, ainda no tocante à estrutura, as colunas de receitas e despesas não vêm apresentando valores equilibrados.

A despeito dessas considerações, o que mais chama a atenção é a ausência de balanços orçamentários para as entidades da administração indireta e fundos.

I.5.5 - Balanço Financeiro (BF)

O BF, quando consolidado em nível de tipo de administração, apresenta valor diferente daquele obtido quando são somados os órgãos e entidades e tipos de administração que o compõem.

Isso ocorre porque, na elaboração do consolidado do balanço financeiro, podem existir situações de compensação de algumas rubricas do balanço em função da sua regra de formação, dando-se tratamentos diferenciados para saldos credores e devedores de algumas contas contábeis.

As diferenças ocorridas em 2005 foram explicadas, mas, apesar disso, o procedimento de consolidação deve ser alterado para que ocorrências semelhantes não voltem a acontecer nos exercícios futuros.

I.6 - Áreas Temáticas

I.6.1 - Combate à Corrupção

Buscou-se identificar as principais ações desenvolvidas por quatro dos órgãos que atuam no combate à corrupção, além do próprio TCU, bem como apontar algumas das lacunas e oportunidades de melhoria desse complexo aparato governamental.

I.6.2 - A Controladoria-Geral da União (CGU)

Têm sido implementadas importantes adequações estruturais e regimentais na Controladoria-Geral da União no intuito de potencializar as ações de combate à corrupção e de integração com os demais órgãos de fiscalização e controle. As ações desenvolvidas pelo órgão nos últimos anos, sobretudo as fiscalizações nos municípios e as ações conjuntas com a Polícia Federal e Ministério Público, têm dado credibilidade à CGU junto à opinião pública.

O Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos já atingiu 1.041 municípios brasileiros. No exercício de 2005, foram realizados cinco sorteios, que resultaram na fiscalização de trezentos municípios, e três sorteios referentes aos estados e Distrito Federal, sendo fiscalizados alguns programas executados em doze estados a cada sorteio.

Além disso, diante da constatação de que um dos principais motivos para a não abertura de sindicâncias e processos administrativos disciplinares contra agentes públicos era a inexistência de servidores capacitados para a realização desses procedimentos, foi instituído o Programa de Qualificação em Processo Administrativo Disciplinar.

Em 2005, foram capacitados 1.272 servidores federais em processo administrativo disciplinar e 168 em Tomada de Contas Especial (TCE). Foi também organizado cadastro de agentes treinados, ao qual podem recorrer os órgãos públicos, em que constam 2.646 servidores capacitados em PAD e 1.000 em TCE.

I.6.3 - O Ministério Público Federal (MPF)

As múltiplas atribuições conferidas ao Ministério Público pela Constituição de 1988 consolidam sua função como órgão atuante no combate à corrupção. Observa-se, no entanto, que, apesar da elevada qualificação do quadro de Procuradores, a atuação do MPF não obedece a um planejamento estratégico.

Há no MPF sensível dificuldade em se obter dados consolidados de sua atuação. No intuito de solucionar essa carência, o órgão busca implementar o Sistema Unificado de Informações do MPF (Sistema Único), que visa padronizar e integrar dados e informações, de modo a unificar os seus diversos sistemas de controle de documentos, processos e procedimentos. Após sua implantação - a previsão é a partir de 2007 disponibilizar diversos serviços, gradativamente, até que em 2008 todos tenham sido desenvolvidos - o Sistema Único substituirá vários sistemas, e passará a controlar as atividades relacionadas ao trâmite de processos judiciais e de procedimentos administrativos institucionais, bem como fará o registro e armazenamento de todos os documentos gerados no âmbito do MPF.

De posse de informações gerenciais sobre o trâmite de processos judiciais, dos procedimentos administrativos institucionais, e do desempenho de suas unidades e de seus membros nas diversas esferas, o órgão poderá ganhar em produtividade com a focalização de sua atuação na solução das deficiências porventura apontadas.

I.6.4 - O Departamento de Polícia Federal (DPF)

As operações policiais executadas pelo DPF têm surtido efeito significativo no combate à corrupção. Algumas delas foram feitas em parceria com outros órgãos federais e resultaram no desmonte de quadrilhas e esquemas de desvio de recursos públicos, com prisões de agentes públicos suspeitos.

Em 2005, a Polícia Federal instaurou 2.623 Inquéritos Policiais relativos a atos de corrupção, quais sejam, os referentes a delitos que se enquadram nos artigos 312 a 327 do Código Penal Brasileiro.

No mesmo período, realizou 22 operações policiais em que havia suspeita do envolvimento de agentes públicos em ações criminosas. Essas operações resultaram na prisão de 350 pessoas, sendo a maior parte servidores públicos. As ações geraram também o desmonte de vários esquemas e de grupos de corrupção, bem como a apreensão de documentos e bens.

O Departamento apresenta, contudo, insuficiência de recursos, o que limita a sua atuação, além do fato de, nos últimos anos, ter havido um aumento de atribuições e de inquéritos instaurados que não foi acompanhado por um equivalente incremento de recursos humanos. Apresenta também insuficiência de informações acerca dos inquéritos concluídos, não se conhecendo o grau de efetividade dos mesmos, ou seja, não se sabe quantos dos inquéritos relatados geraram proposição de ação penal por parte do Ministério Público nem quantos evoluíram para a efetiva punição.

I.6.5 - Responsabilidade Social

A Constituição Federal estabelece que reduzir as desigualdades entre ricos e pobres e entre as regiões são objetivos do nosso país. A Constituição também garantiu que as políticas

sociais fossem fiscalizadas e gerenciadas pela sociedade, portanto é necessário procurar alcançar, de forma mais rápida, esses objetivos.

O processo de responsabilidade na gestão social que se pretende implantar no Brasil depende da definição de objetivos e metas a serem cumpridas na área social, que devem estar previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Entretanto, alguns fatores dificultam o cumprimento de metas nas políticas sociais e o atendimento das necessidades da população, tais como:

- constantes alterações dos programas dos governos;
- planejamento deficiente;
- cortes no orçamento;
- falta de verbas para manter as obras e os equipamentos em funcionamento;
- falta de verbas garantidas para despesas sociais, como moradia e obras de saneamento básico.

No período de 2000 a 2003, as principais causas que impediram os programas federais de atingirem seus objetivos foram os cortes orçamentários e o atraso na liberação dos recursos, conforme demonstrado no gráfico. Além dessas questões, há falta de contrapartida financeira pelos governos municipais e estaduais, atraso nas prestações de contas dos recursos recebidos e problemas nos contratos, convênios e licitações.

L6.6 - A atuação dos conselhos sociais

Os conselhos sociais são responsáveis pelo acompanhamento dos gastos com saúde, educação, habitação, assistência social e outras áreas relevantes para o município. Compete aos conselhos fiscalizar o cumprimento das metas e avaliar o relatório anual sobre os resultados alcançados, que deve ser apresentado pelo Poder Executivo.

Em auditorias operacionais, o TCU tem constatado que boa parte dos conselhos constituídos pelos municípios não desempenham suas atribuições, deixando de fiscalizar a aplicação dos recursos federais. Recomendações para o fortalecimento dos conselhos e do controle social são frequentes nas auditorias do TCU.

Em relação aos mecanismos de participação e controle social, pesquisa realizada nos municípios com menos de 50.000 habitantes, promovida pela Caixa Econômica Federal, demonstra que o tema foi incorporado ao discurso, mas não à prática dos gestores públicos. De cem citações, apenas em cinco casos foram desenvolvidas ações concretas nesse sentido.

Apesar dessas dificuldades, a construção de um sistema de responsabilidade na gestão social depende da criação e do fortalecimento de instrumentos que favoreçam a participação da sociedade em seu processo de acompanhamento e fiscalização. Os conselhos municipais e estaduais devem ser usados para esse propósito, dada a estrutura de funcionamento já existente.

L7 – Recomendações do TCU nas Contas do Governo de 2004 e Providências Adotadas

Ao enviar ao Congresso Nacional os Pareceres Prévios aprovados pelo Plenário, em cumprimento ao disposto no caput do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, acompanhados do relatório do Ministro-Relator e das Declarações de Voto dos demais Ministros, a Corte de Contas formulou recomendações aos órgãos e entidades responsáveis pela realização da receita e pela execução da despesa públicas orçamentárias, previstas no § 5º do art. 165 da Constituição Federal.

Essas recomendações e sugestões alicerçam-se na função constitucional do TCU e estão consignadas no Relatório juntamente com as providências adotadas para sua regularização e o respectivo *status*, isto é, se a recomendação foi atendida ou não. Observa-se que, das 40 recomendações, 20 foram atendidas parcial ou integralmente, 16 estão pendentes e 4 não foram atendidas. Consta do Relatório que o TCU está monitorando as recomendações ainda não implementadas para a adoção das providências pertinentes, em cada caso.

I.8 – Ressalvas e Recomendações do TCU nas Contas do Governo de 2005

Com o objetivo de corrigir as impropriedades identificadas e, por conseguinte, aprimorar o funcionamento da Administração Pública, o TCU propôs a expedição de ressalvas e recomendações aos órgãos competentes nos seguintes termos:

Ressalvas

Devem ser ressalvadas, em relação ao Poder Executivo, as ocorrências mencionadas ao longo do relatório, em particular:

I. não observância, à semelhança do exercício anterior, de aplicação mínima do equivalente a 30% dos recursos a que se refere o art. 212 da Constituição Federal (recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino) na erradicação do analfabetismo e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, consoante o § 6º do art. 6º do ADCT, tendo em vista que o percentual atingido no exercício de 2005 foi de 29,67 %;

II. descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que determina a aplicação, nos 25 (vinte e cinco) anos subsequentes à promulgação da Carta Magna, do mínimo de 20% do total dos recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste;

III. inadequação da contabilização dos valores arrecadados, em regime de caixa, e dos créditos inscritos na Dívida Ativa, em descumprimento à Lei nº 4.320/1964 e demais normas contábeis;

IV. execução de ações do orçamento de investimentos das empresas estatais em montante superior à dotação autorizada na LOA/2005;

V. inexistência de mecanismos de contabilização de dívidas como as que o INSS gerou junto à rede bancária;

VI. falta de divulgação da execução física para 32% das ações constantes do Plano Plurianual 2004/2007, devido ao não preenchimento do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal — Sigplan, caracterizando descumprimento ao disposto na alínea “e” do inciso I do § 1º do art. 15 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2005);

VII. falta de informações no Sigplan acerca dos indicadores relativos a 114 programas, bem como a ocorrência de inconsistências no registro da execução físico-financeira para 95 programas, caracterizando falhas no seu monitoramento, avaliação e revisão, processos cuja coordenação compete ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do § 3º do art. 1º do Decreto nº 5.233, de 6 de outubro de 2004;

VIII. não-incorporação à LOA, como unidade orçamentária, e conseqüentemente ao Siafi, na modalidade total, da Fundação Habitacional do Exército (FHE) sem apresentação de justificativas para tal;

IX. não-incorporação de informações do BNDES, Bacen, Emgea, CEF e FADS (entidades integrantes de saldos contábeis) junto ao BGU, por não observarem os prazos estabelecidos na Norma de Encerramento de exercício emitida pela STN;

X. apresentação de informações de entidades já extintas, mas com saldos contábeis em contas diversas, o que impossibilita conhecer a real situação econômico-financeira dessas entidades contábeis e, por último, da própria Administração Pública Federal, inviabilizando a aplicação de tratamento econômico e jurídico adequado ao patrimônio, caso ainda exista, pelos órgãos responsáveis (Departamento de Extinção e Liquidação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão);

XI. contabilização inadequada, como repasse em lugar de despesa orçamentária, dos recursos transferidos referentes aos encargos patronais para o Plano de Seguridade Social do Servidor (PSSS);

XII. utilização de procedimentos inadequados de consolidação de balanços patrimoniais, em especial no que se refere à falta de eliminação, nos balanços, mas não nas operações e transações contábeis, de duplicidades relacionadas a obrigações tributárias e encargos sociais a recolher, quando o favorecido for órgão/entidade considerada na consolidação, e a rubricas de direitos e obrigações decorrentes de transações que envolvem entidades abrangidas na consolidação;

XIII. utilização de procedimentos inadequados para apresentação de valores na demonstração das variações patrimoniais, à semelhança do que já vinha ocorrendo em exercícios anteriores, em especial no tocante ao registro de valores em subgrupos de mutações ativas e passivas sem a devida contrapartida em receitas e despesas orçamentárias, descaracterizando o aspecto orçamentário da operação, e ao registro em subgrupos de receitas e despesas extra-orçamentárias de valores de entidade integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, contrariando a própria concepção do plano de contas único da União;

XIV. utilização de procedimentos inadequados para apresentação de valores na demonstração das variações patrimoniais do Serpro, da Finep e da Casa da Moeda do Brasil, tendo em vista se tratarem de empresas não integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, mas apresentarem saldos em despesas e receitas orçamentárias;

XV. utilização de procedimentos inadequados para escrituração contábil no tocante à inexistência de mecanismos que possam prover confiabilidade e segurança no tocante à baixa de bens quando de sua alienação, devido à divergência de valor e ao registro em momentos diferenciados;

XVI. inexistência de compensação de valores entre as interferências ativas e passivas, que deveriam apresentar valores iguais na demonstração das variações patrimoniais e no balanço financeiro, conforme prevê o modelo de contabilização, sem que a motivação para a ocorrência tenha sido indicada em nota explicativa à demonstração;

XVII. diferenças de fechamento da demonstração das variações patrimoniais, comentadas no próprio Balanço-Geral da União, constatadas a partir do fato de que a soma das partes não é igual ao consolidado, o que pode abrir margem para tomadas de decisões equivocadas;

XVIII. diferenças de valores entre as despesas e receitas orçamentárias, nestas incluídas as respectivas deduções constantes do balanço orçamentário e os mesmos itens constantes da demonstração das variações patrimoniais e do balanço financeiro, inviabilizando a comparação dos valores, a certeza e exatidão das informações utilizadas e alertando para

um grave problema de confecção de demonstrativos, à semelhança do que já havia ocorrido no exercício anterior;

XIX. apresentação inadequada de valores de previsão adicional da receita oriunda de superávit financeiro, por desequilibrar o balanço e não evidenciar corretamente a situação econômico-financeira das entidades, à semelhança do que já havia ocorrido no exercício anterior;

XX. ausência de balanços orçamentários para as entidades da administração indireta e findos, bem como inconsistência entre as informações consolidadas advindas do Balanço-Geral da União quando comparadas com o Siafi (transação "Balanort");

XXI. diferenças de fechamento do balanço financeiro, comentadas no próprio Balanço-Geral da União, constatadas a partir do fato de que a soma das partes não é igual ao consolidado, o que pode abrir margem para tomadas de decisões equivocadas;

XXII. diferenças entre os valores dos balanços patrimoniais e demonstração de resultados/de variações patrimoniais do Banco Central apuradas de acordo com os critérios da Lei nº 4.320/1964 e da Lei nº 6.404/76

XXIII. diferenças de conciliação entre as diversas contas financeiras e de compensação que controlam os valores de restos a pagar não processados;

XXIV. volume expressivo de restos a pagar não-processados, o que compromete a programação financeira e o planejamento governamental;

XXV. volume expressivo de convênios, contratos de repasse e termos de parceria com prestações de contas pendentes de comprovação por parte dos convenientes;

XXVI. volume expressivo de convênios, contratos de repasse e termos de parceria com prestações de contas pendentes de aprovação por parte dos órgãos transferidores;

XXVII. inconsistência nos valores consolidados dos balanços patrimoniais dos "fundos", por conta de um valor acrescido de R\$ 118 milhões no Ministério do Desenvolvimento Agrário;

XXVIII. inconsistência entre os valores dos balanços patrimoniais e demonstrativos de resultado do Banco Central quando apurados sob a ótica de sua própria contabilidade e sob a ótica da Lei nº 4.320/1964;

XXIX. inexistência de mecanismos que possibilitem ajustar os números do balanço patrimonial do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) à disponibilidade efetiva de bens imóveis para uso, locação, cessão ou alienação;

XXX. inconsistência nos valores registrados pelo Sistema SPUnet na unidade gestora Funai-Vilhena.

Recomendações

Em decorrência das ressalvas acima apontadas e das informações evidenciadas ao longo do relatório, faz-se necessário proceder às seguintes recomendações:

I. à Presidência da República, às Presidências do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e ao Ministério Público da União que adotem medidas cabíveis, no âmbito das respectivas competências institucionais, para reverter os efeitos da "Desvinculação das

Receitas da União" (DRU), instituída pela EC n.º 27/2000 e alterada pela EC n.º 42/2003, sobre o orçamento da seguridade social;

II. à Presidência do Congresso Nacional que atente para a previsão, na Lei Orçamentária Anual, do mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste, em cumprimento ao inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III. às Presidências do Senado Federal e da Câmara dos Deputados que envidem esforços no sentido de dar prioridade à apreciação dos projetos de lei resultantes das propostas consubstanciadas no Relatório Final da CPMI dos Correios;

IV. ao Ministério Público da União, à Controladoria-Geral da União, ao Departamento de Polícia Federal, ao Banco Central do Brasil, à Secretaria da Receita Federal, ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras para que se mobilizem e se articulem para a elaboração e implementação de uma estratégia nacional de combate à corrupção, que contemple a definição de prioridades comuns, o planejamento integrado, o compartilhamento de informações e a execução de operações conjuntas;

V. ao Ministério Público Federal, que priorize a implantação do seu Sistema Unificado de Informações;

VI. ao Ministério da Justiça, que avalie a oportunidade da criação, no Departamento de Polícia Federal, no âmbito da Coordenação Geral de Polícia Fazendária, de uma unidade específica para tratar de crimes de corrupção contra a Administração Pública, com as correspondentes representações nas Superintendências Regionais;

VII. ao Ministério da Fazenda que adote providências com vistas à coordenação entre os órgãos responsáveis pela operação e controle da Dívida Ativa — Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal para que haja a devida e tempestiva contabilização dos valores arrecadados, em regime de caixa, e dos créditos inscritos na Dívida Ativa em cumprimento à Lei nº 4.320/1964 e demais normas contábeis;

VIII. ao Ministério da Educação, junto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que observe o § 6º do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias —ADCT;

IX. ao Ministério da Integração Nacional que alocue e aplique o mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste, em cumprimento ao inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

X. à Secretaria do Tesouro Nacional que:

a) crie eventos e rotinas para registro de dívidas como as que o INSS gerou junto à rede bancária;

b) promova, em conjunto com as setoriais contábeis dos ministérios, mecanismos para determinar às entidades integrantes de saldos contábeis junto ao sistema Siafi que cumpram os prazos prescritos na norma de encerramento do exercício;

c) utilize procedimentos adequados para consolidação de balanços patrimoniais, em especial no que se refere à falta de eliminação, nos balanços, mas não nas operações e transações contábeis, de duplicidades relacionadas a obrigações tributárias e encargos

sociais a recolher, quando o favorecido for órgão/entidade considerada na consolidação, e a rubricas de direitos e obrigações decorrentes de transações que envolvem entidades abrangidas na consolidação;

d) utilize procedimentos adequados para apresentação de valores na demonstração das variações patrimoniais, em especial no tocante ao:

d.1) registro de valores em subgrupos de mutações ativas e passivas com a devida contrapartida em receitas e despesas orçamentárias, de modo a caracterizar o aspecto orçamentário da operação; e

d.2) registro, em subgrupos de receitas e despesas extra-orçamentárias, apenas de operações de entidades não-integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, harmonizando, dessa forma, os registros contábeis com a própria concepção do plano de contas único da União;

e) utilize procedimentos adequados para apresentação de valores na demonstração das variações patrimoniais do Serpro, da Finep e da Casa da Moeda do Brasil, tendo em vista se tratarem de empresas não integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social (extra-orçamentárias, *strictu sensu*), mas que vem apresentando saldos em despesas e receitas orçamentárias;

f) O implemente mecanismo de certificação da baixa contábil de valores de bens móveis quando alienados;

g) indique em nota explicativa as eventuais motivações que justifiquem os valores diferentes para as rubricas de interferências ativas e passivas que deveriam apresentar valores iguais na demonstração das variações patrimoniais e no balanço financeiro, conforme prevê o modelo de contabilização;

h) corrija as rotinas contábeis junto ao sistema Siafi que têm permitido a ocorrência de diferenças de fechamento, entre as somas das partes e o consolidado, da demonstração das variações patrimoniais e do balanço financeiro;

i) corrija as rotinas contábeis junto ao Sistema Siafi que têm permitido a ocorrência de diferenças de valores entre as despesas e receitas orçamentárias, nestas incluídas as respectivas deduções constantes do balanço orçamentário e os mesmos itens constantes da demonstração das variações patrimoniais e do balanço financeiro;

j) utilize procedimentos adequados para apresentação de valores de previsão adicional da receita oriunda de superávit financeiro, dado o desequilíbrio do balanço e a não evidenciação correta da situação econômico-financeira da entidade;

k) inclua os balanços orçamentários para as entidades da administração indireta e fundos, bem como solucione as inconsistências existentes entre as informações consolidadas advindas do Balanço-Geral da União e as do Siafi (transação "Balanorc");

l) harmonize, em conjunto com a setorial contábil do Ministério da Fazenda e com o setor de contabilidade do Banco Central, os valores dos balanços patrimoniais e demonstração de resultados/de variações patrimoniais do Banco Central apurados de acordo com os critérios da Lei nº4.320/1964 e da Lei nº 6.404/76, bem como apresente notas explicativas para as eventuais diferenças;

m) envide esforços para cumprimento do disposto no item 9.3 do Acórdão nº 183/2005 — TCU/Plenário, quanto à regulamentação do empenho de despesas ao longo do exercício

orçamentário, de modo a reduzir os elevados montantes inscritos em restos a pagar não-processados, que comprometem a programação financeira dos exercícios seguintes;

XI. ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que promova:

a) o integral preenchimento do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal, de forma a permitir a divulgação na Internet de todos os dados gerenciais referentes à execução do Plano Plurianual 2004/2007, em particular no que tange à execução de metas físicas, conforme dispõe a alínea "e" do inciso 1 do § 1º do art. 15 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2005);

b) enquanto órgão de monitoramento, avaliação e revisão dos programas do Plano Plurianual, conforme dispõe o § 3º do art. 1º do Decreto nº 5.233, de 6 de outubro de 2004:

b.1) a inserção no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal das informações acerca dos indicadores dos programas;

b.2) a verificação da consistência dos registros no Sigplan; e

b.3) a adequação das metas físicas dos programas cuja execução foi superior à meta prevista na Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005 (Lei Orçamentária Anual para 2005);

XII. à Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que inclua a autarquia Caixa de Construção de Casas do Pessoal da Marinha e a Fundação Habitacional do Exército nos orçamentos fiscal e da seguridade social, já que tais entidades não se encontram excetuadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XIII. ao Ministério da Previdência Social, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à Secretaria do Patrimônio da União que realizem, em conjunto com a STN, estudos jurídico-contábeis com o propósito de desenvolver mecanismos que possibilitem o registro, no balanço patrimonial, dos bens imóveis passíveis de uso, cessão, alocação ou alienação pelo INSS, com observância do princípio contábil do conservadorismo;

XIV. ao Departamento de Extinção e Liquidação (Deliq), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional, analise os saldos contábeis dos órgãos e entidades extintos, avaliando se tais saldos correspondem a patrimônio físico real ou apenas residual, e, em caso de se enquadrar no primeiro caso, promover a transferência contábil dos saldos para sua administração;

XV. à Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) da Controladoria-Geral da União que:

a) promova, junto aos respectivos órgãos concedentes, ações efetivas que possibilitem a diminuição do volume de prestações de contas em convênios, contratos de repasse e termos de parceria pendentes de comprovação e de aprovação;

b) acompanhe, fiscalize e monitore todas as recomendações supra referidas, mantendo este Tribunal a par das medidas efetivas adotadas.

(...).

L9 Pareceres Prévios e Votos dos Ministros e Auditores

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, observado o disposto no art. 71, inciso I, da Constituição Federal, e

CONSIDERANDO que as Contas do Poder Executivo, atinentes ao exercício financeiro de 2005, foram prestadas pelo Presidente da República ao Congresso Nacional no prazo previsto no art. 84, inciso XXIV, da Constituição Federal; bem como em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal — em seu art. 56, caput e parágrafos, que exige a apresentação de parecer prévio separado para os órgãos e Poderes nele relacionados;

CONSIDERANDO a análise efetuada no Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e no Balanço Geral da União, constituído de Balanços e Demonstrativos dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

CONSIDERANDO que o Relatório que acompanha este Parecer Prévio, nos termos do art. 228 e seus parágrafos do Regimento Interno deste Tribunal, contém informações sobre:

a) a observância das normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos da União e nas demais operações realizadas com recursos públicos federais; b) o cumprimento dos programas previstos na lei orçamentária anual quanto à legitimidade, eficiência e economicidade, bem como o atingimento de metas e a consonância destas com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; e c) o reflexo da administração financeira e orçamentária federal no desenvolvimento econômico e social do País;

CONSIDERANDO que o Balanço Geral da União, retratado nos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e nos Demonstrativos das Variações Patrimoniais, está escriturado conforme preceitos de contabilidade pública e expressa os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, além dos órgãos vinculados às Funções Essenciais à Justiça;

CONSIDERANDO que as ressalvas indicadas na conclusão do Relatório, embora não constituam motivo maior que impeça a aprovação das Contas do Poder Executivo, relativas ao exercício de 2005, requerem a adoção das medidas sancionadoras pertinentes;

CONSIDERANDO que a análise técnica sobre as Contas do Poder Executivo de 2005, bem como este Parecer Prévio, não interferem nem condicionam o posterior julgamento pelo Tribunal das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, bem como dos que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, conforme o disposto no art. 71, inciso II, da Constituição Federal;

É DE PARECER que o Balanço Geral da União representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial em 31 de dezembro de 2005, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública Federal, estando assim as Contas do Poder Executivo de responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em condições de serem aprovadas, com ressalvas, pelo Congresso Nacional. (grifo nosso)

T.C.U., Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 1º de junho de 2006

ADYLSON MOTTA, Presidente — Valmir Campelo, Ministro-Relator, — Walton Alencar Rodrigues, Ministro — Guilherme Palmeira, Ministro — Ubiratan Aguiar, Ministro — Benjamin Zymler, Ministro — Augusto Nardes, Ministro — Marcos Benquerer Costa, Ministro-Substituto.

II – VOTO

Preliminarmente, observamos que o Constituinte de 1988 quis claramente separar a responsabilidade do Presidente da República daquela pertinente aos administradores e demais agentes responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração Direta e Indireta de quaisquer dos Poderes da União, pois, sobre as contas específicas destes, o TCU exerce função judicante, situação inversa da que ocorre sobre as Contas do Governo, quando aquela Corte de Contas exerce função analítica, nos termos do art. 71, incisos I e II, da Lei Maior.

Isso porque não é o Presidente da República gestor de dinheiros públicos, tarefa essa atribuída aos chamados Ordenadores de Despesa, estes sim investidos do dever constitucional e legal de anualmente ou quando solicitados apresentarem ao TCU as suas tomadas ou prestações de contas, com a comprovação do correto emprego dos recursos públicos, sujeitando-se, em caso de má aplicação, às sanções previstas em lei.

Desse modo, o trabalho apresentado pelo TCU é um exame crítico das Contas do Governo da República, relativas ao exercício de 2005, sob os aspectos econômico, financeiro e orçamentário e, dentro desse enfoque, uma avaliação da Administração Pública Federal como um todo, não comportando, portanto, juízo de mérito sobre eventuais desvios de conduta de gestores propriamente ditos.

Com essa perspectiva, o Relatório contém o resultado das análises efetuadas na gestão dos recursos aplicados pelos Poderes da União, em confronto com as normas constitucionais, legais, regulamentares e de execução dos orçamentos públicos federais, bem assim com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Segundo consignado pelo TCU, os pareceres prévios são conclusivos no sentido de reconhecer que os órgãos dos três Poderes e o Ministério Público da União observaram os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública, que os balanços demonstraram adequadamente as posições financeira, orçamentária e patrimonial da União em 31 de dezembro de 2005, e que foram respeitados os parâmetros e limites definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, excetuando-se, no entanto, as ressalvas assinaladas.

Com o objetivo de corrigir as impropriedades identificadas e, por conseguinte, aprimorar o funcionamento da Administração Pública, o TCU já expediu as recomendações cabíveis aos órgãos competentes, cabendo àquela Corte de Contas e a esta Casa acompanharem a implementação das medidas recomendadas.

São 30 (trinta) as Ressalvas apresentadas pelo TCU à Prestação de Contas encaminhadas pelo Presidente da República. No entanto, é o próprio TCU que no seu Parecer Prévio informa que elas não constituem motivo maior que impeça a aprovação das Contas do Poder Executivo relativas ao exercício de 2005.

Com efeito, entende este Relator que ressalvas significam, em poucas palavras, aqueles fatos que, detectados pelos auditores no exame das demonstrações contábeis apontam erros e omissões mas que, embora reais, não afetam a qualidade e, principalmente, a fidedignidade das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Por isso, este Relator, a exemplo de outros que o antecederam, entende que ressalvas “técnicas” apontadas pelo TCU só devem comprometer a aprovação das contas do governo se se puder identificar, claramente, conivência ou omissão do Presidente em tomar as providências que lhe caibam na correção dos erros apontados ou que digam respeito a fatos e eventos que possam ser a causa direta da eventual não fidedignidade do Balanço Geral da União, que ampara a Prestação de Contas, o que não é caso na prestação de contas relativas ao exercício de 2005.

Isso posto, em vista dos elementos trazidos à colação neste Relatório, em especial o conteúdo do Balanço Geral da União e os subsídios encaminhados pelo TCU, esta Relatoria opina pela aprovação das contas apresentadas pelo Presidente da República, referentes ao exercício financeiro de 2005 nos termos dos Projeto de Decreto Legislativo anexo.

Nos autos da Adin nº. 2.238, impetrada pelo Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil e Partido Socialista Brasileiro, o Supremo Tribunal Federal, na assentada de 8/8/2007, concedeu medida cautelar suspendendo a eficácia do *caput* do art. 56 e 57 da Lei Complementar nº 101/2000 que fundamentava o julgamento das contas dos demais Poderes e Órgãos, que não o Poder Executivo.

Nesse sentido, por ser a decisão em caráter de medida cautelar, propomos o sobrestamento do julgamento das contas dos demais Órgãos e Poderes até a apreciação final da Ação pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos do projeto de decreto legislativo anexo.

Sala da Comissão, em


Deputado GERALDO SIMÕES
Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Aprova as Contas do Governo Federal no Exercício de 2005.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2005, nos termos do inciso IX do art. 49, combinado com, o inciso XXIV do art. 84 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Ficam ressalvados os efeitos e repercussões das correções que venham a ser efetuadas nos Demonstrativos Contábeis e Financeiros que compõem a referida Prestação de Contas em decorrência dos fatos apontados nas Ressalvas apresentas no Relatório e Parecer Prévio, elaborados pelo Tribunal de Contas da União, sobre as Contas prestadas pelo Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado WALDEMIR MOKA

Presidente


Deputado GERALDO SIMÕES

Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Sobresta a apreciação das contas dos dirigentes da Câmara dos Deputados, Senado Federal, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Justiça Trabalhista, Justiça Eleitoral, Justiça Militar, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e Ministério Público da União, relativas ao Exercício de 2005, em virtude da medida cautelar do Supremo Tribunal Federal concedida na sede da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 2.238.

Considerando que o Supremo Tribunal Federal concedeu medida cautelar na sede da ADIN nº. 2.238, afastando a aplicação dos arts. 56 e 57 da LC nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), **O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Fica sobrestada a apreciação das contas, relativas ao exercício de 2005, dos dirigentes da Câmara dos Deputados, Senado Federal, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Justiça Trabalhista, Justiça Eleitoral, Justiça Militar, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e Ministério Público da União, até a apreciação em definitivo pelo Supremo Tribunal Federal do mérito da ADIN nº 2.238.

Parágrafo único. Em caso de manutenção da suspensão da vigência dos arts. 56 e 57 da Lei Complementar nº. 101/2000 na apreciação definitiva do mérito da Ação citada no *caput*, essas contas devem ser remetidas ao arquivo sem apreciação de mérito.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em _____ de _____

de 2010.


Deputado WALDEMIR MOKA

Presidente


Deputado GERALDO SIMÕES

Relator

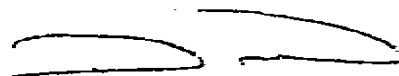
CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO na Oitava Reunião Extraordinária, realizada no dia 23 de novembro de 2010, APROVOU, por unanimidade, o Relatório do Deputado GERALDO SIMÕES, que nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados foi favorável à **APROVAÇÃO**, da **Mensagem nº 33/2006 -CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento aos arts. 84, XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Prestação de Contas do Governo Federal, referente ao exercício de 2005.", bem como ao **SOBRESTAMENTO** da apreciação das matérias a seguir relacionadas, referentes às prestações de contas de órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2005: **Ofício nº 10/2006-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prestação de Contas da Câmara dos Deputados, relativa ao exercício de 2005"; **Ofício nº 24/2006-CN**, do "Relatório das Contas do Senado Federal, relativas ao exercício financeiro de 2005, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000"; **Ofício nº 11/2006-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Gestão Fiscal, do Superior Tribunal Militar"; **Ofício nº 12/2006-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Relatório de Contas Anual da Justiça Eleitoral, referente ao exercício financeiro de 2005"; **Ofício nº 13/2006-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal e nelas, incluídas, a do Conselho Nacional de Justiça, relativas ao exercício de 2005"; **Ofício nº 14/2006-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao que determina a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - o Relatório de Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2005, daquele Superior Tribunal de Justiça"; **Ofício nº 15/2006-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a prestação de contas do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus - exercício de 2005"; **Ofício nº 16/2006-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 71 inciso I da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o relatório de prestação de contas da Justiça do Distrito Federal e Territórios - Órgão 16.000";

Ofício nº 17/2006-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a prestação de contas da Justiça do Trabalho, referente ao exercício de 2005"; **Ofício nº 18/2006-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional a prestação de contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2005". Ao Relatório e aos Projetos de Decreto Legislativo, no período de 29/05 a 12/06/2010 (15 dias), não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Deputados Waldemir Moka, Presidente, Eduardo Sciarra, Segundo Vice-Presidente, Ademir Camilo, Ana Arraes, Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Amon Bezerra, Carlos Abicalil, Carlos Brandão, Carlos Zarattini, Chico Lopes, Cida Diogo, Colbert Martins, Dilceu Sperafico, Edio Lopes, Edmilson Valentim, Eduardo Barbosa, Eduardo Gomes, Fábio Ramalho, Fátima Pelaes, Geraldo Simões, Guilherme Campos, José Guimarães, José Rocha, Júlio Cesar, Lázaro Botelho, Leonardo Monteiro, Leonardo Quintão, Lira Maia, Luiz Bittencourt, Pedro Fernandes, Professor Setimo, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rogério Marinho, Zé Geraldo, Senadora Lúcia Vânia, Primeira Vice-Presidente, e os Senadores Inácio Aruda, Terceiro Vice-Presidente, Adelmir Santana, Antônio Carlos Valadares, Flexa Ribeiro, Gilberto Goellner, Gim Argello, Ideli Salvatti, Jefferson Praia e Tião Viana.

Sala de Reuniões, em 23 de novembro de 2010.



Deputado **WALDEMIR MOKA**
Presidente



Deputado **GERALDO SIMÕES**
Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Aprova as Contas do Governo Federal no Exercício de 2005.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2005, nos termos do Inciso IX do art. 49, combinado com, o Inciso XXIV do art 84 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Ficam ressalvados os efeitos e repercussões das correções que venham a ser efetuadas nos Demonstrativos Contábeis e Financeiros que compõem a referida Prestação de Contas em decorrência dos fatos apontados nas Ressalvas apresentas no Relatório e Parecer Prévio, elaborados pelo Tribunal de Contas da União, sobre as Contas prestadas pelo Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2010.



Deputado WALDEMIR MOKA
Presidente



Deputado GERALDO SIMÕES
Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 92, DE 2011

Sobresta a apreciação das contas dos dirigentes da Câmara dos Deputados, Senado Federal, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Justiça Trabalhista, Justiça Eleitoral, Justiça Militar, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e Ministério Público da União, relativas ao Exercício de 2005, em virtude da medida cautelar do Supremo Tribunal Federal concedida na sede da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 2.238.


Considerando que o Supremo Tribunal Federal concedeu medida cautelar na sede da ADIN nº. 2.238, afastando a aplicação dos arts. 56 e 57 da LC nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), O CONGRESSO NACIONAL decreta:

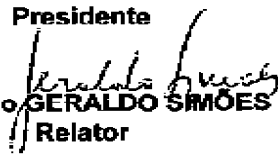
Art. 1º Fica sobrestada a apreciação das contas, relativas ao exercício de 2005, dos dirigentes da Câmara dos Deputados, Senado Federal, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Justiça Trabalhista, Justiça Eleitoral, Justiça Militar, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e Ministério Público da União, até a apreciação em definitivo pelo Supremo Tribunal Federal do mérito da ADIN nº 2.238.

Parágrafo único. Em caso de manutenção da suspensão da vigência dos arts. 56 e 57 da Lei Complementar nº. 101/2000 na apreciação definitiva do mérito da Ação citada no *caput*, essas contas devem ser remetidas ao arquivo sem apreciação de mérito.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2010.


Deputado **WALDEMIR MOKA**
Presidente


Deputado **GERALDO SMÕES**
Relator

Publicado no DSF, de 02/04/2011.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 93, DE 2011

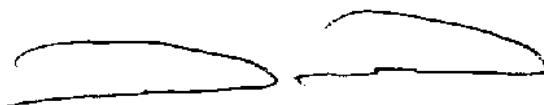
Declara a regularidade e adequação das Contas do Tribunal de Contas da União referentes ao exercício de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As Contas encaminhadas pelo do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2005, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, apresentam-se regulares e adequadas às normas legais vigentes.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de dezembro de 2010.



Deputado WALDEMIR MOKA
Presidente



Deputado LEONARDO MONTEIRO
Relator *ad hoc*

PARECER Nº 1, DE 2011-CN

Da **COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**, sobre o Aviso nº 10/2006-CN (nº 403-GP/TCU, de 10/04/06, na origem), que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prestação de Contas do Tribunal de Contas da União, relativa ao exercício de 2005."

Relator: Deputado GERALDO SIMÕES

I- RELATÓRIO

1. Trata-se do Aviso nº 10/2006-CN (nº 403-GP/TCU, de 10/04/2006, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional a prestação de contas dos gestores do Tribunal de Contas da União (TCU), nos termos do Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2005.
2. O citado Relatório contém a síntese das ações desenvolvidas pelo TCU com vistas a cumprir suas competências constitucionais e legais no transcorrer de 2005 e decorre do preceito constitucional da publicidade dos atos de administração e da observância do art. 56, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).
3. De acordo com o Relatório apresentado, a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2005 consignou ao TCU a dotação de R\$ 782.640.654,00, dos quais foram liquidados R\$ 769.601.917,71, do seguinte modo: R\$ 679.024.802,46 com pessoal e encargos, R\$ 85.635.812,72 com outras despesas correntes, e R\$ 4.859.513,63 com despesas de capital.
4. A atividade com a fiscalização de recursos públicos federais representou a maior parte das despesas executadas, seguidas de perto pelo pagamento de aposentadorias e pensões.

Esses dois dispêndios juntos corresponderam a mais de 86% de todas as despesas realizadas pelo TCU.

5. No tocante às ações de controle externo, a Corte de Contas apreciou, conclusivamente, 5.892 processos no período em exame.¹ Foram julgados, também, 2.911 processos de contas anuais e especiais dos quais 1.109 foram pela irregularidade (38%). Disso resultou o encaminhamento de 754 cópias de processos ao Ministério Público da União para ajuizamento das ações civis e penais pertinentes.

6. No ano, o TCU encaminhou aos órgãos responsáveis pela execução judicial 1.512 processos, cujo montante alcançou a cifra de R\$ 422.970.882,74 oriundos de débitos (R\$ 412.121.565,36) e multas (R\$ 10.849.317,38).

7. O TCU examinou, para fins de registro, a legalidade de 79.181 atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão. Desse total, 3.546 atos apresentaram indícios de ilegalidade. Também, apreciou 1.593 recursos no exercício de 2005.

8. Quanto às obras públicas, o TCU realizou 415 fiscalizações, que resultou na constatação de irregularidades que recomendavam a paralisação de 81 obras.

9. Relativamente à avaliação de programas de governo, houve o julgamento dos seguintes programas:

- a) Banco de Alimentos;
- b) Ações de Atenção à Saúde Mental;
- c) Sistema Único de Segurança Pública;
- d) Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas;
- e) Assistência Jurídica Integral e Gratuita;

¹ Neste número, não se incluem os atos de pessoal e recursos.

f) Desenvolvimento da Bovideocultura;

g) Plano Nacional de Qualificação.

10. Foram, ainda, iniciadas a avaliação dos programas a seguir:

a) Manutenção de Hidrovias;

b) Segundo Tempo;

c) Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos;

d) Programa Nacional de Eliminação da Hanseníase;

e) Programa Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários;

f) Ação Construção de Cisternas para Armazenamento de Água;

g) Ações Pesquisa sobre Populações Indígenas e Fiscalização de Terras Indígenas;

h) Ação Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental;

i) Ação Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra.

11. No que tange às contas do Governo, o relatório e pareceres prévios foram aprovados pelo Plenário do TCU em 14/6/2005 e entregues, tempestivamente, ao Congresso Nacional. Somente as contas prestadas pelo Presidente da República receberam ressalvas.

12. Relativamente ao relacionamento com o Congresso Nacional, consta do Relatório que o TCU vem buscando aperfeiçoar o atendimento às demandas do Parlamento, bem como vem fornecendo recursos humanos para apoiar os trabalhos das comissões parlamentares de inquérito.

13. Com referência ao quadro de pessoal, as Secretarias do TCU contavam com 2.320 cargos efetivos, dos quais 2.237 estavam ocupados no final de 2005. A distribuição de pessoal acusava 56,4% dos servidores lotados na área fim.

14. Quanto aos quadros e demonstrativos que compõem a prestação de contas, cabe mencionar a observância dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere a despesas com pessoal e serviços de terceiros. Também respeitou-se as normas da LRF para a inscrição de restos a pagar.

15. É o relatório.

II – VOTO

16. Os documentos examinados revelam que o TCU vem desempenhando satisfatoriamente suas funções e atribuições, de acordo com as competências constitucionais e legais a ele estabelecidas.

17. Diante disso, **VOTO** no sentido de que esta Comissão:

- a) tome conhecimento da prestação de contas dos gestores do TCU, nos termos do Relatório de Gestão apresentado, bem como dos programas e ações desenvolvidos no exercício de 2005;
- b) declare a regularidade e adequação das Contas encaminhadas pelo TCU, referentes ao exercício de 2005, conforme art. 56, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, nos termos do projeto de decreto legislativo anexo;
- c) autorize o arquivamento dos autos.

Sala da Comissão, em de de 2010


Deputado **GERALDO SIMÕES**

Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , de 2010

Declara a regularidade e adequação das
Contas do Tribunal de Contas da União
referentes ao exercício de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As Contas encaminhadas pelo do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2005, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, apresentam-se regulares e adequadas às normas legais vigentes.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2010.


Deputado **GERALDO SIMÕES**

Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Nona Reunião Extraordinária, realizada em 1º de dezembro de 2010, APROVOU, por unanimidade, o Relatório do Deputado LEONARDO MONTEIRO, relator *ad hoc* (designado relator anteriormente o Deputado Geraldo Simões), que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à APROVAÇÃO do Aviso n.º 10/2006-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prestação de Contas do Tribunal de Contas da União, relativa ao exercício de 2005". Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, no período de 15 a 19/7 e de 1º a 10/8/2010 - 15 (quinze) dias, não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Deputados Waldemir Moka, Presidente, Eduardo Sciarra, Segundo Vice-Presidente, Ademir Camilo, Ana Arraes, Carlos Abicalil, Carlos Brandão, Chico Lopes, Cida Diogo, Colbert Martins, Dilceu Sperafico, Edio Lopes, Eduardo Barbosa, Fábio Ramalho, Geraldo Simões, Giacobbo, Guilherme Campos, Jaime Martins, José Guimarães, José Maia Filho, José Rocha, Júlio Cesar, Lázaro Botelho, Leonardo Monteiro, Leonardo Quintão, Lira Maia, Luiz Bittencourt, Luiz Carreira, Pedro Fernandes, Professor Setimo, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rogério Marinho, Rômulo Gouveia, Virgílio Guimarães, Senadora Lúcia Vânia, Primeira Vice-Presidente, e os Senadores Inácio Arruda, Terceiro Vice-Presidente, Adelmir Santana, Flexa Ribeiro, Gilberto Goellner, Gim Argello, Ideli Salvatti, Jefferson Praia e Marisa Serrano.

Sala de Reuniões, em 1º de dezembro de 2010.



Deputado WALDEMIR MOKA
Presidente



Deputado LEONARDO MONTEIRO
Relator *ad hoc*

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 93, DE 2011

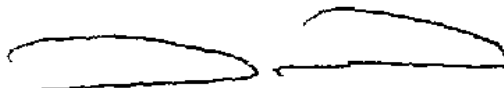
Declara a regularidade e adequação das Contas do Tribunal de Contas da União referentes ao exercício de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As Contas encaminhadas pelo do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2005, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, apresentam-se regulares e adequadas às normas legais vigentes.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de dezembro de 2010.



Deputado WALDEMIR MOKA
Presidente



Deputado LEONARDO MONTEIRO
Relator *ad hoc*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Projetos de Decreto Legislativo que acabam de ser lidos, bem como o **Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2011**, lido anteriormente, serão apreciados nos termos do art. 143 do Regimento Comum.

Nos termos do art. 235, II, *b*, do Regimento Interno, os referidos Projetos ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis, para recebimento de emendas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 9, de 2011**, do Senador Itamar Franco, que *altera o art. 311 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, para ampliar a competência do Serviço de Assistência Social e dá outras providências*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução do Senado nº 10, de 2011**, do Senador José Pimentel, que *altera os arts. 224 e 225 do Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre Indicação*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde se encontra o Projeto de Resolução nº 17, de 2009, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, uma vez que o projeto supracitado também modifica a referida Norma Interna, seguindo, posteriormente, à Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 194, de 22 de março de 2011**, da Ministra de Estado do Meio Ambiente, encaminhando informações em resposta ao **Requerimento nº 599, de 2010**, do Senador Arthur Virgílio.

As informações foram juntadas ao processado do Requerimento nº 599, de 2010, que retorna ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há oradores inscritos.

Passamos a palavra ao Senador Geovani Borges; em seguida, falará o Senador Roberto Requião.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agora já tem data: o nosso Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou, ontem, que o Terceiro Pacto Republicano deve sair até o próximo dia 30 de maio.

S. Ex^a, o Ministro, reuniu-se no início da tarde de ontem com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluso, que foi quem propôs a tercei-

ra edição do Pacto na abertura do ano judiciário, em fevereiro. A sugestão foi aceita de imediato pela Presidenta Dilma Rousseff, pelo Presidente do Senado, José Sarney, e pelo Presidente da Câmara, Deputado Marcos Maia.

O chamado Pacto Republicano, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é um conjunto de medidas legais, adotadas por consenso, desde 2004, no Brasil, entre os três Poderes da União – Executivo, Legislativo e Judiciário – visando à aprovação no Congresso Nacional de mudanças na legislação, inclusive e principalmente quanto à forma de atuar da Justiça e das polícias, a fim de possibilitar uma Justiça mais acessível, ágil e efetiva.

Desde 2004, o Supremo Tribunal Federal, o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional firmaram uma parceria para melhorar as instituições do País por meio do Pacto Republicano.

A parceria entre os três Poderes da República contribui, efetivamente, para o fortalecimento da democracia plena, e consiste em significativo esforço conjunto em prol da modernização do Judiciário.

Entre outras ações aprovadas no Pacto Republicano estão, por exemplo, a estruturação da Defensoria Pública da União; a criação de um cadastro centralizado de crianças e adolescentes desaparecidos; a tipificação de crime de sequestro; a revisão da legislação sobre crimes sexuais e a regulamentação do mandado de segurança coletivo.

A segunda edição do Pacto Republicano foi assinada pelos representantes dos três Poderes em abril de 2009, e reproduziu a união de todos por um sistema de justiça mais acessível, ágil e efetivo.

Fruto do segundo Pacto, um dos projetos aprovados, e de extrema importância para a população carente, foi o que possibilitou a criação de 230 novas Varas Federais no interior do Brasil, com a previsão de serem instaladas mais 46 por ano até 2014.

Ao discursar no Congresso Nacional durante a cerimônia de abertura da 1ª Sessão Legislativa, no dia 2 de fevereiro deste ano, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluso, propôs aos recém-eleitos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a assinatura do terceiro Pacto Republicano.

Para o Presidente da mais alta Corte de Justiça do País, a primeira edição do Pacto teve por objetivo a construção de um Judiciário mais rápido e mais sensível às demandas da cidadania. Já o segundo Pacto, de 2009, representou a união dos Poderes em torno do ideal de um sistema de justiça mais acessível e efetivo, dotado de ferramentas capazes de promover a dignidade da pessoa humana.

Agora, o terceiro Pacto Republicano quer aprofundar o processo de modernização do Judiciário e de aperfeiçoamento da ordem jurídica. Este terceiro Pacto Republicano, na verdade, como lembrou o Presidente José Sarney, é instrumento decisivo para o esforço comum de construção do futuro.

Como bem disse o Presidente do STF, Ministro Cezar Peluso, nós não devemos temer o desafio de, no interesse da cidadania, aprofundar e solidificar o processo de modernização do Judiciário e de aperfeiçoamento da ordem jurídica. Ao contrário, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, anunciou o eixo do pacto, que é a questão do acesso e da modernização do sistema jurisdicional brasileiro, lembrando que o foco é a agilização, o acesso à Justiça e as ações contra a violência e o crime organizado.

O Estado tem o dever de promover a segurança pública e a obrigação de combater o narcotráfico e brejar o crescimento dos níveis da violência urbana. O objetivo é um sistema de justiça mais acessível, mais célere e mais ágil a favor do cidadão e da Pátria. Afinal, com bem ensinou Rui Barbosa:

A pátria não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo: é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade. Os que a servem são os que não invejam, os que não infamam, os que não conspiram, os que não sublevam, os que não desalentam, os que não emudecem, os que não se acovardam. Mas sim aqueles que resistem, ensinam, se esforçam, pacificam, discutem, praticam a justiça, a admiração e o entusiasmo.

Não tenho dúvidas, Sr. Presidente, de que os Três Poderes, sobretudo o Poder Legislativo, farão a sua parte.

Asseguro que esta Casa e os meus nobres pares não seremos a nota dissonante do processo, porque, ao fim e ao cabo, é disso que o Brasil precisa e é isso o que os brasileiros desejam.

Sigamos, pois, juntos, pela concretização do Terceiro Pacto Republicano!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela generosidade do tempo e a oportunidade que me dá de falar primeiro, porque tenho um compromisso de viagem.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Geovani Borges, pela sua fala.

Eu só queria lembrar a todos que amanhã, às 18 horas, o Senado estará de azul em homenagem aos autistas. Às 18 horas nós estaremos aqui, diversos Senadores, inclusive o Presidente do Senado estará presente, José Sarney, no momento que as luzes forem acesas. Já confirmaram presença seis Senadores, como também entidades voltadas às pessoas com deficiência, e também, naturalmente, os autistas.

Então, neste momento, eu passo a palavra – ambos estão acertando –, ao Senador Walter Pinheiro ou ao Senador Roberto Requião. Conforme o entendimento feito entre ambos, agradecemos ao Senador Walter Pinheiro, que é o primeiro da lista e que permutou, então, com o Senador Roberto Requião. S. Ex^a tem a palavra para fazer o seu pronunciamento, quando usará no mínimo vinte minutos; mais, se assim o Senador entender, pela tolerância da Presidência.

Enquanto o Senador vai à tribuna, lembramos que amanhã é o Dia Internacional do Autismo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, Senador Walter Pinheiro, como disse já há alguns dias, eu transformei em DVDs o conjunto das palestras sobre a crise financeira internacional...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero dizer ao público que V. Ex^a me deu uma cópia completa e insistiu para que eu assista, e eu estou assistindo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Reduzi a DVD, com tradução simultânea, todas as palestras de economistas e sociólogos do mundo inteiro que estiveram no Paraná para discutir a crise internacional.

Coloquei à disposição dos Srs. Senadores.

Além disso, essas mesmas palestras, com tradução simultânea, estão na minha página, www.roberto-requião.com.br, no capítulo dos vídeos, podendo, pois, ser também acessadas pela Internet.

Nessa reunião do Paraná, entre os ilustres economistas que participaram, eu tive a presença do Subministro da Economia e Finanças do governo Romano Prodi, na Itália – um governo de centro-esquerda que ocorreu entre 2006 e 2008 –, Mário Lettieri. E o que eu pretendo fazer da tribuna hoje é uma exposição, por intermédio da TV Senado para o Senado, representado aqui pelo Senador Paim e pelo Senador Walter Pinheiro, porque estamos somente os três no plenário esta manhã.

Segundo Lettieri, o primeiro consenso estabelecido pela crise foi a necessidade de fixar novas regras para o mercado financeiro. No entanto, dizia, seria um grave erro concentrar-se tão somente nas regras, deixando de lado a premência de se buscar um modelo econômico internacional mais justo e mais equilibrado, que combatesse a pobreza e as desigualdades.

O ex-Ministro lamentava que temas como a pobreza houvessem desaparecido dos noticiários no período pré-crise, abandonados pela imprensa internacional, toda ela deslumbrada com o maravilhoso novo mundo neoliberal.

A crise abria ao mundo uma ocasião especialíssima de mudança, alertava Mario Lettieri. E seria um grave erro desperdiçá-la, mesmo porque, insistia, não era possível admitir uma volta à situação anterior, que se caracterizava por uma ordem mundial profundamente assimétrica, desarmoniosa, com uma grande faixa de pobreza, com a depredação do meio ambiente, com contínuos e prolongados conflitos bélicos nacionais e regionais e com o excesso de consumo.

A pobreza, a destruição do meio ambiente, as guerras locais, o consumo superando a produção são consequências de um sistema que já se tornou intolerável, perigoso para o conjunto da humanidade.

Lettieri apontava ainda os efeitos destruidores da crise sobre a economia real, sobre o emprego, sobre os rendimentos das famílias; a perda de moradias, o abalo das empresas, a queda de qualidade de vida das pessoas.

A especulação financeira foi implacável, selvagem, cruel, dizia o ex-Ministro italiano. Ela ignorou completamente as exigências do mundo produtivo, material; ignorou a economia real. Assim, em dezembro de 2007, somente os derivados contratados no mercado mundial chegavam a US\$600 trilhões, uma cifra superior ao Produto Interno Bruto mundial, cinco vezes o Produto Interno Bruto da Europa e trinta vezes o Produto Interno Bruto do Mercosul. Seiscentos trilhões de dólares de fumaça, de capital vadio à busca de ganhos rápidos, fáceis; produto de uma diabólica engenharia financeira sem nenhuma referência na realidade econômica da produção.

Essa insanidade, argumentava o ex-Ministro, deveria ter alertado governantes, economistas sensatos e a própria mídia, pois era mais que certo o advento de uma crise financeira global.

Mário Lettieri lembrava que, em fevereiro de 2004, quando se deu a quebra da Parmalat, ele era Deputado e apresentou ao Parlamento italiano moção instando o governo a promover uma conferência internacional de chefes de estado, para que fossem adotadas medidas

que controlassem o jogo do mercado e contivessem as bolhas especulativas.

A quebra da Parmalat, que custou à empresa quatorze bilhões de euros, fora antecedida e sucedida pela quebra da Enron, do Fundo LCTM, pela esfumação dos *bonds* argentinos. Enfim, dizia o economista, os sinais de que se aproximava uma fortíssima crise do sistema bancário e financeiro eram extraordinariamente claros e precisos. Uma crise que superava os circuitos das bolsas e tocava profundamente o mundo da produção, a vida real das pessoas, suas economias e seus empregos. E os governos nada fizeram para evitar o desastre.

Na crise da Parmalat, Senador Paim, indicava Lettieri, todos os elementos, que depois se tornariam clássicos na quebraadeira norte-americana, já estavam presentes, como o pagamento de bônus abusivos aos executivos da empresa, a avaliação irresponsável das agências de risco e desatino do sistema bancário e dos especuladores.

A insolvência de uma única empresa ou de um estado nacional, como a Argentina, já era suficiente para o estabelecimento de regras e restrições comuns no plano internacional. A Itália ou a Europa apenas não poderiam garantir esse controle. Ainda mais, registre-se, desde a era Reagan e o triunfo neocon nos Estados Unidos, a regra era o fim das regras, nada de regulações, nada de normas, especialmente regulações que disciplinassem o sistema bancário e financeiro.

Se, àquela época, nos anos finais da década de 90 e primeira metade dos anos 2000, os claros avisos do desastre foram desprezados, Lettieri acreditava na inevitabilidade de o mundo, agora, adotar e compartilhar medidas eficazes para enquadrar as operações financeiras. Operações que ultrapassam as fronteiras nacionais, que poluem a economia real, que empobrecem países e vidas e que, frequentemente, violam os princípios da legalidade, recorrendo a paraísos fiscais, reciclando recursos provindos de atividades ilícitas.

Com extrema facilidade, dada a absoluta ausência de limitações, as organizações criminosas deslocam seus capitais de um país para outro, de uma economia a outra, estabelecendo uma simbiose entre o crime e a especulação financeira.

Ao mesmo tempo, ponderava o ex-Ministro italiano, é necessário dar-se conta dos limites das atuais instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a própria OMC.

Lettieri detinha-se no papel do Fundo Monetário Internacional, o patético papel do FMI, e propunha não apenas novas regras para o mercado financeiro como também instituições internacionais renovadas,

que atuassem a favor da estabilidade financeira, do crescimento econômico e do desenvolvimento.

Da mesma forma, Lettieri acreditava que soluções novas só teriam eficácia se houvesse mudança no comportamento dos Estados Unidos, de suas instituições financeiras e de seu governo.

Ele lembrava que o Presidente Obama, no esporcar da crise, dissera que essa crise era a mais grave da vida norte-americana. Ora, dizia Lettieri, era de se esperar, então, que o mais desenvolvido dos países começasse a ter consciência que seu déficit, que, nos últimos anos, saltara de US\$5 trilhões para US\$10 trilhões, não poderia continuar sendo descarregado sobre a economia de outros países.

Os Estados nacionais, portanto, deveriam por limites, barreiras firmes ao financiamento selvagem e ao descontrole de suas contas. O crédito e a finança, dizia o economista, devem dar sustentação à economia real e não penalizá-la. O crédito, que sustenta e organiza a economia real, não pode ser sabotado, tumultuado pela especulação.

No pós-guerra, lembrava Lettieri, quando tudo parecia possível, predominava a ideia do crescimento, da abolição do colonialismo, da superação da miséria e do subdesenvolvimento. A crise deveria empurrar os países, a própria humanidade de volta a esse espírito.

Lettieri dizia que não colocava em questão o livre mercado, a necessidade de mais cultura de mercado. Mas, para ele, soava estranho que se reinventasse o papel do Estado. Pelo contrário, insistia, o caos financeiro, o desregramento especulativo, mostrava que era preciso mais Estado, maior intervenção política.

O ex-Ministro de Romano Prodi revelava-se otimista, considerando inescapável que os países redefiniram os padrões para a atuação do mercado financeiro, estabelecendo limites bem claros para controlar os especuladores.

No centro das novas escolhas internacionais não deverão estar os banqueiros e os financistas, e sim as pessoas, suas atividades, seus direitos, suas necessidades e seu discernimento. Se assim fosse, julgava Mário Lettieri, seria possível acreditar no ressurgimento de um novo *New Deal*, de um novo pacto.

Desgraçadamente, nem tudo se deu como Lettieri imaginava que aconteceria. As salvaguardas para impedir a orgia financeira não foram adotadas. Depois de um primeiro impulso de intervenções e nacionalizações, os governos dos Estados Unidos e da Comunidade Europeia simplesmente recuaram. Não foi menos decepcionante a atuação do Brasil, da Rússia, da Índia e da China, o tal Bric, para frear a jogatina financeira. No plano do Mercosul, também nenhuma tomada de posição coletiva para controlar o capital vadio. O pân-

co dos primeiros dias parece substituído pela inércia, pela conivência com os responsáveis pela quebraadeira que já custou mais de US\$20 trilhões.

O velho conselho lampedusiano, de se mexer em alguma coisa para que tudo reste como está, parece que se estabeleceu em torno dele um consenso.

Por isso mesmo, os alertas de Mário Lettieri continuam tão atuais e candentes.

Vamos ouvi-lo. Fiz aqui uma síntese da sua conferência. Os ouvintes da TV Senado podem acessar o texto integral na minha página da Internet; e os Senadores, se assim o desejarem, podem obter, em meu gabinete, um conjunto de DVDs com todas as palestras feitas no nosso encontro.

Pretendo, lá pela próxima sexta-feira ou na segunda-feira da outra semana, subsequente a esta, trazer aqui ao Senado, um resumo também das ideias do economista inglês Magnus Ryner, que abrilhantou nosso encontro no Paraná.

Senador Paim, quero continuar com esse debate e posso dizer neste momento que algumas pequenas e ainda túbias medidas do Mantega, nosso Ministro da Fazenda, abrem um caminho para a esperança. Já escutamos o grito aflito dos donos do mercado financeiro. Isso significa que algumas medidas, embora túbias, em favor da Nação estão sendo tomadas no Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Cumprimento o Senador Requião pelo seu pronunciamento e pela contribuição que traz à Casa e a todos os Senadores. Eu recebi os DVDs e posso afiançar que se trata de um material de primeira qualidade.

Passamos a palavra de imediato ao nobre Senador Walter Pinheiro, que era o primeiro orador inscrito, mas que cedeu a vez aos dois Senadores, para que falassem primeiro, já que ambos estavam com viagem marcada.

V. Ex^a, Senador Walter Pinheiro, orgulho da nossa querida Bahia – tenho carinho pela Bahia também – e do Brasil.

Com a palavra, pelo tempo que for necessário.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro e nobre Senador Paulo Paim, Sr^s e Srs. Senadores, ouvi aqui atentamente o bom pronunciamento do nosso Senador, do nosso Governador. Há uma máxima que as pessoas sempre utilizam: uma vez Governador, nunca mais deixa de haver a referência, principalmente pelo ótimo governo ali exercido pelo nosso companheiro, Senador Requião.

Mas, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, creio que hoje é um dia até muito especial para o povo de Bom Jesus da Lapa, na Bahia. É uma cidade, meu

caro Paulo Paim, de 60 mil habitantes, muito conhecida do povo brasileiro pelo seu traço religioso. Em Bom Jesus da Lapa acontece a romaria, acontecem, na verdade, várias romarias, não só as do eixo religioso, mas, por exemplo, a Romaria da Terra, com cuja luta V. Ex^a, meu caro Senador Paulo Paim, tanto tem contribuído aos longos dos anos aqui, com seus mandatos de Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já participei da Romaria da Terra, e tenho certeza de que V. Ex^a também.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Isso, exatamente. Assim como *in loco* o Senador Paulo Paim já teve a oportunidade de presenciar, colaborar e caminhar com os romeiros na luta pela terra.

Bom Jesus da Lapa é essa cidade banhada pelo nosso Velho Chico, o São Francisco, nosso Rio da Integração Nacional. E é uma cidade que recebe milhões de pessoas durante todo o ano, que se deslocam para visitar a gruta, para conhecer a cidade, para participar das diversas atividades. É uma região em que temos um trabalho enorme com o povo que costumamos chamar, meu caro Senador Pedro Simon, de sertanejo resistente – à beira do rio, mas enfrentando dificuldades com suas terras.

Ali há várias áreas de assentamento, de produção agrícola, diversas famílias trabalhando na terra. Nessa cidade de Bom Jesus da Lapa, recordo-me de que, ainda vivo o nosso saudoso companheiro Paulo Jackson, nós empreendemos juntos uma luta enorme naquela época contra o Banco do Nordeste. Eu já era Deputado Federal; Paulo, Deputado Estadual. O Banco do Nordeste se recusava, Paulo Paim, a fazer determinados convênios com as cooperativas dos agricultores daquela região, no Vale de Santo Onofre, de Paratinga e de outras cidades como Carinhanha, Serra do Ramalho, Sítio do Mato, as cidades em volta ali de Bom Jesus da Lapa. E nós acampamos em frente ao Banco do Nordeste com esses agricultores, por mais de 15 dias.

Recordo-me, meu caro Pedro Simon, de que, nas noites de domingo, quando ali estava, eu costumava pegar um ônibus em Bom Jesus da Lapa, para vir para Brasília, para, na segunda-feira, estar na Câmara dos Deputados. E de Bom Jesus da Lapa para Brasília não há ônibus leito. Eu vinha num ônibus normal, que saía geralmente à meia-noite para chegar a Brasília de manhã, na segunda-feira de manhã.

E empreendemos uma luta enorme naquela época contra o Banco do Nordeste, pela sua posição de não admitir a negociação direta com a assistência técnica patrocinada pelos próprios trabalhadores rurais, que tinham uma cooperativa, que contrataram seu técnico.

Mas essa era uma forma de punir, ou melhor, até de prejudicar os trabalhadores rurais.

Depois dessa luta, nós conquistamos vitórias importantes. O Banco do Nordeste passou por reformulações profundas. Hoje há uma grande direção no Banco do Nordeste: o nosso companheiro Roberto Smith, o Ferraro, que é baiano, também Diretor do Banco do Nordeste. E hoje, lá, nessa região, há diversos contratos, diversas iniciativas que são importantes para a geração de renda.

Naquela região, ainda no Vale do Santo Onofre, eu me acostumei muito a conviver, a caminhar ao longo daqueles quase 70 quilômetros do Vale. O Santo Onofre é um rio que corta ao meio duas grandes estradas, e, exatamente no leito desse rio e à beira dessa estrada, há centenas de pequenas propriedades, onde alguns trabalhadores rurais produzem a aguardente da cana-de-açúcar, outros produzem requeijão, outros trabalham na agricultura de subsistência. E nós trabalhamos, a vida inteira, com essa turma, na expectativa exatamente de consolidar programas e projetos, para os agricultores, com financiamento tanto no Banco do Brasil quanto no Banco do Nordeste, acessando o crédito do Pronaf, investimentos do Pronaf Mulher, do Pronaf Jovem ou recebendo os recursos do Seguro Safra, terem oportunidade efetiva de produzir e tocar sua vida.

É uma experiência muito difícil, meu caro Pedro Simon. Nessa hora em que estou falando aqui, em Bom Jesus da Lapa, a temperatura deve estar acima de 30 graus. Quanto mais próximo do rio, maior a umidade. Consequentemente, com um clima muito seco, faz-se a mistura da umidade; os especialistas chegam até a dizer que, próximo d'água, chega a bater noventa e tantos por cento a umidade relativa do ar. Então o calor é intenso, e a chamada sensibilidade a essa relação entre o calor provocado pelos raios solares e a umidade aumenta mais ainda essa sensação de calor.

E esse povo resiste. De um lado, com o esforço, com o trabalho; de outro, com sua expressão de fé, com essa fé inabalável que o sertanejo tem. Lastreado exatamente nessa expectativa dessa sua fé em Deus, ele não pestaneja um só minuto.

E, no dia de hoje, por volta das 14 horas, na cidade de Bom Jesus da Lapa, o Governador Jaques Wagner, acompanhado de membros do Ministério da Saúde, entregará ao povo daquela região uma Unidade de Pronto Atendimento, uma unidade de saúde importante para o atendimento da população, as conhecidas UPAs. São unidades de emergência, mas que podem avançar, cada vez mais, principalmente na identificação ou no diagnóstico de determinadas doenças, em atendimento de pessoas com pressão alta, AVC,

enfim, fazendo uma verdadeira triagem. Poderíamos dizer que é um atendimento que pode chegar à baixa e à média complexidade.

Essa unidade terá capacidade de atendimento à população daquela região em torno de 150 pacientes/dia.

Essa experiência de hoje com o Governador Jaques Wagner faz parte de todo um desafio que o Governo do Estado, desde 2007, apontou para o Estado da Bahia, que é o desafio de interiorizar o atendimento à saúde e de desconcentrar o atendimento à saúde, historicamente concentrado na região metropolitana de Salvador ou em algumas cidades que se configuram como polos regionais, no caso da Bahia. A Bahia é um Estado dividido em 26 territórios, que chamamos hoje até de territórios de identidade – e, num projeto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, de nossos territórios da cidadania.

Portanto, para essa experiência de hoje, que será entregue à população de Bom Jesus da Lapa, nossa UPA, Unidade de Pronto Atendimento, há uma expectativa de que possamos desenvolver e ampliar essa política em diversos Municípios do Estado. E, como eu disse, desde 2007, o Governo do Estado assumiu o compromisso de trabalhar com o Programa Saúde para Todos.

Neste primeiro período, meu caro Paim, do Governo Jaques Wagner, foi possível a construção de cinco novos hospitais em quatro anos – cinco novos hospitais!

Lembro-me, ainda, de uma experiência de um hospital na Cidade de Santo Antônio de Jesus, Paim. Passei os meus anos de Deputado Federal brigando o tempo inteiro para concluir esse hospital. Essa obra levou 20 anos – 20 anos! Quando Wagner chegou ao Governo, foi chamado ao desafio, e dissemos para ele: “Governador, não tem como mais esta obra se arrastar por anos e anos a fio, chegou a hora de irmos para cima do Governo Federal buscar recursos, e o Estado entrar com a sua parte, para concluirmos esse importante hospital regional para o Recôncavo Baiano”. Hoje localizado na Cidade de Santo Antônio de Jesus, servirá como base essencial para o curso de Medicina que deve ser criado na Universidade Federal do Recôncavo Baiano, que tem um *campus* na Cidade de Santo Antônio de Jesus.

Portanto, uma experiência importante. Cinco novos hospitais: Juazeiro; Irecê; Santo Antônio de Jesus, como já me referi aqui, de suma importância; Feira de Santana, com o Hospital da Criança; e a Cidade de Salvador, com o Hospital do Subúrbio, experiência também importantíssima. A construção do Hospital do Subúrbio em Salvador, nos últimos 20 anos, é a

primeira experiência de construção de um hospital desse porte.

Lembrando para os baianos – particularmente, os soteropolitanos, que tiveram oportunidade de comemorar, no dia 29 de março, os 462 anos –, as últimas experiências em construção de hospitais desse porte só tivemos no governo Roberto Santos e no governo Waldir Pires. O Hospital Roberto Santos era o nosso Pronto Socorro. Portanto, uma obra feita no governo Roberto Santos, e outra, no governo Waldir Pires. Agora, o povo baiano tem a oportunidade de ter um hospital do porte do Hospital do Subúrbio.

Então, essa política de saúde é fundamental para um Estado marcado principalmente pelo isolamento das populações, pela baixa oferta de serviços de educação, de saúde, de serviços de cidadania. Por isso, com essa política do Saúde para Todos, não só com a construção de hospitais, como também com a construção de mais de 400 unidades do Programa de Saúde da Família, também convivemos com uma política importantíssima, adotada pelo Governador Jaques Wagner, que foi a dos mutirões da saúde. Conseguimos atender mais de 200 mil baianos com o mutirão, fazendo algo importante para que as pessoas pudessem ter a oportunidade de voltar a enxergar e tirar aquela verdadeira sombra, aquela nebulosidade causada pelos diversos tipos de doenças da vista, principalmente para aquelas pessoas com idade mais avançada.

Esses mutirões cumpriram duas tarefas fundamentais: atender todo mundo e promover essa cirurgia. Fizemos mais de 40 mil intervenções cirúrgicas desse porte, deslocando profissionais... Tivemos o apoio preponderante de diversos profissionais de saúde, que se deslocaram, inclusive, do interior de São Paulo, a partir exatamente da experiência de nosso companheiro Dorinho, do interior da Bahia, que, não sendo médico, assistiu e acompanhou essa experiência no interior de São Paulo, fez questão de colaborar, mais do que com o Governo, com o povo de sua terra no interior da Bahia.

Portanto, essa política também avança, na medida em que o Governo do Estado adota outras ações de saúde para chegar à casa do cidadão.

O Programa de Internação Domiciliar permite que as pessoas, assim que se submetam a procedimentos cirúrgicos, deixem os hospitais e voltem para o leito de suas casas e possam ter, no conforto familiar, um processo de recuperação muito mais rápido, com acompanhamento da equipe médica, com acompanhamento do Programa de Internação Domiciliar. E aí é importante salientar o quanto isso modifica essa relação entre paciente e médico, e beneficia, inclusive, a estrutura hospitalar, no que diz respeito à otimiza-

ção do espaço físico, ao permitir, dessa forma, a saída daqueles que podem ser atendidos em casa. Além de ganharem um conforto de seus entes queridos e estarem muito mais soltos e tranquilos em seu ambiente familiar, também há uma otimização e liberação dos espaços e dos equipamentos públicos, permitindo que outras pessoas possam – em procedimentos cirúrgicos ou em atendimento, de um modo geral – utilizar as dependências das unidades de saúde ou das unidades hospitalares.

Portanto, a população de Bom Jesus da Lapa ganhará essa Unidade de Pronto Atendimento, hoje, às 14 horas, com a presença do Governador, como já citei, do nosso Secretário de Saúde, Jorge Solla. Infelizmente, não terei condições de chegar a tempo de participar dessa solenidade. Mas quero aqui mandar um abraço caloroso para todo esse povo da região de Bom Jesus da Lapa, para o nosso companheiro Hildebrando, Vice-Prefeito daquela cidade. Quero enviar um abraço aos meus companheiros e companheiras, agentes comunitários e agentes de combate às endemias, nossos agentes de saúde que tanto têm lutado. É uma importante categoria. Tive a oportunidade de lutar, nesta Casa, ao longo de toda uma jornada, e conquistamos, de uma vez por todas, o reconhecimento dessa profissão. Agora, empreendemos aqui o debate sobre a questão da fixação do piso salarial para esses trabalhadores e trabalhadoras. Portanto, quero mandar o meu abraço para essa gente, ao nosso Deputado Estadual Eures Ribeiro, que também estará nesse ato de inauguração, de entrega desse importante equipamento.

E chamo a atenção da população, ao tempo em que aproveito para fazer uma saudação ao Prefeito da cidade, Roberto Maia – numa demonstração clara de que o nosso Governo, Prefeito Roberto Maia, tem uma atitude republicana: Roberto não esteve conosco na campanha eleitoral, fez outra opção, mas nós temos uma relação com o povo de Bom Jesus da Lapa e o respeito ao governante daquela cidade, que foi constituído com a votação expressiva, com o apoio do povo de Bom Jesus da Lapa. Na época, participamos inclusive da chapa, já que o nosso companheiro Hildebrando é o Vice-Prefeito daquela cidade.

Portanto, quero aqui, buscando concluir esta etapa do meu pronunciamento, nesta manhã, dizer da minha alegria em poder, de uma vez por todas, entregar ao povo de Bom Jesus da Lapa esse importante equipamento do pronto atendimento à saúde de todos aqueles baianos e baianas daquela região.

No mesmo local, meu caro Paim, em Bom Jesus da Lapa, temos empreendido uma luta enorme aqui para que seja instalada uma unidade da Universidade

Federal. Nós aguardamos, ansiosamente, por parte do MEC a definição da Universidade Federal do Oeste Baiano, cujos trabalhos começaram desde a legislatura passada. Está tudo prontinho, o prédio subindo. Por enquanto, a Universidade Federal da Bahia é quem faz o processo de incubação – poderíamos chamar assim – dessa nova universidade.

A nossa expectativa é de que, ainda no ano de 2011, nós tenhamos a consagração da Universidade Federal do Oeste. Dessa forma, a Bahia ganhará mais uma universidade. Nós só temos três universidades federais. É bom salientar que duas foram implantadas no governo Lula, a Universidade Federal do Vale do São Francisco e a Universidade Federal do Recôncavo Baiano, que se somam à Universidade Federal da Bahia, a nossa antiga universidade, que tem 60 anos.

Portanto, nós teremos oportunidade, com a Universidade do Oeste, de completar, assim, o quarteto de universidades federais instaladas em solo baiano. E o povo de Bom Jesus da Lapa aguarda ansiosamente a chegada lá de um *campus* avançado de uma unidade da Universidade Federal do Oeste Baiano.

Por isso, estamos, mais uma vez, aqui, cobrando de público do nosso Fernando Haddad – tive oportunidade de conversar com ele quando esteve aqui, na Comissão de Educação, para apresentar o Plano Nacional e as suas propostas – uma certa agilidade. Era essa a cobrança que eu fazia naquela oportunidade, para que nós tenhamos a chegada da Universidade Federal do Oeste Baiano, espalhando, assim, a universidade por aquela região como um todo.

Do mesmo modo, em Bom Jesus da Lapa, nós cobramos ontem a aceleração das obras da unidade do Cefet, ou melhor, do Instituto Federal de Ensino Tecnológico, a antiga escola técnica, que, por enquanto, se encontram em dificuldades naquela cidade. Portanto, é importante a construção e a consolidação de mais uma unidade de educação para, nesse particular, auxiliar na formação profissional do nosso Ifet, que estava no projeto original. Era uma unidade que deveria ter sido inaugurada em dezembro de 2010, mas, por diversos motivos de licitação, empresa contratada... Nós temos feito essa cobrança, assim como a possibilidade de extensão do ensino profissionalizante para outras cidades daquela região.

Nesta semana ainda, nós tivemos a oportunidade de dialogar aqui com o Prefeito Amaro, o Padre Amaro, da cidade de Santa Maria da Vitória, que é uma região que reivindica a instalação de uma unidade do nosso Instituto Federal de Ensino Tecnológico ou do Instituto Federal, que chamamos muito de Ifba – Instituto Federal da Bahia, que tem à frente, como diretora, a nossa

companheira, a Professora Aurina. Tive a oportunidade, inclusive, de conviver com a nossa hoje

diretora do Instituto Federal de Ensino Tecnológico na Bahia, Professora Aurina, mas tive a oportunidade também de conviver com ela, Paim, como aluno. Ela até não gosta muito de que eu diga isso em público. Ela diz: “Pinheiro, fica parecendo até que eu tenho muito mais tempo de vida do que você”, e eu respondo: “Você foi minha professora. No mínimo, nós temos uma diferença razoável”. Então, na década de 70, um pouco mais do meado da década de 70, eu tive a oportunidade de ser aluno da nossa Professora Aurina no Curso de Telecomunicações.

Portanto, fica aqui mais esse nosso apelo. Fiz questão de registrar aqui hoje, já que o Governador também vai estar em Bom Jesus da Lapa, a importância da instalação desses equipamentos na região. Nós, que entregamos diversos equipamentos, recuperamos estradas, estamos levando empreendimentos para aquela região.

Os chineses, na semana próxima passada, tiveram a oportunidade de um contato com o Governador e ofereceram um empreendimento da ordem de R\$4 bilhões para a produção de soja, para o aproveitamento daquela riqueza, e, ao mesmo tempo, o Governador cobrou a instalação de usinas para o processamento dessa produção.

Portanto, se estamos abrindo o mercado, se estamos gerando oportunidades, nada melhor do que também levarmos para essa região a oportunidade de formar a nossa gente, de capacitar a nossa gente. Então, isso vale para a questão, inclusive, de Santa Maria da Vitória, ali agregada a São Félix do Coribe, duas cidades separadas por um rio. Portanto, completam as duas cidades a exigência feita pelo MEC para instalação de escolas técnicas, de instituto federal de ensino, que é a população de 50 mil pessoas, Paim, somando a população das duas cidades. Só um rio as separa e uma bonita passarela, feita, inclusive, com recursos da União, numa iniciativa aqui encabeçada pelo nosso Deputado João Leão. É só uma passarela que separa, ou melhor, que liga as duas cidades, e o povo tem uma verdadeira unidade. Nesse momento, a união daquele povo conclama pela instalação de uma unidade do Cefet para atender às duas cidades e mais às outras cidades em volta, permitindo assim que os nossos jovens e a população daquela região possam ter acesso ao ensino profissionalizante.

Por isso, diria que várias e várias coisas estão sendo apresentadas pelo Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, numa ação, inclusive, com a nossa bancada federal, não só os Senadores – com a minha participação, de Lídice da Mata, do

Senador João Durval –, mas os nossos Deputados Federais, para que nós aportemos recursos e, ao mesmo tempo, levemos para aquela região do oeste baiano diversas iniciativas. Isso possibilita a melhoria de vida com atendimento à saúde, a melhoria no que diz respeito à chegada das oportunidades educacionais, a melhoria para a própria questão de geração de emprego e renda, principalmente com investimento no campo, por meio da ampliação dos recursos do Pronaf, abertura de novas linhas de financiamento. O programa do Governo do Estado para aquisição de máquinas, é bom lembrar que, diferentemente do Brasil inteiro, Paim, o programa de compra de equipamentos, que se chama Mais Alimentos, mas é aquisição de máquinas, na Bahia, teve reduzida a zero a taxa de juros. Portanto, até sugiro a V. Ex^a, Senador Paim, fazer o mesmo projeto lá no Rio Grande do Sul. Este foi um projeto que tive oportunidade de fazer inclusive quando era Secretário do Planejamento: transformar em zero a taxa de juros, para que o agricultor pudesse adquirir trator, ferramentas, implementos agrícolas. Num programa nacional, que é o Mais Alimento, a Bahia deu essa colaboração, permitindo, assim, que na compra desses equipamentos os agricultores não pagassem taxa de juros.

Então, ao povo de Bom Jesus da Lapa, que logo mais estará recebendo a visita do nosso Governador, mais uma vez meu grande abraço. Continuo aqui dizendo, da tribuna do Senado, que a nossa tarefa, o cumprimento do nosso dever em relação à Bahia, continua firme e forte.

Eu não tive a oportunidade, Paim, de no dia 29 comemorar de forma mais – eu diria até – entusiasmada o aniversário de Salvador com um pronunciamento, devido ao fato que abalou todos nós, o falecimento do nosso Vice-Presidente José Alencar. Portanto, mais uma vez também ao povo de Salvador meu abraço. Gostaria de dizer ao povo de Salvador, como disse na mensagem que mandei por escrito e publiquei em diversos veículos de comunicação: nós continuamos a luta aqui por uma Salvador mais decente.

Alguns até fizeram confusão, viu, Paim? Disseram que, nesse chamamento meu, nessa forma de parabenizar Salvador, eu estaria me colocando já para a disputa da Prefeitura de 2012. Portanto, deixem eu afirmar categoricamente, ou peremptoriamente, aqui, da tribuna do Senado da República: continuarei lutando por uma Salvador mais decente. Agora, no Senado. Minha tarefa é aqui. Eu tenho um mandato a cumprir aqui. Portanto, quero colaborar decisivamente com os projetos em 2012, mas quero colaborar como Senador da República, como alguém que pode fazer a ligação entre os projetos de cada Município, a União

e o Estado da Bahia. Vou fazer isso como Senador da República no processo de 2012.

Portanto, ao povo de Bom Jesus da Lapa, ao povo de Salvador, ao povo da região oeste, a todo o povo da Bahia de modo geral, quero dizer que a tarefa de que o povo se desincumbiu, inclusive de modo brilhante, colocando-me aqui – todos os dias me admiro com o fato de 3.630.944 baianos terem saído de casa para votar em mim –, é motivo para trabalhar muito por esse povo e devolver em trabalho, em dedicação, em compromisso. Assim fazendo, retribuirei por essa forma tão carinhosa e tão bonita com que o povo baiano me tratou.

Tenho obrigação de cumprir este mandato para atender não só a esses 3.630.944, mas a todos os baianos, porque somos Senadores – refiro-me a mim, à companheira Lídice da Mata e ao Senador João Durval – de toda a Bahia. Portanto, vamos continuar fazendo este trabalho e, daqui da tribuna, contribuindo para o desenvolvimento do País, para que, mais do que cidades decentes, possamos ter cidades onde a população tenha oportunidade de viver feliz, trabalhar e se orgulhar de ali estar, e tenha condições dignas para continuar na sua cidade.

Muito obrigado.

Bom dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Senador Walter Pinheiro por seu pronunciamento, como sempre preciso e brilhante, um orgulho para a Casa, para a Bahia e para o Brasil.

Parabéns a V. Ex^a!

Mantendo o critério de um orador inscrito e um líder ou uma comunicação inadiável, concedo a palavra, para falar como Líder do Bloco de Apoio ao Governo, ao Senador Wellington Dias; em seguida, como orador inscrito, ao Senador Pedro Simon.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Walter Pinheiro e Senador Pedro Simon, em nome de quem saúdo toda a Casa, o povo brasileiro e, logicamente, com muito carinho, o povo do Piauí.

Quero aqui, mais uma vez, aproveitar este momento para registrar que, neste sábado – amanhã, dia 2 –, estaremos comemorando o Dia Internacional do Autismo. E, juntamente com a Comissão de Direitos Humanos, presidida por V. Ex^a, a Comissão de Assuntos Sociais, o Presidente da Casa e o Coordenador da Subcomissão voltada para a inclusão da pessoa com deficiência, o Senador Lindbergh – e aproveito, Senador Pedro Simon, para convidar V. Ex^a e os Srs. Sena-

dores –, amanhã, às 18 horas, nos encontraremos no Gabinete da Presidência para, com o Presidente, nos deslocarmos para algum lugar na Casa, onde, simbolicamente, vamos iluminar de azul o Senado Federal, esta Casa, o Congresso Nacional, comemorando, com todo o planeta, o Dia do Autismo.

Também convido o povo de Brasília e de outros lugares a virem. Em vários lugares do Brasil esse momento vai acontecer da mesma forma. No Rio de Janeiro, a comemoração acontecerá ainda hoje, com o acendimento de luzes no Cristo Redentor. Em Teresina, no Piauí, lá na ponte Estaiada, com a participação do Prefeito Elmano Férrer, de membros da Assembleia Legislativa, liderados pela também coordenadora desse trabalho lá, a Deputada Rejane Dias, do Secretário Estadual para a Inclusão da Pessoa com Deficiência, Helder Jacobina, do Dr. Benjamim, que é o Presidente do Centro Integrado de Reabilitação Danielle Dias, no Piauí, e de entidades diversas. No Rio Grande do Norte, os Três Reis Magos também serão iluminados pela cor azul. Também comemorarão a data cidades do Rio Grande do Sul. Enfim, cito apenas alguns pontos destacados do nosso País.

Também quero dizer da alegria de termos, na próxima semana, no dia 5 de abril, a implantação, na Câmara dos Deputados, da Comissão Mista da Frente Parlamentar de Políticas para a Inclusão da Pessoa com Deficiência, com a presença da Deputada Rosinha também, que faz esse belo trabalho.

No dia 8 de abril, por iniciativa do Senador Cristovam Buarque, que chega aqui agora, haverá uma sessão especial no plenário do Senado voltada para a pessoa com deficiência, e desde já faço este convite.

Logo mais, Sr. Presidente, estarei visitando o Estado do Paraná. A convite, participarei de uma atividade em que, com muito orgulho, serei homenageado pelo programa desenvolvido no meu governo, no Piauí, nessa área de desenvolvimento florestal. A homenagem acontecerá por ocasião da celebração dos trinta anos da STCP Engenharia de Projetos, empresa que atua no Brasil inteiro e que tem ligadas a ela várias associações e entidades dessa área. Estaremos lá partilhando esse momento. E também estarei visitando o Partido dos Trabalhadores para tratar da reforma política; participarei de uma atividade política com a Senadora Gleisi.

Além disso, farei uma visita à Casa de Recuperação Novas Vidas, que desde 1977 faz um trabalho na área de recuperação de dependentes químicos, do álcool, da cocaína, da maconha, do *crack*. É uma entidade respeitada no Brasil, já foi premiada pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas com o Prêmio pela Valorização da Vida, e atua nessa área

social e terapêutica. Para mim será um privilégio, como presidente da Subcomissão voltada para essa área do tratamento de dependentes químicos, participar desse momento.

Mas quero aqui, Sr. Presidente, em rápidas palavras, falar ao povo do Brasil, especialmente do meu Estado, o Piauí, sobre um problema de que tratamos esta semana e para o qual estamos buscando solução junto com a bancada federal do Piauí, o Governo do Estado, o Município de Teresina, os parlamentares da Assembléia Legislativa e prefeitos – hoje mesmo recebi o Prefeito Francisco Antonio, que é do Município de Esperantina. Refiro-me à política aeroportuária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Wellington, permita-me interrompê-lo rapidamente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É só para informar à moçada que está nos visitando, alunos do 4º e do 5º ano do ensino fundamental da Escola Classe Vicente Pires, aqui de Brasília, que eles estão assistindo ao discurso do ex-Governador do Piauí e um grande Senador, Wellington Dias, que tem trabalhos em várias áreas. Está falando agora da questão do reflorestamento, mas é um especialista também na área das pessoas com deficiência.

V. Exª tem a palavra, Senador.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Agradeço, Presidente, e saúdo também todos os estudantes, professores, professoras, enfim, toda a equipe dessa escola. É assim que se constrói a cidadania: conhecendo de perto a Casa que tem a tarefa de cuidar das regras que organizam a vida do Brasil e também de cuidar, juntamente com o Executivo, com a Presidente Dilma e sua equipe, como governo ou como oposição, dos interesses do Brasil.

Sr. Presidente, em 2003 quis o Presidente Lula, então Presidente da República, que se iniciasse pelo Estado do Piauí um programa de modernização dos aeroportos – ainda nem havia o PAC. Mais ou menos no mês de julho daquele ano – eu era Governador –, tivemos, em Teresina, a visita do presidente da Infraero, ocasião em que tratamos da necessidade da reforma daquele aeroporto.

O aeroporto de Teresina é um dos aeroportos que ainda continua como um dos que mais crescem ano a ano no Brasil, em número de pousos e em número de passageiros. O aeroporto foi feito há muitos anos e hoje já não suporta a demanda. No momento do embarque e do desembarque é um tumulto muito grande desde a área de estacionamento até a estação

de embarque e desembarque. Enfim, há necessidade dessa modernização.

Pois bem, de lá para cá houve três tentativas de licitação, canceladas por briga entre as empresas, e o resultado é que terminaram, por último, anulando, por inviável, o projeto que estavam implementado. Havia muita expectativa em torno desse projeto, já que, desde 2003/2004 até 2011, a população enfrenta essa situação. Finalmente, tiveram que fazer uma nova licitação e escolheram uma empresa para fazer o projeto. Portanto, terão de primeiro aprontar o projeto para depois se realizar a licitação. Pensando nisso, ainda em 2009, negociamos com o Presidente Lula no sentido de que fosse feita uma obra, mesmo que provisória, como, por exemplo, a que existe aqui em Brasília tem: quem vai do portão G até o portão H, observa que há uma área improvisada, móvel, que a qualquer momento pode ser retirada.

Pois bem, o fato é que foi feita a licitação para fazer essa obra intermediária, inclusive já com contrato e com os recursos. É uma obra de mais ou menos R\$4,7 milhões, a fim de ampliar a área de embarque e de desembarque, para desafogar – trata-se de um problema gravíssimo que qualquer passageiro que chega ali enfrenta todos os dias –, enquanto se espera a continuidade daquela outra obra. Mas a previsão é que somente no segundo semestre o País, por intermédio da Infraero, estará recebendo esse projeto. A partir daí é que é preciso fazer uma licitação.

Quando discutimos sobre isso, já em 2008, como o aeroporto de Teresina fica praticamente no centro da cidade, na região norte da cidade, próximo do rio Parnaíba, no bairro Aeroporto, como é chamado, manifestamos a necessidade de um estudo para que se pudesse, no médio prazo, iniciar uma outra obra de um aeroporto definitivo, como aconteceu em vários lugares do Brasil, que não ficasse longe do centro da cidade e pudesse ter um atendimento.

Lembro-me de que foi uma equipe da Infraero, comandada pelo Ministro Jobim e pelo então Presidente da Infraero, que designou a região onde está a BR-316 na saída de Teresina, em direção à cidade de Picos, em direção a Demerval Lobão. Ali, naquela região, verificou-se que havia menos serras, morros, enfim. Então, foi esta a razão: por ser uma área mais plana, próxima de uma rodovia em que está prevista uma ampliação, um alargamento, para dar uma velocidade maior, e ali fazer esse novo aeroporto.

E qual foi a minha surpresa? É que, desde o início do mês de março, teria chegado ao meu Estado a posição de que iriam ampliar a pista do aeroporto onde já está atualmente. Isso significaria retirar cerca de 1.700 famílias – estamos falando de oito ou dez mil

peessoas – de uma região onde já moram uma vida inteira. É bom lembrar: é ali naquela região que está a origem de Teresina, a Vila Poti. Teresina é uma cidade planejada, que foi criada há cerca de dois séculos, menos de dois séculos, pelo Conselheiro Saraiva. Ali foi implantada a capital e, portanto, é a região mais antiga da cidade. Ela é parte, como a região do Poti Velho, da Vila Poti, onde havia uma tribo indígena. Estão, aí minhas raízes, dos índios potis, enfim.

O fato, Sr. Presidente, é que isso criou um pânico muito grande. Tente imaginar pessoas cujas famílias moram há cem ou duzentos anos – trezentos anos, algumas – naquela região de repente tomarem conhecimento de que, por conta da ampliação de uma pista que não estava prevista, terão que deixar suas casas.

Ontem, tratei com o Dr. Gustavo Vale, que é oriundo do Banco Central – conheci-o ainda como diretor do Banco Central, mas agora, por nomeação da Presidente Dilma, está dirigindo a Infraero –, e tratei com ele da questão. Fiz a exposição dessa situação e marcamos uma reunião de trabalho para a próxima segunda-feira, inclusive com a presença do Prefeito da cidade, do Governador do Estado, Wilson Martins, ou alguém da sua equipe, e com membros da bancada federal, quando vamos tratar desse tema. Qual é a notícia boa? É que ele disse: “se existe esse problema, de pronto já suspendemos o andamento até que tenhamos o entendimento. Nós, da Infraero, não temos interesse em fazer nada que prejudique a região”.

Vejam, de um lado queremos a modernização do nosso aeroporto. Em dias de chuva, por exemplo, é um tormento chegar nas aeronaves, e Teresina é uma das cidades onde mais chove no Brasil, tem uma condição pluviométrica em torno de 1.800 a 2.000 milímetros/ano. Nós já somos pré-Amazônia; do outro lado do rio Parnaíba, já é o Maranhão. O Brasil, às vezes, tem uma ideia deformada do Estado: de que no Piauí é tudo semiárido, é tudo terra rachada, seca, enfim. E, na verdade, temos uma região – toda essa margem do rio Parnaíba – que é pré-Amazônia. Estando lá, pode-se ver a Floresta Amazônica, inclusive.

Então, Sr. Presidente, a posição é no sentido de que possamos suspender qualquer investimento que seja na direção de desapropriação dessas famílias. Na verdade, onde há necessidade de desapropriação de algumas áreas é na frente do aeroporto, onde será feito o estacionamento para os usuários do aeroporto. Isso para poder abrir a condição de acesso à região do aeroporto. Assim, uma ou outra casa que esteja ali indevidamente deverá ser desapropriada, mas com uma reposição. Ou seja, além da indenização, a condição de ter uma reposição, ali mesmo na região, porque as pessoas trabalham ali, têm um comércio,

estão na feira que existe nos bairros da região, ou no Buenos Aires, ou no Matadouro; enfim, são pessoas que estão naquela região, na feira do Poti Velho, e que têm a sua vida ali. Como um pescador, que tem sua vida toda centrada na própria região.

Então, quero aqui dizer que estamos construindo, dentro do Estado, uma posição de retomar o que tinha sendo negociado antes. Primeiro, queremos, sim, a modernização do aeroporto; segundo, que ele sirva, inclusive, no futuro, como aeroporto regional quando pudermos fazer um outro aeroporto em condições, como é próprio de uma capital, de vôos internacionais. É claro que para fazer do zero um aeroporto vai demorar muito tempo. Se uma simples modernização demora três, quatro, cinco, oito anos, como vemos não só no caso do Piauí, mas também no de Recife, Fortaleza e outros lugares que acompanhei, imaginem partir do zero!

Portanto, neste momento, eu queria externar a todas as famílias que moram na região do aeroporto e às pessoas que vivem em Teresina essa posição. Isso tem sido um debate levado para a Assembleia Legislativa. Parlamentares, tanto da base do Governo como da oposição, têm posição semelhante, o Governo do Estado e o próprio Prefeito da capital, Mano Ferro, têm uma posição também nessa direção. Aqui, com o Senador João Vicente e o Senador Ciro Nogueira, também já conversamos. Na bancada federal, da mesma forma, com os Deputados Assis Carvalho, Jesus Rodrigues, que são do meu partido, Nazareno Fonteles, também do PT, mas também com os parlamentares dos demais partidos, Marcelo Castro, Osmar Júnior. Enfim, independente de sigla partidária, todos têm uma posição nessa direção.

Então, de um lado, estou aqui dando uma notícia tranquilizadora neste momento, qual seja, não vai prosseguir nenhuma obra de ampliação da pista que leve a essa situação de grandes desapropriações, como estão colocadas; de outro lado, o compromisso de fazer o aeroporto, mas dentro de um entendimento que leva em conta a posição da capital do Piauí e das lideranças dos diversos partidos.

Era sobre isso que queria falar. Agradeço a V. Ex^a.

Muito obrigado. Que Deus abençoe V. Ex^a e todo o povo brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Wellington Dias. Ontem, permita-me que eu diga, quando a Comissão aprovou o projeto dos autistas, e V. Ex^a estava lá presente, eu tomei a liberdade de indicá-lo para a relatoria do projeto. Fiz esse pedido ao Presidente. Meus cumprimentos pelo trabalho nessa área e em tantas outras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, V. Ex^a é o próximo orador inscrito e, em seguida, já vou anunciar, será o Senador Cristovam e depois o Senador Rodrigo Rollemberg.

Senador Pedro Simon, nós já encaminhamos ao seu gabinete o convite para estar conosco amanhã em nossa atividade sobre os autistas. Vou estar num almoço com V. Ex^a amanhã, com muito orgulho. Já está confirmado.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Em homenagem à Senadora Ana Amelia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Depois da homenagem que não sei quantas mil pessoas prestaram a V. Ex^a, no domingo passado, em Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado pela lembrança.

O Sr. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não falarei hoje, deixarei para uma outra oportunidade, sobre as solenidades de que eu participei com o nosso querido Vice-Presidente José Alencar, nas Minas Gerais.

Mas venho a esta tribuna contra a vontade. Eu sou uma das pessoas que gostaram muito quando as Forças Armadas tiraram do calendário delas, principalmente o Exército, a data de 31 de março. A cada 31 de março tinha que ter uma nota oficial, e a gente tinha que vir do outro lado respondendo. O Exército tirou, e do lado de cá também tiramos. Acho que passou, a história passou.

Não temos por que fazer homenagem. Felizmente – eu estou falando bobagem – fatalidade, os militares do golpe, lá se vão não sei quantos anos, morreram, a não ser um ou outro. A geração que está aí não tem nenhum comprometimento com aquelas coisas que aconteceram. Então, é bom que se esqueça e se caminhe para frente.

Eu, por exemplo, sou a favor da comissão da verdade e a favor da Ministra dos Direitos Humanos, dentro daquele espírito: todo filho que até hoje não sabe onde estão os restos do seu pai torturado tem direito de saber o que aconteceu. Mas não por vingança, não por cobrar.

Eu assisti na televisão ao ex-Presidente da República Argentina, já condenado, creio até que à prisão perpétua, respondendo a um outro processo, agora aquele referente aos filhos dos torturados, dos desaparecidos, que eram entregues a militares para que os

criassem. Até crianças órfãs, cujos pais foram mortos, desapareceram, os militares criaram como filho.

A televisão mostrou uma fase do julgamento com depoimento, e lá se viu o ex-Presidente da República algemado, noventa e tantos anos, respondendo a processo. Eu não estou querendo isso, até porque não há mais ninguém. No Brasil, dos autores, não sobrou ninguém. Então, eu não estou pedindo isso. E a verdade não significa querer cobrar de ninguém.

Tem um Senador aqui, Randolfe Rodrigues, do PSOL do Amapá. É um rapaz extraordinário! Desde o seu primeiro pronunciamento, eu disse para ele: olha, rapaz, você vai longe. A cultura, o conhecimento, a capacidade, a liderança, a seriedade, a profundidade. Lançou-se candidato a Presidente para marcar posição, porque a eleição já estava terminando, já não tinha o que... Mas o seu pronunciamento foi de uma plataforma que parecia a de um Senador de 70 anos que estava aqui há 20 anos. É um belo rapaz.

E ele falou aqui ontem. E o carinho que eu tenho por ele é tão grande, que, a pretexto do pronunciamento dele, eu venho falar. Ele é um jovem. Não sei nem se estava vivo em 1964, se já havia nascido. Não sei.

Mas então ele disse, em seu pronunciamento, que tenho aqui, que Jango deveria ter resistido ao golpe militar. Teria sido melhor para a história do Brasil, se o ex-Presidente João Goulart tivesse resistido ao golpe de 1964.

Na avaliação de Randolfe Rodrigues:

Se Jango tivesse lutado contra a implantação da ditadura militar, atendendo aos clamores de Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, e quem liderou o que ficou conhecido como a cadeia da liberdade, isso impediria que o Brasil tivesse vinte anos tortuosos na sua história.

Meu querido Randolfe, falo para ti, que podia ser meu neto, como quem viveu exatamente aqueles momentos, participando deles. Em primeiro lugar, são dois momentos. O da legalidade, ao que você se refere, um grande momento, quando Jânio Quadros renunciou à Presidência da República, e o Vice-Presidente João Goulart estava na China, numa missão oficial. E os militares criaram uma junta militar, deram posse para o Mazzille, e não quiseram deixar o Jango assumir. Foi aí que o Brizola, na época governador do Rio Grande do Sul, fez o grande movimento que foi a cadeia da legalidade.

E aquele movimento que começou no Rio Grande do Sul, com o Brizola assumindo o comando de uma rádio, a Rádio Guaíba, fazendo palestras que passaram a ser transmitidas para o Brasil inteiro, aquele movimen-

to foi crescendo, crescendo, crescendo, e, de repente, o Jango veio pelo Uruguai a Porto Alegre e, numa crise de condições imprevisíveis, aqui nesta sala, neste Senado, de madrugada, criou-se o parlamentarismo, com o qual o João Goulart concordou.

João Goulart abriu parte dos seus direitos, passando a ser Chefe de Estado, e o Primeiro Ministro que ele indicou, a figura de Tancredo Neves, passou a ser chefe de governo. Uma das páginas bonitas da nossa história, uma atuação importante deste Congresso Nacional. O golpe foi evitado.

Este, meu querido Senador Randolfe, foi um momento, 1961. O João Goulart assumiu como presidente parlamentarista, estava fazendo um grande governo. Tancredo Neves, como Primeiro Ministro, estava tendo uma atuação muito importante, quando Juscelino, ex-presidente que já estava na campanha JK-65 – era a data da eleição – e Carlos Lacerda, que também era candidato da UDN, praticamente se uniram e terminaram derrubando o parlamentarismo. No momento em que Tancredo Neves, Primeiro-Ministro, numa eleição para deputado, quis se candidatar a deputado, eles criaram uma norma: ministro, para ser candidato a deputado, tinha que renunciar ao ministério. Tancredo era Primeiro-Ministro. Claro que, hoje, no Brasil, cujo regime é presidencialista, qualquer Ministro que queira ser candidato a Deputado tem que renunciar ao ministério; mas não no regime parlamentarista. No regime parlamentarista, o Primeiro-Ministro é Deputado, e o normal é que ele continue Deputado, disputando a candidatura. Mas eles queriam derrubar o Tancredo, porque o Tancredo era muito forte.

Aí, caiu o parlamentarismo, e, desde aquele momento, começou-se uma caminhada para o golpe, para derrubar João Goulart. E esse golpe foi crescendo, foi crescendo. Os jornais e as televisões da época; a Igreja, com as caminhadas com Deus, pátria e família; toda a indústria nacional, todas as rádios, jornais e televisões caminhavam na direção de um golpe.

Meu querido Senador Randolfe, se o Jango cometeu erro, foi o de que as esquerdas, na época, começaram a radicalizar. No célebre almoço na Cinelândia, no clube dos sargentos, onde o Presidente da República queria que chamassem os generais de quatro estrelas, o Presidente fez uma reunião com os sargentos do Brasil inteiro, que foi considerada uma afronta para o Exército – e, cá entre nós, uma situação ridícula! Por que um Presidente da República tem que se reunir com os sargentos?! Houve um comício do dia 13 de março, em que Brizola e líderes sindicais começaram a empurrar, a exigir, exigir, exigir... E aquele foi um discurso dramático, que originou a implantação de parte das reformas de base: desapropriaram-se as terras ao

largo das estradas federais, e houve mais uma série de medidas, que levaram à explosão.

No dia 31 de março, o General Mourão, de Juiz de Fora, inicia um movimento que ninguém levou a sério; uma caminhada rumo ao Rio de Janeiro para derrubar João Goulart, iniciando-se o golpe que era previsto para mais tarde. Jango estava no Rio de Janeiro. Houve um movimento enorme no sentido de se saber o que fazer.

Até hoje é célebre: Jango tinha um grande amigo, que era o General Kruel, gaúcho, Comandante do II Exército, que tinha sido seu Ministro do Exército – à época, Ministro da Guerra. Quando Jango falou com ele para que endereçasse suas tropas rumo a Juiz de Fora, que liquidaria, em 24 horas, a resistência do General Mourão, o General Kruel exigiu uma nota oficial do Presidente João Goulart, rompendo com o Partido Comunista e eliminando algumas figuras do governo.

Dez anos atrás, em 1954, Jango foi vítima de um manifesto de coronéis, quando ele, Ministro do Trabalho, foi demitido, por ter aumentado o salário mínimo, para garantir que não se desse o golpe no Dr. Getúlio. E o golpe saiu de qualquer jeito! Jânio não aceitou lançar esse manifesto, e Kruel pegou suas tropas e, em vez de ir em direção a Minas Gerais, em vez de ir em direção a Juiz de Fora, veio em direção ao Rio de Janeiro. João Goulart veio a Brasília e, de Brasília, foi a Porto Alegre.

Estávamos na madrugada. Jango, imediatamente, demitiu o comandante do III Exército, e o novo comandante do III Exército hipotecou solidariedade total ao Presidente João Goulart. Era quase madrugada quando o general chegou ao aeroporto. Estávamos todos tremendo de frio, inclusive o general, comandante do III Exército, esperando João Goulart, Presidente da República, que, em vez de se dirigir a Brasília, do Rio de Janeiro, veio a Porto Alegre para fazer a resistência. Dali, fomos para a casa do comandante do III Exército. O comandante do III Exército, Brizola – meu querido Randolfe, nessa época, ele não era mais Governador; ele era Deputado Federal – e nosso grupo todo, que representava o trabalhismo naquele momento.

Foi uma noite trágica. Em primeiro lugar, as informações que chegavam do interior é que Santa Maria – a maioria das repartições federais – estava aderindo ao golpe. Não eram solidários ao comandante do III Exército, em solidariedade a João Goulart.

O comandante do III Exército foi uma figura positiva, enérgica. E Brizola, realmente, queria resistir; queria que Jango nomeasse ele, Brizola, Ministro da Fazenda, e o comandante do III Exército, Ministro da Guerra. E eles viriam em direção a Brasília, como havia acontecido na legalidade.

O comandante do III Exército, os militares e os Ministros, solidários com Jango, fizeram um longo levantamento e viram que, àquela altura, pelo Brasil afora, inclusive no Rio Grande do Sul, as tropas fiéis e solidárias a João Goulart na Presidência eram minoritárias. E, em meio às discussões, vinha a informação do serviço secreto de que a Sexta Frota americana já estava na fronteira, na divisa do mar territorial, esperando o momento para participar e, se houvesse luta, eles entrariam. Estavam preparados para isso. Foi em meio a isso, meu jovem Randolfe, que o João Goulart não resistiu.

Eu estava ali e participei de todo o movimento; eu, ainda Deputado Estadual, jovem, guri. Havia saído da UNE para ser Deputado, sonhador, esperando mil coisas. Eu havia vibrado com a Campanha da Legalidade quando, de repente e não mais do que de repente, o Jânio renuncia. E nós havíamos levado uma derrota vergonhosa com o Jânio Quadros – o Lott nem se levantara do chão – e, de repente, o Jânio renuncia. O Brasil apoia, entusiasmado, a legalidade e Jango é Presidente da República. Em 1964, tudo ao contrário. Nós, com a Presidência da República na mão, nós com o poder na mão e, de repente, não mais do que de repente, aconteciam essas coisas.

Aqui, nesta sala, o Presidente do Senado decreta vaga a Presidência da República, dizendo que o Presidente João Goulart havia se afastado de Brasília, estava no exterior, em lugar incerto e não sabido. O Senador Tancredo Neves, aos berros, chamava-o de mentiroso, dizendo: “Ele está, neste momento, em Porto Alegre, na casa do Comandante do III Exército, que ele nomeou Ministro da Guerra, e, se o senhor quiser, no prazo de três horas, ele chega aqui”.

Aquele Presidente do Senado, um paulista de triste memória, de várias passagens iguais a esta, decretou vaga a Presidência da República e empossou o Presidente, quando o Presidente estava na casa do Comandante do III Exército, Ministro da Guerra, nomeado pelo Jango. Isso aconteceu!

Eu fico a pensar: se tudo deu tão certo em 1961, quando as situações eram as mais adversas: o Presidente era o Jânio, que renuncia; o Jango, Vice-Presidente, estava lá na China; o Mazzilli assume a Presidência da República; no meio, uma junta militar com todo o poder, com toda a força. Parecia que não havia mais saída, não havia mais o que fazer, e um movimento meio romântico do Sr. Brizola derruba tudo, e sem derramamento de sangue, sem coisa nenhuma, salvou-se a democracia. E, três anos depois, nós, com a Presidência da República nas mãos, com as forças nas nossas mãos, um movimentozinho idiota do General Mourão, uma pessoa muito acanhada na sua capa-

cidade, por uma falta de entendimento, que a história não vai perdoar, entre João Goulart e o General Kruel, Comandante do II Exército, deu no que deu.

Olha, meu irmão Randolfe, meu filho Randolfe, tu tens razão! Que bom se nós pudéssemos ter resistido a 1964 e esses 20 anos não tivessem acontecido. Mas não dá para ficar na história a tese de que João Goulart fugiu. Não! João Goulart, a rigor, repetiu Getúlio Vargas: dez anos antes podia fazer uma guerra, uma guerra civil, uma luta de consequências imprevisíveis e resistir. Foi quando o Ministro da Guerra, já no golpismo, comprometido com as forças que queriam impor o golpe, comunicava, na reunião de madrugada do Ministério de Getúlio: “Não. Os militares não aceitam licença; só a renúncia”. E Getúlio disse: “Quer dizer que eu estou deposto?” Foi nesse momento que Tancredo, Ministro da Justiça de Getúlio Vargas, disse: “Presidente, nomeie-me Ministro do Exército” – à época Ministro da Guerra –, “nomeie-me Ministro da Guerra! Eu ponho na cadeia todos esses golpistas”. Disse isso na cara do Ministro da Guerra, que estava ali e que era golpista. “Eu prendo esses golpistas e termino isso”. Getúlio, abatido, já com a carta suicida pronta, o revólver engatilhado – “Não aceito” –, dá sua caneta de presente a Tancredo e comete suicídio. Ato de covardia? Não. Eu discuto isso até na religião. Nossa Igreja diz que ninguém pode se suicidar. É um pecado que marca a alma de quem se mata. Mas ali foi diferente. Ali, Getúlio cometeu um ato para evitar um derramamento de sangue, uma guerra de conclusões imprevisíveis. Com João Goulart, seu discípulo, dez anos depois, foi a mesma coisa. Foi a mesma coisa!

Aliás, a Comissão da Verdade, que está sendo feita, pode fazer muita coisa além de descobrir o que é violento, injusto, os corpos desaparecidos, recompor a história de tantos que até hoje não se conhece. Precisa recompor, perante a história, a figura do Dr. João Goulart. A imprensa da época, meu querido Cristovam, foi muito cruel. **O Estadão**, **O Globo**, o **Correio da Manhã** eram capas inteiras. Uma das questões que eles falavam e que eles contavam era que João Goulart era o homem que tinha a maior extensão de terras do mundo, que a cada mês ele comprava uma fazenda. O jornal **The New York Times** publicou páginas e páginas contando isso, e **O Estadão**, em São Paulo, e o **Correio do Povo**, em Porto Alegre, reproduziram isso.

João Goulart nos chamou a Montevideu. Eu e seu primo-irmão, Marcílio Goulart Loureiro, também deputado, fomos com ele ao cartório de notas de Montevideu, e o Presidente João Goulart dava uma procuração, em causa própria, ao presidente da revista *Time Life*, autorizando a venda por U\$1,00 de cada fazenda que

tivesse registro desde o momento em que ele havia chegado no Governo. Por um dólar ele vendia cada uma das fazendas!

Vimos aqui; fiz um pronunciamento na Assembleia Legislativa. Conta a história – e não se sabe o porquê – que nem nos Anais apareceu. Fomos ao *Correio do Povo*, fomos ao *Correio da Manhã*, fomos ao jornal *O Estado de S. Paulo*, e ninguém publicou uma linha. Ninguém publicou uma linha!

Quando foi feito o inventário do Sr. João Goulart, ele tinha muito menos, muito menos propriedades de terras do que quando ele assumiu a Presidência da República. Ele foi crescer quando, no exílio, ele se dedicou à plantação e à criação. Fora da Presidência da República, com a ditadura atrás dele querendo matá-lo, é que ele comprou terras no Paraguai, na Argentina e no Uruguai. É por isso que eu me sinto na obrigação de vir aqui.

Que bom que esse 31 de março passou sem ser notado! Não teve aquela nota oficial do Exército. Que bom! E não teve resposta também. Nem eu estou dando resposta. Não estou nesta tribuna... Não fora essa obrigação que tenho com relação ao meu querido Senador Randolfe, eu nem assomaria à tribuna. Estou subindo à tribuna mais em homenagem à figura do Dr. João Goulart, à sua moral, à sua dignidade, do que para fazer acusação às coisas que já passaram.

É por isso que, neste 31 de março, quando nós estávamos no Palácio, em Minas Gerais, levando a nossa homenagem ao ex-Vice-Presidente por sua morte, comentamos que era muito triste estarmos enterrando o Vice-Presidente; mas o interessante é que, embora fosse um 31 de março triste, não tinha nenhuma nota, não tinha nenhuma manifestação. O 31 de março já é história, já é passado. Que bom que assim é!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Pedro Simon.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Simon...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não. A Mesa retorna a palavra ao Senador Pedro Simon, que concedeu o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Pedro Simon, não pedi o aparte antes porque queria que o seu discurso fluísse até o fim sem o senhor precisar interrompê-lo; entretanto, não queria deixar passar esse discurso sem uma consideração ou até mais de uma. A primeira é que, creio, essa sua reflexão, essa reminiscência deveria ser impressa e distribuída

nas escolas do Brasil. Primeiro, porque a história desse período ainda não está bem contada. Salvo raros livros, a visão que se tem de João Goulart, do golpe militar, nos livros que estão por aí, salvo alguns livros, não é exatamente o que deveríamos colocar. A figura do João Goulart, por exemplo, não é muito diferente da figura do Allende. Talvez pelo fato de que Allende ficou ali, resistiu e morreu, como Getúlio Vargas, hoje se sabe que foi assim, isso tenha lhe dado o martírio, e o martírio engrandece muito qualquer político. Mas na vida, no dia a dia, nas tentativas do João Goulart, não era diferente. Dois estadistas comprometidos com a democracia. Se João Goulart quisesse dar um golpe, ele teria dado em algum momento daquele seu período. Ele poderia ter tido um Ministro da Guerra que desse um golpe a favor dele. Ele não quis isso; ele negociou, negociou, negociou. Aceitou perder o poder do regime presidencialista para aceitar um parlamentarismo. Ele fez tudo que era preciso. O golpe, na verdade, foi fruto da desconfiança norte-americana, aliada às elites brasileiras, para que o Brasil ficasse sob a tutela de um pensamento que, naquele momento e nos anos seguintes, dominou toda a América Latina. Logo depois veio o Chile, veio a Argentina – e ontem foi condenado à prisão perpétua, na Argentina, um dos generais que deram o golpe. Então, ele tentou tudo. Houve, sim, uma estratégia mundial para que aquele golpe ocorresse. Agora, não podemos negar – e aí a sua comparação com 61 é tão importante – que a população brasileira estava cansada de algumas coisas: uma delas era a inflação; a outra delas era o clima de que parecia não haver uma ordem estabelecida. Eu, nesse sentido, ponho que alguns grupos de esquerda foram tão responsáveis pelo golpe quanto os golpistas da direita. Inclusive por contestarem o poder do próprio João Goulart; inclusive por não darem apoio a João Goulart; inclusive por não entenderem os limites do possível numa democracia. Mas o fato é que terminou aquilo acontecendo. O senhor traz aqui suas reminiscências com fatos que parecem menores, mas que, na história, são de uma grandeza imensa, como esse de oferecer todas as suas terras, para mostrar que elas não existiam, salvo o que ele já tinha recebido de herança ou comprado antes de ser Presidente da República. Então, seu discurso é muito oportuno e deveríamos distribuí-lo para todas as escolas brasileiras. Ao mesmo tempo, eu quero aproveitar para falar que um discurso como o seu é importante; ainda mais será, e eu espero que aconteça, quando tivermos a Comissão da Verdade trabalhando e, se possível, trabalhando em cadeia nacional de televisão, ouvindo cada um daqueles que participaram da luta, inclusive ouvindo aqueles da esquerda que fizeram parte da luta armada. E eu garanto

que eles virão sem envergonhamento. Essa Comissão da Verdade é uma condição necessária, inclusive, da reforma política. A reforma política não estará completa enquanto não conhecermos a nossa história. A África fez, o Chile fez, os países todos fizeram. E eu não estou propondo romper com a anistia. A anistia foi um pacto feito naquele momento para acabar com o regime militar, e os pactos devem ser cumpridos. Mas anistia não é sinônimo de amnésia. Anistia é um gesto de grandeza; amnésia é um gesto de falta de respeito à pátria. Eu vejo alguns dizerem que o Exército é contra apurar tudo o que aconteceu. Veja bem; qualquer um de nós tem a obrigação de ser patriota. O militar tem, além da obrigação, o dever fundamental de ser patriota. Ninguém é patriota sem conhecer sua história e ninguém é patriota se esconde a verdade da história. Por isso, eu prefiro acreditar que o Exército Brasileiro de hoje quer, sim, a verdade sobre os dois lados, porque também apurar a verdade só para um lado não é a verdade plena. Então, a Comissão da Verdade é uma condição necessária para que a gente saiba tudo que aconteceu no período posterior ao 1º de abril de 1964. Para o período anterior, a gente precisa de outras falas como as suas, outros estudos dos historiadores e biografias muito bem feitas sobre quem foi João Goulart e aqueles que estavam ao redor dele, como Darcy Ribeiro, Leonel Brizola, o senhor próprio. Essa história tem que ser contada e ainda recontada, para que o Brasil saiba o que aconteceu naquele trágico dia de 1º de abril. Se o Brasil não tivesse passado por aqueles 21 anos de ditadura, nós teríamos uma sociedade muito melhor, basta observar o que aconteceu nos últimos 20 anos de democracia. Eu sou crítico dos avanços que não fizemos, mas nós fizemos muitos avanços que teriam sido certamente difíceis sob uma tutela militar, sobretudo a serviço ou vinculada muito estreitamente a interesses de estratégia mundial, como foi o regime implantado no Brasil depois de 1964. Parabéns pelo seu discurso e ainda bem que nós temos pessoas aqui para lembrar o que aconteceu naquele momento e trazer de volta a figura de João Goulart.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu agradeço muito a V. Exª. Seu aparte veio ilustrar muito meu pronunciamento e a análise que V. Exª faz é absolutamente perfeita.

Com relação à Comissão da Verdade, eu acho que se chegou a um entendimento, a uma média de pensamento em que o que se quer é a verdade, não é a vingança, não é o ódio, não é colocar no banco dos réus quem quer que seja. É só saber a verdade. É aquilo que eu já disse desta tribuna várias vezes e digo novamente. Eu já li vários livros mostrando como é doloroso uma mãe não poder enterrar seu filho por-

que não encontrou o corpo para enterrar, ou um filho não poder enterrar seu pai porque não sabe onde ele está. É interessante que faz parte da mística. Eu tenho o meu filho, tu tens o teu pai. Ficou doente, morreu. Morrendo, é velado e enterrado. Prestamos o carinho e voltamos para casa.

Quantas mães me dizem que acordam à noite porque acham que ele vai bater na porta. Isso não pode continuar. Não tem lógica essas coisas acontecerem. Buscar a verdade é buscar a verdade. As pessoas até já morreram, ninguém quer saber dessa coisa toda, apenas buscar a verdade.

Veja a diferença entre nós e a Argentina: na Argentina, até o então Presidente está na cadeia. Pegaram cadeia, foram condenados. No Brasil, não aconteceu nada. Nada! Absolutamente nada!

O mínimo é querer a verdade. E acho que, quanto a isso, o Governo agiu bem. O Lula agiu bem. E é bonita a ação da Presidente Dilma, porque ela é uma das que participou, sofreu, e não se vê, em nenhum momento da fala dela, uma vírgula que denote a resposta do rancor. Não há! Eu não tenho nenhuma dúvida, ouvindo a palavra dela, de que ela pode ter mil ideias na cabeça para o Governo dela, menos preocupação com vingança ou com coisa parecida com o que aconteceu com ela, com a família dela, com os companheiros dela, ou com qualquer outra coisa. Isso é bonito de ver.

Olha, eu vejo na Presidente Dilma um sentimento de grandeza das pessoas que conseguiram superar, que conseguiram, na Presidência, colocar o interesse público acima das questões pessoais. Que bom que isso esteja acontecendo! Que bom que isso esteja acontecendo! Mas, daí a nos impedir de saber a verdade, há uma diferença muito grande.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Simon, pela aula que deu. Ao mesmo tempo, cumprimento os alunos do quarto e quinto anos do ensino fundamental da Escola Classe Vicente Pires, que assistiram aqui, com suas professoras, ao brilhante pronunciamento histórico do Senador Simon.

E, neste momento, passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

Enquanto o Senador Cristovam Buarque se dirige à tribuna, eu lembro a todos que amanhã, às 18 horas, nós aqui no Congresso estaremos iluminando esta Casa com cores azuis, numa homenagem aos autistas. Isso vai acontecer em inúmeros prédios, nas sete maravilhas do mundo, em todo o Planeta. Em Porto Alegre, por exemplo, vai ser na Usina do Gasômetro.

Convido o Senador Cristovam a vir à tribuna. S. Exª é o autor da audiência pública dos autistas, que

vai ser na próxima sexta-feira. Gostaria que fosse na próxima segunda, mas sei que temos que ajustar a agenda de todos. E já aproveito, Senador, para lembrar que será um dia muito bonito esse Dia Internacional do Autismo.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, especialmente o Senador Pedro Simon, vou hoje repetir parte daquilo que falei ontem, mas que não deu para completar. Vou tratar de uma proposta relacionada à reforma política, que tive o cuidado de elaborar para o debate, para que debatamos. Não vou dizer que essas coisas estejam perfeitas, obviamente, que estejam completas, que estejam certas. A gente tem que debater.

E preparei um pequeno texto, onde coloco uma criança olhando para nós Parlamentares com esperança, mas não com muita alegria, porque ela tem dúvidas ainda. E tem dúvidas porque eu temo mais uma vez, Senador Paim, que nós façamos uma reforma incompleta, uma reforma tímida, como caracteriza a história do Brasil. O Brasil não tem nenhuma reforma radical na construção do seu futuro. A grande reforma, que foi a Abolição da Escravatura, só aconteceu quando já estava extinta.

As reformas foram aos pouquinhos. A Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários, quando já não conseguiam trabalhar. A República foi incompleta porque a gente tirou o rei, mas manteve o título, por exemplo, de chamar o senhor de nobre, Senador. Nobre é coisa do Império. O senhor é um companheiro Senador, Senador Pedro Simon, o senhor é um cidadão. Senador, para que chamar de nobre cada um nós? As Casas onde funciona a Justiça e onde funciona o Presidente chamam-se Palácio. Nos Estados Unidos, chama-se Casa Branca, não se chama Palácio Branco.

Nós não fazemos as reformas completas. E eu temo que essa ansiada reforma da política seja muito limitada. Começa que é limitada ao tratar apenas dos aspectos eleitorais. Só ouço falar em coisas de eleição. Não ouço falar da reforma que toque na cultura brasileira da política. Não vejo falar em medidas claras moralizadoras. Não vejo falar na mudança do funcionamento do Legislativo, depois de eleito. Não vejo falar na reforma do Executivo nem do Judiciário. Uma reforma política que não tenha esses cinco itens, além do eleitoral, não é uma reforma política. Pode, no máximo, ser uma reforma eleitoral.

Por isso eu me atrevo, ou me atrevi, como dizemos em Pernambuco, enxeridamente, a colocar propostas aqui que alguns vão considerar até ridículas, alguns vão considerar sem tanta importância.

Vou tentar, Senador Paim, contar com a liberdade de tempo da sexta-feira para, rapidamente, repetir o que falei ontem. Comecei pelo eleitoral, mas fui ao cultural, moralizador.

No que se refere ao eleitoral, eu proponho o voto por lista, mas por lista em que o eleitor escolha os nomes. Como se faz isso? Apenas o eleitor vota primeiro no partido. Depois do partido, aparece a lista dos candidatos. E aí ele elege o seu. Porque a lista fechada vai dar um poder demasiado à burocracia partidária, vão se comer para ser o primeiro.

Então, deixa ao nosso eleitor a tradição de escolher o nome do seu Deputado. Mas ele tem de escolher primeiro o partido.

Depois eu falo do tema central, que é o financiamento...

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Vota no partido. Depois do partido, escolhe o candidato na lista?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – O nome. Isso. Vai dar um problema técnico? Dá. Que os funcionários da Justiça Eleitoral trabalhem para saber como aquela maquininha pode apresentar a lista dos candidatos, que eu defendo até que venha em ordem alfabética ou por sorteio, mas não conforme a escolha feita por uma burocracia.

No que se refere ao financiamento, todo mundo está perguntando se o financiamento é público ou não. Eu começo pela redução do custo da campanha, em vez de falar do financiamento. Não dá para continuar gastando centenas de milhões de reais em cada campanha. Cada candidato a Presidente chega a quase R\$100 milhões. E, para reduzir o custo, proponho que o horário eleitoral seja cada vez menos de *marketing* e cada vez mais da exposição do candidato. Quanto ao horário eleitoral, Senador Simon, o ideal seria que fosse ao vivo para cada candidato. Mas, se ele não quer ir ao vivo, se quer gravar, muito bem, que grave, mas a sua fala, sem essa parafernália mercadológica que tira a chance de o eleitor conhecer bem seu candidato e que, além disso, custa um dinheirão.

Feito esse corte de custo, creio que, em primeiro lugar, deveríamos tentar um financiamento público, porque por todos, mas um financiamento voluntário. Que cada candidato busque dinheiro entre aqueles que querem contribuir com sua campanha, mas com um limite, com um limite de doação. Ao criar um limite de doação, a gente acaba com o poder econômico, mas mantém o voluntarismo da contribuição. Se isso não for possível, aí, sim, acho que se deve procurar o fundo público de campanha, mas com um limite, o de quanto custa a campanha de cada um.

E, na contribuição voluntária, proponho que, ao se contribuir com um candidato, uma parte vá para todos os candidatos, não fique só naquele candidato.

Eu proponho a perda do candidato que não cumprir as regras do financiamento. Gastou mais do que o que está previsto... E o previsto deve ser feito pela Justiça Eleitoral, dependendo da disputa que está sendo feita e do local em que está sendo feito.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Nunca se consegue provar se gastou mais, se gastou menos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito bem, mas a gente tem de ter a esperança de que se vai provar. Aí é outra coisa. Aí se está fora da lei, aí são os fora da lei. Os fora da lei vão existir, mas pelo menos que, dentro da lei, a gente possa fazer isso.

Quanto ao tipo de eleição, distrital ou não, proponho uma inovação. Proponho que, para 40% dos Deputados, seja o voto distrital. O voto distrital é mais barato, porque aproxima o candidato do eleitor, mas é paroquial. Difícilmente alguém se elegeria, Senador Paim, na defesa da negritude, porque eles estão espalhados, em cada distrito, não conseguiriam eleger-se. Quarenta por cento, distrital. E defendo que 50% sejam eleitos pelo Estado inteiro. Mas ficaram sobrando 10%. Defendo, Senador Rollemberg, que a gente tenha 10% dos nossos Deputados eleitos nacionalmente. Que disputem a eleição entre os grandes deste País. Quando chegarem à Câmara, ficarão iguais. O Miguel Arraes tinha de ser Deputado Federal pelo Brasil; o Leonel Brizola, pelo Brasil. Os presidentes de partido deveriam disputar eleição nacionalmente. Claro que, no meio desses deputados federais, nacionais, vai haver alguns artistas, vai haver líderes religiosos, mas disputando entre os grandes deste País. E, com isso, a gente teria a vantagem do distrital com a vantagem do estadual e com essa novidade do federal, do nacional.

Quanto ao Vereador, acho que todos devem disputar como distrito.

Uma cidade pode dividir-se em distrito. O debate de Vereador é local mesmo, raramente é um debate nacional.

Agora, proponho algo que vai trazer uma antipatia muito grande para mim de muitos líderes deste País. Defendo que o candidato a Vereador nas cidades de menos de 50 mil habitantes seja um trabalho voluntário e parcial. Um Vereador de uma cidade de menos de 50 mil habitantes não precisa estar, oito horas por dia, na Câmara, pode estar em tempo parcial. Pode reunir-se à noite. Que seja um voluntarismo, o que vai engrandecer muito a carreira desses.

Eu proponho o fim da reeleição para todos os cargos. Uma só reeleição, aliás. Não acabar a reeleição,

uma reeleição. E muitos que vão continuar na política mudam de cargo.

O Senador Simon tem prestado um serviço imenso aqui, no Senado, mas poderia ter ficado 16 anos aqui, 16 anos na Câmara. Poderia ter voltado a ser Governador, depois voltaria a ser Senador.

A quebra desse período muito longo desprofissionaliza a atividade. Por isso, a proibição de uma reeleição consecutiva. Pode-se até voltar depois.

Quanto à possibilidade de candidatura avulsa, creio que, da maneira como são nossos partidos, não vejo por que impedir uma pessoa de ser candidata sem partido. Agora, não pode ser qualquer um. Que se tenha uma lista mínima de eleitores apoiando e indicando essa pessoa. A indicação por 5% dos eleitores deve valer tanto quanto a indicação por um partido. Poucos vão conseguir isso. Quem conseguir merece ser candidato, mesmo que não tenha partido.

Da mesma maneira, defendo a fidelidade partidária, mas também a fidelidade do partido. E, nesse caso, é possível, sim, que algum parlamentar queira desligar-se do partido, para não trair o eleitor. Eu acho que a gente deve dar esse direito. Mas, para dificultar o desligamento, o Deputado ou o Senador que se desligar do seu partido não pode entrar em outro. Ele fica independente aqui dentro. Ele fica independente e dificilmente vai conseguir ser candidato outra vez, a não ser que consiga 5% dos votos dos eleitores, já de saída, como indicação.

Eu defendo que a gente impeça as alianças desde o primeiro turno, ou seja, no primeiro turno, não “desde”. Está matando os partidos eles se aliarem já no primeiro turno. O instituto dos dois turnos é muito bom.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Toda aliança: majoritária ou proporcional?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – As duas. Isso acaba com a legenda de aluguel. O candidato tem de sair pelo seu partido. No segundo turno, aí, sim, as alianças. Isso, porque, no primeiro turno, é para a gente votar em quem está mais perto da gente; no segundo turno, é para votar em quem está menos distante da gente.

Se a gente já faz alianças desde o primeiro turno, acontece o que aconteceu nas últimas eleições no Brasil, em que só houve um turno, disfarçado de dois. A imprensa já escolheu, desde o primeiro turno, quem estava no segundo turno.

Eu defendo que a corrupção seja tratada como crime hediondo. Nós não podemos, inclusive, chamar de ladrão quem rouba dinheiro privadamente e de apenas corrupto quem rouba dinheiro do Governo, quem rouba dinheiro público. Que seja um crime hediondo.

Eu defendo que haja uma punição drástica ao candidato que não cumprir a regra já existente, que impede a propriedade de meios de comunicação. Há pouco, os jornais deram a quantidade de imprensa neste País em nome de laranja. Todo mundo sabe que pertence a Deputados, a Senadores, a Governadores, e não há punição. Mais uma vez, Senador Pedro Simon, quando a gente não souber, não pode punir. Mas, se se comprova, de uma maneira definida, que algum parlamentar tem um jornal ou uma rádio, ele tem de perder o mandato. Agora, ele tem direito de fazer seus panfletos, tem direito de fazer até seus jornais, mas dizendo “Este jornal pertence ao Deputado tal”; “Esse é um veículo de propaganda minha”. Mas pôr um nome num jornal que deveria ser independente, já sendo dependente, isso inviabiliza a República. E a minha proposta é de uma reforma republicana.

Senador Simon, acho que hoje a gente pode fazer o debate muito mais à vontade, muitos mais debates do que apenas um só.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Repare V. Ex^a, organismos internacionais estão dizendo que rádios, televisões e jornais do Brasil, principalmente rádios e televisões, estão muito nas mãos de grupos e de políticos, porque a distribuição é feita pelo Congresso. E querem moralizar, tirando-se do Congresso para botar não sei onde. Que está errado o Congresso, está. Não estamos cumprindo a Constituição. Nós sabemos que rádio é de Fulano, jornal é de Beltrano, e não sei o quê, e fica tudo igual. Temos que tomar uma atitude. Mas a atitude que eles querem...! Vamos passar para quem? Para uma comissão especial que criarem lá no Ministério das Comunicações, vai ser melhor que nós? Aliás, houve um longo período na época, inclusive lá na nova república, que criaram dezenas e centenas de rádio e de televisão que vinham para cá para homologarmos, mas tudo foi feito lá. Hoje, qual é o poder que temos aqui para dar uma rádio, uma estação de televisão para a, b ou c? Já vem do Governo. É feito lá. Lá que é dado. E nós temos a covardia de não fazer nada. Agora, querer tirar de nós para botar lá porque vai melhorar, não. Agora que é uma vergonha é uma vergonha. A gente sabe, estão aí deputado, senador, prefeito e vereador, todo mundo cheio de rádio e cheio de televisão, e a gente não faz nada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É isso mesmo. Estamos criando uma dupla promiscuidade. A promiscuidade quando o Governo indica a rádio para alguém, alguém que não seja político, sem passar pelo Congresso. E a promiscuidade é a pessoa ser dona de um meio de comunicação e ter um mandato, e podendo usar esse jornal. O outro que tem a ver com isso: é a limitação dos gastos de publicidade

dos governos. Não é possível que continue essa coisa que só existe no Brasil, o governo fazer publicidade de si, e muitas vezes mentirosa.

O MEC está com uma propaganda belíssima que diz que o Brasil está no caminho certo na educação. Olha, se estiver certo, está em passo de tartaruga. Então devia dizer isso. E em passo de tartaruga, mesmo no caminho certo, você fica para trás.

O Governo do Distrito Federal, Senador Rodrigo Rollemberg, está fazendo uma propaganda, já de obras dele, que é claro que aquilo não reflete a realidade. Mas, mesmo que refletisse a realidade, cada milhão gasto com publicidade tem dois problemas: um, gasta dinheiro que deveria ser gasto em atividades públicas; dois, está transferindo dinheiro e cooptando a mídia.

Esse é outro item que vai me trazer muita crítica, sobretudo, dos meios de comunicação. Mas quero dizer para eles que eles podem continuar ganhando o dinheiro deles, o Governo fazendo campanhas educativas, campanhas cívicas. Meu Governo no Distrito Federal gastou dinheiro com publicidade, para criar faixa de pedestre, que, aliás, hoje, faz creio que 14 anos ou 16 anos que está em funcionamento. Foi uma campanha educativa de meses, pela televisão e pelos jornais. A gente pode usar a televisão para dar cursos, pode dar curso de história. A gente pode usar o Governo para financiar debates sobre livros na televisão em horário nobre – neste País não se discute livro. E a gente sabe que a televisão não terá audiência. O Governo pague debate sobre livros, desde que não escolha o livro que quer vender.

Defendo, sim, Senador Rodrigo, o voto obrigatório com outro nome, a ideia de que é omissão não votar, e esta omissão tem que pagar um preço. Só que não ponho estes R\$3,00 que se paga hoje; ponho que, quem não votar, vai ter que ser obrigado a assistir a uma semana de aula sobre política, sobre ética, dada, organizada pela Justiça Eleitoral, mas não pode...

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB –DF) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – ...mas não pode ficar impune quem não cumpre esse papel cívico de ir votar. Além disso, hoje, o eleitor, uma semana depois, não sabe em quem votou. Se não for obrigatório, não vai saber que teve eleição. Temos que fazer com que a população se envolva. Mais uma razão. É incrível como as crianças se envolvem na eleição, porque é obrigatória. Se fosse voluntária, não tinha como saber que aquilo estava funcionando.

Por isso, o voto obrigatório, considerando-se uma omissão do cidadão não ir votar, como é uma omissão não se inscrever para o serviço militar. Pode até ser dispensado, mas tem que ir lá. A mesma coisa é ir lá

a cada quatro anos, dois anos, se incluídos vereadores, para votar.

Essas são as minhas propostas do ponto de vista eleitoral.

Vou entrar no Legislativo, mas, antes, passo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Quero cumprimentar V. Ex^a, Senador Cristovam. É uma honra poder apartear-lo pela primeira vez no plenário do Senado. Terei oportunidade de sucedê-lo, nesta tribuna, também para tratar do mesmo tema, dialogar com a população brasileira, através da TV Senado, e com os nossos colegas, eminentes Senadores e Senadoras presentes, sobre reforma política. V. Ex^a, com a experiência que tem, com a credibilidade que tem, traz uma série de reflexões e de propostas sobre o tema. Eu, sem querer me adiantar no mérito, porque vou fazê-lo quando assumir a tribuna, lembro como é complexo este debate e que, até este momento, não estamos discutindo reforma política – o que implicaria uma relação entre os Poderes –, apenas uma reforma eleitoral. Mas, ainda assim – e digo na condição de um dos coordenadores da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Política com Participação Popular que, com a experiência que tive, nos quatro anos de Deputado Federal na Câmara – só acredito que teremos uma reforma eleitoral, ou uma reforma política profunda, se tivermos uma ampla participação da população. E por quê? Porque todos os deputados e todos os senadores que estão no exercício do mandato se elegeram por este sistema eleitoral. Portanto, sempre haverá alguma resistência em fazer modificações profundas neste sistema. Mas terei oportunidade de apresentar algumas reflexões – algumas dúvidas, inclusive – e algumas proposições a respeito. Agora, o que eu estou certo – e apresentei proposta nesse sentido – é que devemos ampliar os instrumentos de participação popular no debate do sistema eleitoral e do sistema político.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Totalmente de acordo, Senador Rodrigo Rollemberg, tanto que, hoje, o PDT tem a posição de que a proposta de reforma deve ser submetida a um plebiscito. Mas creio que, além da ampliação dos que participam, devemos ampliar a temática da reforma. Para ser política, ela não pode se limitar à eleitoral. Eu não quero me estender muito. Então, eu vou, muito rapidamente, sobre as do Legislativo para entrar na que eu considero mais duvidoso, que vem depois.

No Legislativo, sessões ordinárias todos os dias, durante três semanas, e uma semana livre para o parlamentar ir a sua cidade, seu Estado;

A criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito permanente. Cada vez que acontece alguma coisa, para criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, é uma tragédia, é uma confusão. Então, tem-se uma Permanente que, automaticamente, se autoconvoca quando considerar que tem de trabalhar para enfrentar falta de decoro; fim do voto secreto.

Mas aqui, Senador Pedro Simon, eu vou além: é o fim do voto do Líder. E o fim dessa coisa horrível a que chamo de “voto parado”. Já fui surpreso aqui votando, porque o Presidente da Mesa diz: “Quem estiver de acordo, fique parado.” E eu esqueço de me mexer; ao não me mexer, estou votando. O voto tem de ser obrigatório em cada ato.

Agora, a gente faria uma concessão: poder votar no gabinete, se quiser. Mas você põe seu nome e que fique registrado seu voto.

Adotar uma rotina de votação às consultas populares e por meios mais modernos.

Não vamos colocar – é uma ilusão – a população para votar uma lei aqui. Mas eu acho que, na hora de votar, a gente deveria colocar ali, naquele painel, quanto por cento da população está a favor, pelas pesquisas de opinião feitas pelo próprio Senado, pelas respostas ao **twitter**. Aí, nós, Senadores, sabemos que aquilo não reflete todo o povo; além disso, aquilo é um pensamento momentâneo. Podemos não votar com aquilo, mas colocar, sim, levar em conta a opinião. Nós estamos em um processo que, daqui a algumas décadas, vai ser democracia direta, nem vai precisar de nós para votar as leis.

Fim da suplência do Senador. Estou de acordo com essa aprovação. Facilidade para que se encaminhem as aprovações ou não de leis de origem popular. Hoje, é muito complicado aprovar – e o Senador Paim sabe disso, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Como é difícil a gente aprovar um processo que vem da população!

É preciso que haja o registro do compromisso de campanha. O candidato tem de registrar seu compromisso, e há possibilidade de ele ser cassado se não cumprir aquilo com que se comprometeu. Como fazer isso? Os eleitores ou o Ministério Público pedem isso à Justiça eleitoral, provando que aquele candidato não cumpriu seu compromisso, e a Justiça analisa, dá direito de ele vir aqui, para dizer se cumpriu ou não o compromisso e, em caso negativo, por que não o cumpriu.

Quanto ao Executivo, sugiro a perda do mandato de parlamentar nomeado para Ministro ou para Secretário, no caso dos Estados, e a obrigatoriedade de Governadores, Prefeitos e Presidente cumprirem o mandato até o final. O que é isso? É claro que isso é

discutível. Tudo aqui é discutível. A licença de um Governador faltando seis meses para ele ser candidato dá a ele um poder muito forte na eleição, pois ele conta com o resqúcio do seu poder. Então, se é Governador, tem de cumprir seu mandato até o final, ficando fora por quatro anos. Se candidato a Prefeito, fica fora por dois anos. Mas, nesse caso, o Governador teria de cumprir quatro anos ou oito anos de um mandato.

Também poderia ser feita a seleção do Presidente do Banco Central pelo Congresso, mas dando mandato ao Presidente. Tem de ser independente o Presidente do Banco Central. Uma reforma política tem de colocar a independência do Banco Central em relação ao Governo. Moeda é como bandeira, como hino; não pertence ao Governo.

Penso que deveria haver um limite no uso das medidas provisórias. Sei que o Presidente Sarney até já fez uma proposta nesse sentido. A minha proposta é diferente da dele, mas não estou dizendo que a dele não seja boa. Proponho que o Congresso crie uma comissão para analisar as medidas provisórias antes de elas serem emitidas. O Presidente, toda vez em que quiser emitir uma medida provisória, tem de dizer: "Está havendo uma crise, e não dá para esperar. Vou mandar esta medida provisória. O que vocês acham?". Essa comissão autorizaria o Presidente a emitir a medida provisória, como um conselho especial do Presidente, para que aquilo que chegasse como medida provisória aqui fosse, de fato, algo urgente.

Poderia ainda haver o voto de desconfiança a um Ministro. Num regime presidencialista, o nome de um Ministro é escolhido a critério do Presidente, mas, de vez em quando, um Ministro pode cometer atos – e isso vale também para Secretários nos Estados – que levem o Congresso ou a Assembleia, por maioria razoável – 50% mais um ou dois terços, se quiser –, a retirarem a confiança do Ministro.

No Judiciário – este item não cheguei a ler ontem –, a indicação dos Ministros do Supremo tem de ser diferente. O que proponho? Que as instituições do Poder Judiciário indiquem seis nomes ao Presidente, que o Presidente escolha três nomes, e que o Congresso selecione aquele que quiser. Quando aqui recebermos três nomes, aí as sabatinas vão ser para valer. A gente só recebe um nome. A sabatina que mais durou aqui foi, se não me engano, de três ou quatro horas. Nos Estados Unidos, houve uma sabatina de sete meses para escolher um Ministro do Supremo.

E quanto ao nível cultural? Aqui, apresento sugestões, mas tenho medo de que alguns considerem que haja coisas ridículas. Mas quem tem medo do ridículo não propõe nada novo. Então, vou ler, com todo o sentimento de que a gente tem de enfrentar o debate.

Não posso imaginar uma proposta de reforma política que não perceba que a educação tem de ser de qualidade neste País. Não há reforma política se não se criar uma cultura favorável a fazer política. A gente tem de colocar a disciplina de Ética e a disciplina sobre a Constituição nas escolas. Para isso, as escolas têm de funcionar em horário integral. Então, temos de colocar, sim, a ideia de que a escola tem de mudar.

O fim do analfabetismo já está na Constituição de 1988, com um prazo de dez anos. Já se passaram 23 anos! Não erradicar o analfabetismo é não fazer a reforma política completa. Por isso, a reforma política tem de trazer um recado claro para o fim do analfabetismo, como parte da reforma política. Vejam a diferença!

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Senador Cristovam, permita-me um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Rodrigo, penso que, hoje, o debate tem de ser realmente assim: quanto mais, melhor!

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Quero congratular-me com V. Ex^a e dizer que sua proposta nada tem de ridícula, absolutamente. Tenho convicção absoluta de que a grande reforma política, cultural e econômica deste País se dará com investimentos significativos em educação, em educação de base, em ciência, em tecnologia e em inovação. Para isso, é claro que o País tem de fazer um grande esforço, que passa pela educação em tempo integral. É importante ressaltar que, em todo início de Legislatura, fala-se em reforma política, em reforma eleitoral, como se ela fosse a responsável por todas as mazelas existentes na sociedade brasileira. Não o é! Isso não é verdade. Não existe sistema eleitoral perfeito em lugar nenhum do mundo, nem o nosso sistema eleitoral é tão ruim como querem apregoar alguns. Ele tem suas qualidades e tem seus defeitos, mas é claro que a grande reforma que se fará neste País, que é a reforma dos políticos, a reforma do fazer política, ocorrerá ao longo do tempo, com investimentos significativos em educação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É isso!

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Com isso, vamos construir uma geração que acompanhe as questões do País, que saiba em quem votou e por que votou, que saiba cobrar. Isso, sim, ocorrerá, com investimentos significativos em educação de qualidade para todos, com investimentos em ciência, em tecnologia e em inovação, com a incorporação de novas tecnologias, fazendo com que todos tenham acesso a elas. Assim, vamos mudar radicalmente não apenas a política, mas também a cultura e a economia do nosso País.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Fico feliz que o senhor tome essa proposta não como algo desvinculado da reforma política, como muitos vão tratar, porque não o é. Tem de haver referência à revolução educacional numa proposta séria de reforma política.

O próximo item de que vou tratar, sim, muitos vão taxar até de brincadeira, mas acredito muito na palavra. Penso que a gente tem de mudar o título de deputado para “representante do eleitor”. Uma coisa é um eleitor acordar e dizer: “Puxa, hoje, vou ter de votar nesse Deputado!”. Outra coisa é ele dizer: “Hoje, vou votar para escolher meu representante”. E não estou criando algo novo. Nos Estados Unidos, não se chama deputado. Nos Estados Unidos, chama-se representante na Casa, no Congresso. Só que, em vez de chamar de representante no Congresso, vamos chamar de representante do eleitor. O eleitor, assim, vai votar com muito mais compromisso: “Hoje, vou votar no meu representante”.

Em inglês, **deputy** quer dizer “segundo”. **Deputy secretary** é o subsecretário, não quer dizer parlamentar. Parlamentar é representante. Mas lá há o senador. Sugiro que o termo “senador” também mude. Senador é o representante do Estado. Senador significa “velho”. Não sei qual é a origem da palavra “deputado”, mas a palavra “senador” vem do termo latim que quer dizer “velho”. “Vou votar no velho hoje.” Quem é que vai querer dizer “vou votar no meu velho”? Não! “Vou votar no representante do meu Estado.”

E vereador? O que quer dizer vereador, gente? Não sei a origem da palavra “vereador”. Proponho que se chame “conselheiro municipal”. É outra coisa! Mas, para não radicalizar, a gente pode chamar deputado de “representante do eleitor”; senador, “representante do Estado”; e vereador, “representante do Município”, pelo menos até que a gente se acostume com a nova linguagem.

Isto pode ser um defeito meu: acredito muito na palavra. Penso que a Presidenta Dilma já fez uma revolução neste País, com o simples lema de que “país rico é país sem pobreza”. Se a Presidenta Dilma não fizer mais coisa alguma e colocar na cabeça dos brasileiros essa ideia e se a gente passar a tomar isso não como lema, mas como uma verdade, já será uma grande coisa!

Incomodou-me quando Lula tirou a palavra “escola” da Bolsa Escola e colocou “família”. Mudou a percepção que a pessoa tinha do dinheiro. Antes, a mãe recebia o dinheiro, dizendo: “Eu o recebo, porque meu filho estuda”. Agora, ela diz: “Eu o recebo, porque minha família é pobre”.

Essa pode ser uma influência do meu gosto pela palavra, mas creio que essa redefinição de chamar deputado de “representante do eleitor” ajudaria a incutir mais seriedade no eleitor.

É preciso que haja respeito à verdade histórica. Senador Rodrigo, pouco antes de o senhor chegar, eu e o Senador Simon tivemos aqui uma participação. Eu fiz um aparte. Não posso imaginar uma reforma política que não diga toda a verdade do que aconteceu durante os 21 anos do regime militar. Não posso imaginar isso. Tem de fazer parte da reforma política o compromisso com a verdade, mas isso tem de valer para os dois lados. Não se pode mostrar somente o que fizeram os da direita, mas é preciso mostrar também o que fizemos nós, da esquerda. Que aqueles de nós que têm sangue nas mãos em decorrência da luta pela democracia digam isso, assumam isso! Que aqueles que têm sangue nas mãos porque reprimiram, dizendo que estavam salvando o País do comunismo, digam isso! É importante que saibamos disso.

Depois, vêm – vou terminar daqui a pouco, Senador – as medidas moralizadoras. Uma medida moralizadora é a divulgação instantânea – dizem por aí que é uma informação **on line** – de todos os gastos de cada parlamentar com seu gabinete, para todo mundo saber o quanto está sendo gasto, inclusive a soma dos gastos com pessoal. Não proponho a divulgação do valor dos salários, porque essa seria uma invasão da privacidade dos funcionários.

Para quase tudo isso, há projeto de lei que apresentei.

Este aqui nunca foi nem distribuído, mas seria tão bom se todos os parlamentares, todos os governadores, todos os vereadores e todos os prefeitos tivessem sua declaração de renda passando pelo pente-fino. Isso até nos ajudaria a corrigir os erros. Em vez de deixar que descubram os erros na próxima eleição, o pente-fino já os descobre agora, e aí consertamos. Este projeto meu já tem alguns anos, e tenho mandado para a Secretaria da Receita todo ano um pedido: “Por favor, ponham minha declaração no pente-fino, que quero saber o que fiz de errado”.

Penso que deveria ser mandatório considerar falta de decoro nós, representantes eleitos, usarmos serviços privados. Somos os parlamentares, os governadores comprometidos com o zelo das coisas do público, mas nos protegemos com serviço privado de educação e de saúde – não falo em transporte, porque quase todos neste País têm acesso ao transporte privado. Isso é tão sério, que não proponho que isso entre em vigor imediatamente, mas que se dê um prazo. Isso é o que está no meu projeto de lei que nos obriga a colocar

nossos filhos na escola pública somente depois de um prazo de sete anos, para que nos ajustemos.

Devemos impor também o fim dos salários adicionais. Ontem, a propósito, prestei aqui uma homenagem à Senadora Gleisi, que deu entrada nesse projeto de lei. Pensei nisso muitas vezes, Senador Simon, mas nunca tive coragem de fazer isso, porque eu achava que isso criaria uma indisposição muito grande aqui dentro, que isso iria atrapalhar meu serviço de parlamentar, já que não há um bom serviço parlamentar sem uma boa relação com os parlamentares. Com um ou com outro, não queremos relação, mas, no conjunto, temos de ter boas relações. A Senadora Gleisi apresentou o projeto.

Deve haver o fim da verba indenizatória. Precisamos gastar dinheiro com publicação. Que o Senado pague isso, mas não nos dando dinheiro!

É preciso ainda que haja a eliminação do foro especial. Tem de acabar o foro especial. Há pouco tempo, o Presidente Clinton foi acusado por uma jovem de ter feito sexo na Casa Branca e não teve foro especial para se defender daquilo e da acusação de que ele teria mentido. Ele teve de se defender em fóruns normais.

A última proposta está fora, mas é polêmica. Eu mesmo tenho dúvidas, mas creio que deveríamos declarar uma moratória partidária e, durante um período, reorganizar-nos partidariamente. Os partidos que estão aí não estão representando perfeitamente as pessoas. As posições são diversas demais! É preciso juntar ideológica e politicamente as pessoas. Como defendo a fidelidade partidária, para reorganizar tudo, haveria uma moratória. Depois dessa moratória, a fidelidade seria para valer. É uma maneira até de evitar a infidelidade justificada que muitos aqui cometem: o partido se recusa a seguir aquilo que defendia quando o sujeito se filiou, e ele se sente obrigado a sair do partido. Vamos dar um tempo, mas vamos tomar um cuidado: não podemos permitir que os que mudarem de partido sejam candidatos por um novo partido em menos de três anos, para evitar que, por exemplo, agora, as pessoas mudem de partido para serem candidatas à Prefeitura. Determinaríamos um tempo, menos de três anos, e faríamos essa moratória.

Essas são minhas propostas, Senador Pedro Simon e Senador Rodrigo Rollemberg. Eu mesmo não sei se fico até o fim com tudo isso ou se reestudo essas propostas. Considero que algumas propostas são viáveis e boas e que outras não são boas. Por isso, eu as coloquei nos meios de comunicação, no meu *site* e no meu *twitter*, e estou recebendo as opiniões da população, dizendo o que é ridículo, o que não faz

sentido e, sobretudo, o que está faltando aqui, porque deve estar faltando muita coisa.

Antes de concluir, passo a palavra ao Senador Pedro Simon, mais uma vez.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – V. Ex^a tocou num assunto da vida política brasileira que, talvez, seja o mais triste e o mais deprimente: o Brasil não tem história de partido político. O Brasil tem mil histórias, tem mil organizações, mas, no que tange aos partidos políticos, desde a sua criação, foi um fiasco. E o impressionante é que, no Uruguai, não é assim: é lindo, são partidos que vêm de séculos. Na Argentina e no Chile, há tradição de partido político.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – No Peru também.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – No Paraguai, a ditadura veio, ficou ali por quarenta anos, foi embora, e os partidos continuaram. Ali há o mesmo partido Colorado, a mesma coisa. No Brasil, nunca houve isso; aqui, nunca houve partido político sério. Aliás, houve um momento em que isso aconteceu: na Constituinte. Na Constituinte, criaram o PTB, o PSD, a UDN, criaram os partidos políticos. O erro dramático foi que os partidos se formaram em torno da figura de Getúlio Vargas. Não havia conteúdo ideológico, conteúdo social, conteúdo de coisa alguma, havia aqueles que eram contra e aqueles que eram a favor de Getúlio. Os grandes interventores foram todos para o PSD, e, aí, se criou um movimento de massa, que era o PTB. Quem era contra o Getúlio ia para a UDN. Então, o que se via? Grandes nomes na UDN. Eram contra Getúlio, mas eram grandes nomes, como Aliomar Baleeiro e Bilac Pinto, nomes extraordinários que estavam na UDN porque eram contra Getúlio, mas esses eram progressistas, tinham linha. A emenda que criou o monopólio da Petrobras foi de um ilustre deputado federal da UDN da Bahia. Lutei contra esse estado de coisas, e essa foi minha briga com Brizola. Quando da criação da Constituinte, minha luta fanática era no sentido de se deixar de lado MDB e Arena, de se fazer eleição, mas eleição aberta, inclusive permitindo-se candidaturas avulsas. Instalada a convenção, seriam extintos os partidos políticos. Na convenção, os grupos que quisessem se organizar poderiam fazê-lo à vontade. Assim como, lá atrás, o PTB era de Getúlio, o PSD era de Getúlio, a UDN era contra Getúlio, depois, a Arena era a favor da revolução, e o MDB era contra a revolução. Havia muita gente malandra no MDB, muita gente séria estava na Arena, e a recíproca era verdadeira. A divisão era a revolução, não era conteúdo nenhum. Então, eu dizia que o normal seria fazer a Constituinte, extinguir os partidos políticos, permitir a organização em blocos parlamentares, publicar a Constituição, e,

depois de um prazo de, digamos, dois anos, o cidadão escolheria e organizaria as formas do partido político. Então, não seria a favor da revolução, nem contra a revolução, tudo aquilo tinha morrido. Não seria a favor de Getúlio, nada disso. Tudo tinha morrido, tratava-se de fazer partido em torno de ideias, o que, até hoje, não existe. Não conseguimos formar partido em torno de ideias. Então, há esse escândalo aí! O máximo veio agora: um novo PSD, que não é de direita, não é de esquerda, não é de centro. Esse é um assunto doloroso. Agora, por exemplo, vejo gente importante até do meu Partido sugerir, na hora em que se propõe uma reforma para valer, a criação de uma janela: véspera de eleição, seis meses antes, abre-se um prazo para o cara mudar de partido. Então, isso vai ocorrer a vida inteira. Quer dizer, em cada eleição, antes da eleição, pulam para o partido que bem entenderem! Isso não é possível! V. Ex^a está tocando num ponto sério, profundamente sério, que, talvez, seja a chaga mais triste e mais dolorosa da história brasileira. Se vai à Argentina, você pode ouvir: “Sou radical! Sou justicialista!”. Se vai ao Uruguai, você pode ouvir: “Sou branco, sou colorado”. Se vai ao Paraguai, com toda a ditadura, você ouve: “Sou Colorado!” E, no Brasil, há essa anarquia toda! Isso começou no Império, que era de mentirinha. Quando fizeram a República, esta era de mentirinha. Na Velha República, havia liberais e conservadores, não havia um igual ao outro, e não significavam coisa alguma! E estamos, até hoje, nessa situação dolorosa. Então, acontece isso. Cá entre nós dois: nada mais igual aos oito anos de Fernando Henrique, do PSDB, na Presidência da República do que os oito anos de Lula, do PT, na Presidência da República. É como se diz no Rio Grande do Sul: nada há mais igual a um chimango do que um maragato no poder. Se está no poder, muda tudo!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador Pedro Simon. Veja que uma proposta que trago, e ainda assim achando que é uma proposta não tão substanciada, o senhor já a propôs há trinta anos. De certa maneira, é mais ou menos o mesmo o nosso objetivo: uma moratória, para reorganizar os partidos. E, a partir daí, haverá, de fato, fidelidade, sobretudo se os partidos forem organizados com princípios e se soubermos que cada candidato tem compromisso assumido e que pode ser cassado se não cumpri-lo.

Concluo, dizendo que ouvi uma frase do Deputado Reguffe, de Brasília, que, para mim, resume o que a gente quer com a reforma política. O Deputado Reguffe disse que o papel da reforma política é aproximar o eleito do eleitor. Creio que ele foi muito feliz, Senador Rodrigo Rollemberg. O Deputado Reguffe foi

muito feliz quando, numa reunião em que eu estava, disse: “O papel da reforma política é aproximar eleitor e eleito, eleitor e candidato”. Esse é o papel.

É com esse espírito que estou lançando essas ideias, fazendo um apelo à Comissão do Senado: não fiquem somente na reforma eleitoral, porque será uma frustração muito grande para a opinião pública!

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Desculpe-me!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Pois não, Senador.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – É que tenho colegas e companheiros que me escrevem, dizendo o seguinte: “Aquele seu amigo, o Senador Cristovam, é um sonhador, mas como ele sonha bonito! Ele diz as coisas, e é uma maravilha! Penso igual a ele”. É aquela história: se todo mundo sonhar, o sonho se transformará em realidade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado.

Quando me dizem que sonho, não penso, de jeito nenhum, que essa é uma ofensa. Apenas lembro que fui Governador e Reitor e fiz muitas coisas. Deixei coisas bem concretas, e algumas continuam por aí, tais como escolas, faixas de pedestre, construção de duas salas de aula por dia. Mas é a partir dos sonhos que a gente constrói uma nova realidade. Não surge uma nova realidade fora de um sonho. E o sonho é o de aproximar eleitor e candidato. Para isso, a gente tem de fazer tudo o que for preciso.

Reafirmo meu apelo à Comissão: não façam um documento que frustre a opinião pública, porque a opinião pública vem sofrendo muitas frustrações, e mais uma agora vai ser muito duro para nós! Então, radicalizemos! Radicalizemos na amplitude da reforma, que não seja só eleitoral, mas seja também política! Radicalizemos, na linha do que falou o Senador Rodrigo Rollemberg, ouvindo o povo, para saber se a reforma que a gente vai propor é a que o povo quer ou não!

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Cristovam Buarque, pelo seu pronunciamento, com muita ousadia. Eu concordo com a maioria, mas estou aqui na Presidência e não vou dialogar daqui. Só quero dizer que tenho simpatia pelo voto facultativo, só permita que eu diga isso. Eu tenho uma simpatia enorme pelo voto facultativo. Mas, como V. Ex^a disse, tudo está no debate, e V. Ex^a foi corajoso, apresentou uma série de inovações. Meus cumprimentos.

Passo a palavra, de imediato, ao Senador Rodrigo Rollemberg, PSB do DF, para que faça o seu

pronunciamento. Daremos a V. Ex^a o mesmo tempo e a tolerância dada aos outros Senadores.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado Senador Paulo Paim, que preside esta sessão; prezado amigo, Senador Cristovam Buarque, é uma honra sucedê-lo aqui nesta tribuna; prezado Senador Pedro Simon, que é uma referência para todos nós, eu assumo a tribuna no final desta manhã de hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para fazer algumas reflexões, fazer um diálogo com a população brasileira, com meus nobres colegas Senadores, a respeito desse debate da reforma do sistema eleitoral. E falo do sistema eleitoral, para começar, porque até agora tudo o que se levantou neste debate, tanto na Comissão criada pelo Presidente Sarney como na Comissão criada pelo Presidente Marco Maia, na Câmara, são temas referentes ao sistema eleitoral. Não se tratou ainda de uma reforma propriamente política.

Quero registrar que não considero que o sistema eleitoral brasileiro seja a razão de ser de todas as mazelas que acontecem na nossa política. Todos os sistemas eleitorais existentes no mundo têm suas qualidades, têm os seus defeitos; muitas vezes, um sistema que funciona bem num país não funciona bem no outro, em função de diferenças culturais normais existentes entre os países.

A minha pretensão hoje aqui, Sr. Presidente, é trazer um pouco o debate do ponto de vista pedagógico, porque muitas vezes um eleitor que tem interesse em participar, mas não conhece profundamente a definição dos conceitos, passa à margem desse debate. É por isso que eu considero, entre as coisas mais importantes desse debate, fazer com que efetivamente haja uma participação popular. Por isso que, logo no início desta Legislatura, procurei a Deputada Luiza Erundina, que coordenou a Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular na Câmara dos Deputados, para manifestar o interesse de que essa Frente fosse mista; eu, pessoalmente, tenho interesse em participar, em debater com as entidades representativas da população, entidades que tiveram um papel importante na elaboração e na coleta de assinaturas para apresentar o projeto de lei que se transformou na lei da Ficha Limpa.

É importante ressaltar que há três tipos de sistema eleitoral: o sistema proporcional, o sistema majoritário e o sistema misto. O Brasil adota, há alguns anos, o sistema proporcional.

O primeiro registro que quero fazer aqui é de que eu sou francamente favorável ao sistema proporcional. E sou porque é um sistema difusor de poder, enquanto

todos os sistemas majoritários ou até o sistema misto são concentradores de poder.

No Sistema Eleitoral Brasileiro, o eleitor tem muito poder, e é importante ressaltar que o sistema proporcional garante a representação do conjunto da população brasileira, de toda a diversidade da população brasileira, inclusive das minorias. E esse é um aspecto fundamental da defesa do sistema proporcional.

Se não tivéssemos o sistema proporcional no Brasil, dificilmente, Senador Pedro Simon, iríamos fazer com que, por exemplo, as bandeiras verdes, as bandeiras ambientalistas tivessem ganhado força no nosso País, porque os movimentos começam pequenos e tendem a crescer a partir do momento que ganham o apoio da população.

Por outro lado, os sistemas majoritários são extremamente conservadores. E eu quero aqui fazer comentários a respeito das propostas do distritão e do voto distrital.

O distritão, no meu entendimento, seria um desastre para o País. Se nós entendermos que, para fortalecer a democracia, precisamos fortalecer os partidos políticos, o distritão acaba com os partidos políticos. O distritão transformaria as eleições no Brasil em disputa entre pessoas e faria com que as eleições fossem muito caras, beneficiando aquelas pessoas de maior poder econômico.

Por outro lado, o voto distrital certamente provocaria distorções na representação do Congresso brasileiro. Para tentar ser pedagógico, vou dar um exemplo simplificando demasiadamente a questão.

Suponhamos que nós tenhamos o Brasil dividido em 513 distritos e que, cada distrito, fosse eleger um deputado federal. Se tivéssemos um partido majoritário que tivesse 40% dos votos em cada distrito, outro partido tivesse 30% e o outro tivesse 20% dos votos, nós teríamos, numa representação total – e estou simplificando em demasia para o eleitor entender –, apenas a representação desses 40% da população. O restante da população brasileira estaria alijada de representação no Congresso Nacional. O sistema proporcional é completamente diferente. Toda a diversidade brasileira, goste ou não, concorde ou não, estará representada no Parlamento.

A questão que se coloca em relação à eleição proporcional – e eu quero aqui manifestar e compartilhar a minha dúvida com o eleitor brasileiro, porque as duas têm aspectos positivos ou negativos – é se devemos adotar a lista pré-ordenada ou a lista fechada, pois a ordem na lista é definida pelo partido, ou se adotaremos a lista aberta, como é hoje, em que o eleitor, entre os inúmeros nomes apresentados pelo

partido, escolhe aquele que quer que o represente na Câmara dos Deputados.

E por que a dúvida? Porque se, de um lado, a lista fechada fortalece os partidos, facilita o controle dos gastos, especialmente no financiamento público de campanhas, por outro lado, ela reduz o poder do eleitor. E, além de reduzir o poder do eleitor, pode contribuir para uma distorção grave, porque se nós adotarmos hoje as listas pré-ordenadas ou listas fechadas no sistema partidário, em que não temos partidos consolidados, partidos fortes, nós poderemos fazer com que os dirigentes partidários, a burocracia partidária comande e que a vaga de primeiro lugar, Senador Cristovam, num determinado partido, possa custar dinheiro, que o candidato mais endinheirado possa comprar o seu lugar na lista. É claro que essa distorção, ao longo do tempo, tenderia a ser corrigida, através da vontade do eleitor, mas ela acontecerá certamente no primeiro momento.

Por outro lado, a lista aberta amplia o poder do eleitor, o que para mim é muito simpático, ou seja, o eleitor é que define quem deve ser ou não deve ser o seu representante. Nós temos que admitir que a lista aberta produz uma concorrência interna entre os diversos candidatos do mesmo partido.

Alguns defensores do financiamento público entendem, o que eu discordo e quero também falar sobre isso, que o financiamento público das campanhas eleitorais só seria possível com a lista fechada. Mas é claro que temos que admitir que, se tivermos financiamento público com lista aberta, a fiscalização da Justiça Eleitoral será dificultada. Mas, repito, a lista aberta aumenta o poder do eleitor.

E aí eu entro, Senador Pedro Simon, na discussão do financiamento público de campanha. E é importante esclarecer ao telespectador que nos assiste pela TV Senado que o financiamento público já existe no Brasil. Hoje o nosso sistema eleitoral adota o financiamento misto. Nós temos o financiamento público através dos recursos do Fundo Partidário. Salvo engano, para este ano, estão previstos R\$300 milhões para serem distribuídos entre os diversos partidos brasileiros, com critérios definidos por lei de distribuição em função do tamanho das bancadas parlamentares.

Mas nós temos o financiamento público através dos recursos do Fundo Partidário e através dos horários reservados aos partidos políticos para a propaganda eleitoral partidária, no rádio e na televisão, ao longo dos anos e durante a campanha eleitoral. Porque esse tempo, ao contrário do que se pensa, não é gratuito. O Estado paga, o contribuinte paga esse tempo utilizado pelos partidos para as emissoras de TV, através da redução de impostos.

Acontece que o sistema brasileiro, além de permitir o financiamento público através do Fundo Partidário e tempo de rádio e televisão, admite o financiamento privado de pessoas físicas e de pessoas jurídicas.

E no financiamento privado de pessoas físicas e de pessoas jurídicas existe um problema: há uma limitação para quem doa, tanto pessoa física, quanto pessoa jurídica, mas não há limite para quem recebe a doação, o candidato. E isso precisa ser explicitado, isso precisa ser regulamentado, porque, seja o financiamento público ou seja o financiamento privado, no meu entendimento, o que contribuiria mais para democratizar o sistema eleitoral brasileiro seria a redução drástica do custo das campanhas eleitorais.

Em relação ao financiamento público, eu entendo que traria o benefício de ampliar as possibilidades, as oportunidades para aqueles candidatos que não têm vínculo com o poder econômico ou que não têm vínculo com corporações, aqueles candidatos que representam os interesses difusos da sociedade. E, é claro, ao ter acesso a menos recursos privados e ter maior dificuldade de acesso a recursos públicos, a possibilidade de conquistar uma representação é muito maior.

E é importante ressaltar isso para que a população compreenda isso de forma pedagógica, porque muitas vezes a tendência da população é ficar contra o financiamento público de campanha: mas vai colocar recurso público em campanha eleitoral? Mais recursos para os partidos?

Mas, muitas vezes, a ampliação do financiamento público poderá garantir a melhoria, a democratização do acesso ao Congresso Nacional por representantes da população.

Em relação à fidelidade partidária, quero registrar que concordo em gênero, número e grau com a interpretação dada pelo Tribunal Superior Eleitoral de que os mandatos são dos partidos. E digo isso por que qualquer deputado ou a grande maioria dos deputados que chegam às Assembleias Legislativas ou chegam à Câmara dos Deputados não se elegeram com seu esforço próprio ou por mérito próprio.

Eles utilizaram, em grande parte das vezes, os votos do restante da chapa. Poucos são os candidatos que conquistaram o quociente eleitoral sozinhos. Muitos deles se beneficiaram dos votos dados ao conjunto da chapa para serem eleitos e muitos deles utilizaram os instrumentos do partido, ou seja, recursos do fundo partidário e tempo de televisão para conquistar o mandato. Portanto, é absolutamente legítimo que o mandato seja considerado do partido. Além do que essa medida moraliza a atividade política, evitando a troca de partidos por mera conveniência eleitoral.

Em relação às coligações, Senador Cristovam, quero dizer que, embora reconhecendo que muitos partidos políticos – inclusive o meu, o PSB – utilizaram-se do instrumento da coligação para crescer ao longo dos anos, muitas vezes a coligação produz distorções, quando há coligação entre partidos de pensamentos diferentes, muitas vezes divergentes, que se unem em torno de objetivos meramente eleitorais, provocando distorções na eleição e na representação popular.

Por outro lado, quero dizer que sou um defensor ardoroso da livre organização partidária. Entendo que não é o número de partidos políticos no Brasil que compromete o sistema eleitoral brasileiro. Absolutamente. E defendo a regra constitucional de que é livre a organização partidária. O número de partidos no Brasil deve ser definido pelo eleitor. É o eleitor que tem que definir, através do voto, se quer ter um sistema bipartidário, tripartidário ou se quer ter um sistema amplo, como temos no Brasil.

Entendo que a forma mais inteligente, mais correta de se resolver o problema das coligações é proibindo a coligação – o que já, por si só, garantiria melhoria na coerência da representação política –, mas modificando o critério de repartição das sobras, fazendo com que, na divisão das sobras, aqueles partidos que não atingissem o quociente eleitoral pudessem também participar do rateio, se, na contagem das sobras, ele tivesse, para fazer seu primeiro deputado, mais do que um partido para fazer o segundo ou para fazer o terceiro deputado.

Penso que isso resolveria o problema, dando coerência ao sistema político brasileiro. Seria fácil de fazer. Bastaria modificar a regra de distribuição das sobras eleitorais, e isso faria com que houvesse muito mais coerência no sistema eleitoral brasileiro.

Cláusula de barreira. Também concordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal de que não deve haver cláusula de barreira, até porque a Constituição diz que é livre a organização partidária em nosso País. E entendo que, ao se acabar com as coligações, adotando-se a nova regra de distribuição das sobras, resolveríamos esse problema.

Agora, quero ressaltar, Senador Paulo Paim, Senador Cristovam, que entendo que o que é fundamental numa reforma eleitoral ou numa reforma política, neste momento, é ampliar os instrumentos de participação popular. E, aí, quero lembrar que o Congresso Nacional, nos últimos anos, depois do advento da Constituição de 1988, aprovou dois projetos de iniciativa popular, que se transformaram em lei, da maior importância. O primeiro define como crime a captação ilícita de sufrágio, ou seja, a compra de votos, o que fez com que muitos governadores, senadores, políticos perdessem

o mandato, porque houve entendimento de que houve compra de votos no processo eleitoral. E, o segundo, a Lei da Ficha Limpa, que, embora o Supremo Tribunal Federal tenha decidido que, em função do art. 16 da Constituição, ela só deverá valer, produzir seus efeitos a partir de 2012, a lei já produziu efeitos políticos durante a campanha eleitoral. Muitos políticos, em função desse debate, ou foram barrados, ainda que temporariamente, nos tribunais eleitorais, ou tiveram amplo julgamento da população, que decidiu que alguns deles, já ainda no processo eleitoral, deveriam ser eliminados da disputa. Mas entendo que, ainda assim, essa lei produziu e produzirá cada vez mais efeitos, em função da iniciativa da população.

Temos que transformar o debate da reforma política num debate popular. Não podemos entender que o debate da reforma política está apenas afeto a deputados e senadores, porque, em última instância, o maior beneficiado de uma reforma política, de uma reforma eleitoral profunda, é a própria população.

E, aí, Senador Cristovam, Senador Paim, quero, aqui, registrar um projeto que apresentei, uma proposta de emenda à Constituição que apresentei nesta Casa – foi minha primeira proposição nesta Casa –, que modifica o instrumento do projeto de iniciativa popular na Constituição Federal.

Para que V. Ex^{as} tenham uma ideia da contradição de como isso é tratado hoje, no sistema eleitoral brasileiro, para se criar um partido político no Brasil, precisamos de ter meio por cento dos votos, tendo como referência a última eleição para deputado federal, distribuídos... Meio por cento de assinaturas, relativamente ao número de votos dados para deputado federal, na última eleição, distribuídos em, pelo menos, nove Estados; cada Estado tendo que ter um mínimo de 0,1%. Isso, na prática, Senador Cristovam, dá em torno de 490 mil assinaturas. Para um projeto de iniciativa popular, a lei exige 1% de assinaturas do total de número de eleitores, o que, hoje, daria em torno de 1,350 milhão assinaturas.

Vejam a contradição: é muito mais fácil criar um partido político no Brasil – precisamos de pouco mais de 40% de assinaturas para criar um partido político no Brasil – do que apresentar um projeto de iniciativa popular.

Então, minha proposição é adotar os critérios de criação de um partido político para os projetos de iniciativa popular com duas outras alterações. Hoje, a proposição só pode ser projeto de lei de iniciativa popular. Estou propondo que, além de projeto de lei, possa ser também proposta de emenda à Constituição. A população pode apresentar proposta de emenda à Constituição, que será apreciada pela Câmara e pelo Senado,

o que exigirá o mesmo quórum para sua aprovação, em vez de uma proposta de emenda à Constituição de iniciativa de um deputado ou de um senador.

A outra inovação que estou propondo é que o projeto de iniciativa popular ou a proposta de emenda à Constituição de iniciativa popular passe a tramitar em regime de urgência; tenha prioridade em relação às demais proposições, a menos que o Plenário decida diferentemente. Ele pode entender que aquilo não é urgência e que a matéria tenha que tramitar de forma ordinária. Nesse caso, o Plenário decide diferentemente. Então, apresentei a sugestão com o objetivo de ampliar os instrumentos de participação popular no processo político em nosso País.

E, por fim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, meu Partido, o PSB, defende – expressamos isto publicamente, no lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Política com Participação Popular – que, qualquer reforma eleitoral ou reforma política, aprovada pelo Congresso Nacional, seja referendada pela população, seja objeto de um referendo, para que a população diga se quer ou não quer essa reforma eleitoral ou essa reforma política.

Eu quero dizer que fico muito honrado de poder ocupar esta tribuna para tratar de um tema que é da maior importância para a população brasileira. E entendo que a população brasileira deve se interessar por esse tema. O Congresso Nacional, por meio de seus instrumentos – especialmente a TV Senado, que completa 15 anos com muita competência, cumprindo um papel extraordinário para a população brasileira, tal qual a TV Câmara –, faz com que esse debate possa ser realizado também de forma pedagógica; faz com que esses conceitos sejam explicitados para a população e que sejam apresentadas as consequências positivas e negativas de cada um. E todos eles têm consequências positivas e negativas.

Qualquer projeto de reforma eleitoral que esta Casa aprovar não será perfeito, porque não existe nenhum sistema eleitoral ou nenhum sistema de financiamento de campanhas eleitorais perfeito em nenhum lugar do mundo. Em todos os países, isso é tema de debate e divergências entre partidos, entre políticos. Mas é importante que a população tome ciência, tome consciência, tenha intimidade com esses conceitos para que ela também possa formular sua opção e contribuir para que o Congresso Nacional brasileiro aprove um novo sistema eleitoral, um novo sistema político mais próximo possível dos anseios e da vontade da população brasileira.

Ouçó, com muita alegria, o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Rodrigo Rollemberg, fico satisfeito de ver tanta sintonia entre as nossas propostas, mas eu fico mais satisfeito ainda de ouvir novidades que eu não havia pensado e que vou tentar acrescentar às minhas, obviamente citando a origem, especialmente essas da participação popular. Mas eu quero dizer que, no que se refere à lista fechada, de que V. Ex^a falou que ainda tem dúvidas, eu creio que não dá para deixar a lista ser fechada dentro do partido, porque, se a lista aberta provoca uma briga entre os eleitores e entre os candidatos, na relação com o eleitor a lista fechada vai provocar uma briga de foice dentro do partido. A primeira briga pelo menos é pública. A outra vai ser escondida, clandestina, a não ser que a gente definisse muito o critério de que haveria eleição entre os militantes. Mas, mesmo assim, seria uma luta fratricida e tiraria o direito do eleitor de escolher o seu nome. Isso é uma tradição brasileira. Eu fico satisfeito de ver a sua ênfase na redução dos custos. A gente fala muito em quem financia e pouco em quanto custa. A sua lembrança é de que, no Brasil, o financiamento, em grande parte, já é público. A gente esquece que a Justiça Eleitoral faz parte do processo eleitoral e é financiada pelo Poder Público. O custo da Justiça Eleitoral é alto. Ninguém vai pensar em ter uma Justiça Eleitoral financiada pelo setor privado. Se a Justiça Eleitoral não é financiada pelo setor privado, como é que a gente deixa que a eleição em si seja financiada pelo setor privado? Acrescento, em defesa à sua proposta, que o eleitor pensa que esse dinheiro sai do bolso dele – e não está errado –, mas esquece que cada vez que uma empreiteira financia um candidato é capaz de, lá na frente, sair dinheiro do bolso do eleitor para pagar a eleição de quem já foi eleito. Grande parte dos sistemas de propinas que estão aí é nada mais que pagamento **a posteriori** de um financiamento de campanha recebido antes. Então, vamos fazer primeiro a redução e depois a transferência pública. Quanto à fidelidade, todos nós defendemos a fidelidade partidária, mas temos que exigir a fidelidade do partido aos seus princípios. Imagine o candidato que, durante a campanha, bate num candidato à Presidência porque o partido dele é contra e, depois da eleição, o partido se junta. Isso desmoraliza o parlamentar que antes era contra aquele que foi eleito e agora tem que ser a favor, porque o partido dele mudou de lado. Por isso, a minha proposta é permitir não a mudança de partido, mas a saída do partido. Só que o que sai do partido fica sem partido. Só sai, portanto, se tiver uma razão muito forte. Suponha um candidato que, durante a campanha, diga que é contra o aborto e, depois, o seu partido o obrigue a votar pelo aborto. Acho que a gente tem que dar o direito a ele de sair

do partido, mas não de entrar em outro. Finalmente, a liberdade. Eu estou totalmente de acordo com a não adoção da cláusula de barreira. Um país com o caos partidário brasileiro querer impor cláusula de barreira é um equívoco. Não dá para impor isso. Daí, eu radicalizo permitindo o candidato avulso, desde que ele tenha a apoio substancial de eleitores. Com isso, na hora de haver o horário eleitoral, não é qualquer um que vai conseguir esse espaço. Só consegue esse espaço quem, de fato, tem uma base na sociedade. E eu aproveito para dizer que me esqueci de três coisas da minha proposta, que são importantes. Uma é a eliminação do sigilo fiscal e bancário para todo mundo que tiver cargo público, tanto os eleitos quanto os nomeados. Funcionário público que não é nomeado, que é de carreira, esse não. Esse tem todo o direito ao seu sigilo fiscal e bancário. Mas quem escolhe a vida pública, ocupando cargo para o qual foi nomeado, como o de Ministro, ou um cargo eletivo, tem que se abrir. A vida é pública, tem que ser pública. Outra é a limitação dos reajustes dos salários dos Parlamentares. A gente não pode deixar que aconteça outra vez o que aconteceu há pouco, quando demos um salto que a população não entendeu. Eu vejo duas maneiras: uma é dizer que jamais se pode reajustar além da inflação; outra é que jamais se pode aumentar mais do que a metade do salário mínimo no mesmo período. E, finalmente, outra de que não falei e que acho importante é que os Conselheiros e os Ministros dos Tribunais de Contas sejam escolhidos por concurso e não por indicação, seja da Câmara, seja do Senado, seja do Executivo, porque o Tribunal de Contas é para fiscalizar a gente. Como é que a gente fica lá devendo o nosso voto, devendo a nossa indicação? Creio que não no Supremo, não na Justiça. Supremo Tribunal, não. Aí eu acho que tem que haver um casamento, como eu disse, entre os Três Poderes. O Judiciário indica; o Tribunal Superior e a OAB indicam; o Presidente seleciona um certo número e manda para cá; e a gente escolhe um. Mas, no caso do Tribunal de Contas, eu creio que a gente deveria escolher por concurso, tanto para o TCU como para os Tribunais Estaduais. Agora, depois de ter ouvido a sua fala, acho que a gente precisa se encontrar mais, os Parlamentares deste Plenário. Não podemos deixar só para essa Comissão que está nomeada. Temos que respeitá-la, esperar seu trabalho, mas não podemos deixar só para ela, senão vai acontecer o seguinte: qualquer dia, chegará aqui um pacote de mudanças. E vão dizer: "Quem estiver de acordo fique como está. Está aprovada a reforma política no Brasil". Isso será uma grande frustração. Eu creio que está na hora de a gente se encontrar, diversos Parlamentares, e preparar uma proposta al-

ternativa. Vamos criar uma comissão ou mais de uma comissão até – diversas –, para que não seja cada uma isoladamente. E vou retomar essa conversa com o senhor para ver se a gente chega a algumas ideias em comum, procurando outros Parlamentares, outros Senadores, para elaborarmos uma proposta não que se contraponha, mas que tente construir com a Comissão oficial uma alternativa mais ampla, porque, pelo que eu leio no jornal, a Comissão oficial está muito presa aos aspectos puramente eleitorais.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cristovam. É uma honra, repito, ser apartado por V. Ex^a. Concordo com várias das proposições que V. Ex^a coloca e coloco-me inteiramente à disposição para buscar a construção de entendimento.

Penso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, já concluindo meu pronunciamento, que a Comissão Especial criada pelo Presidente José Sarney está fazendo um debate importante sobre sistema eleitoral, aprovou recentemente o sistema proporcional com lista fechada e deve debater a questão do financiamento público na semana que vem. Mas é claro que o debate não se esgotará na Comissão Especial. Eu defendo que o debate terá que incorporar não apenas o Plenário do Senado e o Plenário da Câmara dos Deputados, pois lá há uma Comissão que, até em função da própria composição da Câmara dos Deputados, já tem uma previsão de funcionamento que deve demorar muito mais, enfim, esse debate precisa incorporar as entidades representativas da população. Foi isso que nos motivou a criar a Frente Parlamentar pela Reforma Política, com participação popular. É claro que vamos fazer uma série de debates e de audiências públicas para aprofundar o assunto.

Eu entendo que o tema é tão importante e tão estratégico para o aperfeiçoamento das instituições brasileiras, para o aprofundamento da democracia do nosso País, que não podemos ter pressa. A questão é que não podemos fazer com que a pressa comprometa a qualidade de uma reforma eleitoral ou de uma reforma política. Entendo que ela é prioridade sim. O Congresso deve se debruçar sim sobre o tema, mas deve, antes de votá-lo e de aprová-lo, esgotá-lo, deve debater ao máximo, ouvindo todos os atores e ouvindo a ator principal, que é a população brasileira, que, em última análise, será a grande beneficiada ou a grande prejudicada por uma reforma eleitoral e uma reforma política, se for boa ou se for ruim.

Muito obrigado. Agradeço muito a atenção das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Rollemberg, meus cumprimentos.

Confesso a ambos que estou aqui desde as 9 horas e fui cedendo meu lugar para todos. Procurei dar um tempo para que todos pudessem fazer seus pronunciamentos dentro do tempo que entendessem necessário. Vou usar a tribuna, mas reconheço também que os senhores podem ter algum tipo de compromisso. Se for assim, farei daqui meu pronunciamento; senão, irei para a tribuna, se os senhores puderem...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. *Fora do microfone.*) – Eu não vou sair.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, se o senhor puder assumir a Presidência, eu gostaria muito. Eu só faria daqui se fosse uma emergência.

Antes que V. Ex^a assuma, quero deixar registrada uma moção de homenagem ao ex-Vice-Presidente José Alencar, que aprovamos por unanimidade ontem, na Comissão de Direitos Humanos, em que dizemos que ele deveria, com certeza absoluta, ser considerada um herói da pátria, para registro.

Também agradeço ao Sr. Rubem Fonseca Filho, Diretor-Presidente da Companhia Energética de Brasília, por ter assegurado, mediante ofício encaminhado pelo Presidente José Sarney – o meu estava anexado também –, que o Congresso esteja iluminado de azul amanhã, o Palácio do Congresso Nacional. Agradeço, na mesma linha, ao Sr. Alfredo Gastal, Superintendente do Iphan do DF.

Com esses registros, vou fazer meu pronunciamento, passando a Presidência ao Senador Cristovam. (*Pausa.*)

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É com prazer que passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Cristovam Buarque, neste mês de março, nós todos celebramos os vinte anos do Mercosul. Confesso, Senador Cristovam, que eu não fazia parte da Comissão Parlamentar que tratou do Mercosul nesse período. E, por indicação partidária, farei parte, a partir do momento em que a Casa deliberar, da Comissão que vai tratar do Mercosul. Por isso, festejando e lembrando os vinte anos do Mercosul, é que quero fazer um pronunciamento.

Sr. Presidente, o assunto, enfim, como eu disse, que me traz à tribuna é falar um pouco sobre os vinte anos do Mercosul. Já falei em outro momento, mas falei de uma questão específica. Hoje, quero falar de

forma mais ampla. Portanto, Sr. Presidente, entendo que temos que aprofundar o debate, fazendo nossas considerações e ponderações sobre a importância do Mercado Comum do Cone Sul, tendo como foco os direitos, não só econômicos, mas também de cidadania, vislumbrando o indivíduo, o habitante, o **terruño** tão falado na nossa língua lá da fronteira, falando do argentino, do uruguaio, do paraguaio, do nosso brasileiro, enfim, do homem chamado mercossulino.

Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, peço licença a todos para, a partir deste momento, chamar a todos os colegas Senadores e Senadoras neste pronunciamento, bem como aqueles que assistem à TV Senado e ouvem a Rádio Senado, de uma forma carinhosa e respeitosa, usando uma expressão que é muito forte na fronteira, na fronteira pampiana do meu Estado, o termo “meus patrícios”.

Há vinte anos, era firmado o Tratado de Assunção, ponto de partida do Mercosul, um fato que, por si só, reavivou o sonho do grande Simon Bolívar: uma América Latina sem aramados, sem cancelas, sem porteiros, enfim, sem arames, sem fronteiras. Creio, então, meus patrícios, que toda integração econômica deve trazer, como consequência, o desenvolvimento da justiça social. E é isso que buscamos, é isso que queremos. Esse deve ser o nosso horizonte. Não é possível pensar um sem o outro. Isso é próprio do processo econômico, à medida que surgem novas oportunidades de crescimento, geração e distribuição de riqueza.

O grande desafio é fazer com que tal acumulação de renda não permaneça nas mãos de uns poucos, mas seja efetivamente distribuída de forma igualitária para toda a população.

Sobre isso eu me socorro, Senador Cristovam, das palavras do grande cantor, poeta, compositor – ele gostava de dizer que, para ele, principalmente a América Latina não tem fronteiras – Dante Ramon Ledesma. E a ele já digo obrigado, pois ele fez, gratuitamente, Senador Cristovam, campanha lá em nosso Estado para a nossa reeleição no Senado.

Diz Dante Ramon Ledesma:

...abençoado seja o sol, que ilumina os nossos passos, abençoadas sejam as sombras após um dia imenso de sol, abençoadas as mãos do homem que abre o ventre da terra, semeia, espera, e, quando chega o fruto, divide com aquele que nada tem.

Enfim, meus patrícios, nunca é tarde lembrar que a integração dos países do Cone Sul nasceu do processo de redemocratização do nosso continente, lá na década de 80. Naquele momento, houve o fim do longo

ciclo de ditaduras latino-americanas e a substituição, enfim, por regimes democráticos.

Como parte desse novo ciclo, nós brasileiros, só como exemplo, argentinos, uruguaios, paraguaios, percebemos que as velhas rivalidades deveriam ser superadas e substituídas por uma grande parceria, pela amizade.

Desde muito cedo, a integração econômica se aproximou de uma pauta de temas cada vez mais amplos, ligados a questões como direitos humanos e democracia – de que lá vamos tratar –, educação – a que também queremos somar-nos e de que queremos tratar –, saúde, cidadania, direitos trabalhistas, direitos das pessoas com deficiência e, por que não dizer, direitos dos autistas, que fazem essa campanha internacional para ampliá-los.

É correto afirmar que a questão trabalhista se insere, de maneira clara, no espírito do Tratado de Assunção, o qual, em seu art. 1º, parágrafo penúltimo, determina:

[...] o fator trabalho é, sem dúvida, um dos componentes do custo do produto que, por seu lado, é o elemento objetivo que balizará as condições de competitividade do produto no mercado comum frente a um similar fabricado em qualquer dos Estados-partes.

Esse espírito não reduz o trabalho a mero fator de produção. Na verdade, compreende o tema como tendo relevância própria, dotado de autonomia e que inclui os direitos efetivamente assegurados a todos os trabalhadores.

Senador Garibaldi, o bloco não é fator de redução das garantias do trabalhador de nenhum dos países. Na realidade, é o contrário: buscam-se parâmetros, para que haja uma melhora na situação de todos os trabalhadores, principalmente daqueles que estão numa situação, digamos, de pior qualidade.

Dentro da estrutura do Mercosul, já em dezembro de 1991, é criado um subgrupo de trabalho, com o fim de examinar os aspectos sociais e trabalhistas do processo de integração. Aí, vamos cuidar, então, da questão do emprego, da previdência, do direito de um trabalhador de um país do Mercosul usufruir dos direitos pelo menos similares.

Sr. Presidente, em 1994, o subgrupo foi renomeado. Passou a tratar de assuntos trabalhistas, de emprego e de seguridade social com as seguintes competências: relações individuais e coletivas de trabalho, migrações de trabalhadores, formação profissional, certificado de aptidão profissional, segurança e higiene no trabalho, seguridade social, setores específicos e princípios nessa área.

Em 1995, houve nova reformulação com o objetivo de grupos especiais para os seguintes assuntos: custos trabalhistas, normas sobre relação de trabalho, seguridade social – repito – higiene, segurança do trabalho, formação técnico-profissional, migrações trabalhistas e inspeção do trabalho.

Em 1996, houve ampliação da pauta para a inclusão dos seguintes objetivos: análise da dimensão social do processo de integração e diversas alternativas para sua formulação institucional.

Esse subgrupo apresenta um rol de realizações importantes. Destaco o Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul, celebrado em Montevideu, em 15 de novembro de 1997.

José Soares Filho, em texto intitulado “Mercosul: surgimento, estrutura, direitos sociais, relação com a Unasul, perspectivas da sua evolução”, diz:

Tal acordo objetiva assegurar a todos os trabalhadores do Mercosul fora de seu país de origem, bem como a seus dependentes os mesmos direitos à seguridade social reconhecidos aos nacionais do país em que se encontrem exercendo a sua atividade [é aquilo que eu gostaria muito e que chamaria de seguridade universal].

Traduz a primeira unificação de normas no campo do Direito Social no âmbito do Mercosul [...].

Por meio desse acordo, os países reconhecem aos trabalhadores que tenham prestado serviços em qualquer deles, assim como a seus familiares e assemelhados os mesmos direitos e obrigações em matéria de seguridade social que aos seus nacionais.

Essa é uma etapa fundamental para o processo de integração, pois cria mecanismos de isonomia entre os trabalhadores oriundos, então, dos diversos países.

Outro avanço aconteceu, quando foi dada, Sr. Presidente, atenção à dimensão social do processo de integração, bem como às diversas alternativas para sua formulação institucional em declaração firmada em 1998, lá no Estado do Rio de Janeiro.

Nessa declaração se diz:

[...] não pode circunscrever-se à esfera comercial e econômica, mas deve abranger a temática social, tanto no que diz respeito à adequação dos marcos regulatórios trabalhistas às novas realidades configuradas por essa mesma integração e pelo processo de globalização da economia, quanto ao reconhecimento de um patamar mínimo de direitos dos trabalhadores

do Mercosul, correspondente às convenções fundamentais da OIT.

Para tanto, devem ser respeitados os direitos individuais, os direitos coletivos e os demais. Os sindicatos, as centrais, as confederações, as federações passam a demonstrar, então, a partir daí, um interesse mais profundo por um debate mais positivo junto ao Mercosul, a partir da década de 90.

Em 1992, foi criada a Comissão Sindical do Mercosul por iniciativa das Centrais Sindicais do Cone Sul. Em 1999, foi estabelecida a Comissão Sociolaboral, de composição tripartite – governos, empresas e trabalhadores.

Todas essas iniciativas visam a cumprir o que manda o Tratado de Assunção. Aí, Sr. Presidente, vamos para a harmonização legislativa, a fim de evitar discrepâncias legislativas que prejudiquem, no final das contas, apenas os países integrantes que têm uma legislação avançada em defesa dos seus trabalhadores.

O objetivo é melhorar no conjunto as condições de todos os trabalhadores do Mercosul, para que haja a melhoria da sua qualidade de vida, atendendo, Sr. Presidente, aos princípios do Direito do Trabalho, como o de proteção do trabalhador ou o de renúncia em relação aos direitos trabalhistas.

Nós todos temos de destacar a aprovação, em 2010, pelo Conselho do Mercado Comum, órgão máximo do bloco, do chamado Estatuto da Cidadania, que vai melhorar o entendimento, as viagens dentro do bloco, o reconhecimento dos diplomas universitários, o reconhecimento do tempo da previdência social; que vai permitir a livre circulação de pessoas; que vai criar documento de identidade unificado, placas de automóveis iguais, eleições diretas para o legislativo do bloco. Aí avançamos, reforçando a ideia inicial de que a integração do bloco veio abranger, cada vez mais, outros temas.

Sr. Presidente, além da perspectiva econômica inicial, passaram a fazer parte da agenda do Mercosul, então, questões sociais, cooperação judicial, direito do consumidor, educação e cultura, meio ambiente, e assim fomos avançando.

Creio que fizemos, sim, avanços grandiosos e que, de tal forma, demos passos para uma integração que vai garantir, ao mesmo tempo, desenvolvimento, justiça social, enfim, um Mercosul cidadão, e não só no campo da economia.

Como membro indicado pelo Partido para compor, a partir deste ano, o Parlamento do Mercosul, podem ter certeza de que vou lá tratar de temas como direito dos trabalhadores e previdência, como sempre tratei durante os 25 anos em que estou aqui, no Congresso

Nacional, com quatro mandatos de Deputado Federal e dois de Senador.

Temos como meta discutir temas que aprofundei aqui, eu diria quase que diariamente, das pessoas com deficiência. Quero discutir a situação dos idosos, dos negros... Senador Cristovam, quero dizer que, quando falo dos negros, estou impressionado. Em menos de um mês, mais de três Deputados Federais, no mínimo três, fizeram declarações racistas, uma dirigida inclusive ao Ministro Barbosa, do Supremo Tribunal Federal; outra dirigida à grande cantora, uma liderança indiscutível de todos nós, que é a Preta Gil; e, hoje, vi um pastor, que é Deputado, dirigir-se à comunidade negra como se fosse uma raça maldita, algo assim. Estou impressionado com isso! E ainda há violência contra os jovens negros, que estão sendo assassinados, dois por um, se compararmos com aqueles que não são negros.

Por isso que vamos levar também esse debate. E digo, infelizmente tenho que dizer, que essa questão do preconceito contra negros e índios não é só aqui no Brasil, não; é uma questão internacional. O tratamento que se está dando aqui no Brasil é o mesmo que se dá em outros países, e por isso levaremos esse debate para o Mercosul.

Senador Cristovam, ainda hoje eu conversava com amigos meus que moram nos Estados Unidos. Eles falam que, nos Estados Unidos, a lei é muito mais rígida do que no Brasil. Se alguém, lá nos Estados Unidos, cometer um ato de racismo contra um índio, contra um negro, enfim, não importa a cor da pele, ou contra um branco mesmo, ou contra um judeu, um palestino, se isso acontecer dentro da empresa, a pessoa é demitida na hora e não tem direito a nada. Eles disseram mais: que, se a pessoa morar em algum prédio público, ela é obrigada a deixar o prédio público. Então, o Barack Obama, nesse aspecto – ninguém pode negar –, está endurecendo a legislação e construindo, de fato, uma política de integração. Nós lamentamos o que vem acontecendo ainda aqui no Brasil.

Concedo, com alegria, o aparte a V. Ex^a que está na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Senador Paim, eu aproveito, aqui da Presidência da Mesa, para dizer também da minha indignação com esses três fatos. Foram declarações nazistas. Hitler começou a falar mal dos judeus e não tomaram as providências devidas a tempo. Terminamos com seis milhões de judeus mortos. Não podemos nos calar nem deixar de tomar providências. A declaração do Deputado contra a Preta Gil é de uma profunda gravidade, e a desculpa dele de que não era a gros-

seira uma menção ao racismo, mas, sim, homofobia é mais grave ainda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É a mesma linha do preconceito.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Depois, a declaração do Deputado, que li nos jornais hoje, dizendo que a África é a escória do mundo, que de lá vêm todas as doenças, isso daí é muito grave.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Gravíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Esta Casa não pode ficar calada. Também, há duas semanas, a declaração em relação ao Ministro Joaquim Barbosa foi igualmente de muita gravidade. E não nos esqueçamos que, pouco tempo atrás, houve também manifestações contra nordestinos. Essas manifestações racistas temos que cortá-las de imediato ou vamos nos surpreender um dia com nazistzinhos e hitlerzinhos surgindo por aí.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Cristovam, pelo aparte.

Quero aproveitar esta sexta-feira – como dizíamos antes, na Presidência –, a oportunidade de podermos falar um pouco mais sobre as nossas reflexões ou preocupações.

Gostaria ainda de refletir aqui quanto à situação do Cone Sul, falar um pouquinho mais sobre integração, taxas aduaneiras. Falar de algo que eu vou fazer, Senador Cristovam: uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos sobre Direitos Humanos e os Poetas, a fim de falar um pouco da cultura dos nossos poetas, dos cantores, dos trovadores, dos ativistas, que com certeza alargaram as nossas fronteiras com a sua forma bonita de se comunicar. Falar da cultura, falar das obras artísticas através das nossas idas e vindas, de um lado ao outro das fronteiras; dos nossos rios, canchadas e mananciais, para a comunhão de fato latino-americana, na linha também da cultura e do meio ambiente; fazer assim, de fato, a integração. Percebe-se que o habitante que eu chamo de “terrinho” decide que ele próprio é o epicentro da integração. O poder decisório com certeza está com ele.

Sr. Presidente, quando eu falo tudo isso, eu me lembro dos entreveros, de guitarras, de gaitas, de bumbos legueros, duelo de vozes, da trova, do desafio, do sapateado. Isso tudo resgata e incorpora o nosso linguajar, que é a expressão perfeita daquilo que eu chamo do linguajar de “teatino”. Em linguagem popular, a palavra assumiu o significado de sem dono, andejo, sem sinal, sem marca, mas senhor de si e que aponta para a liberdade. Chegando então, modernamente, eu

diria, ao designativo de homem livre, e eu acrescento, o homem livre é o homem do Mercosul.

Meus patrícios, Jaime Caetano Braum define:

Patrícios como os teatinos, os que são donos de si, fazem pátria por aí, norteando os próprios destinos, rapsodos campestres do velho ritual pampeano, que, nesse andejar cigano, de tropeiros da cultura, são vertentes de ternura do folclore americano.

Por isso, quando cantamos, mais do que vozes que cantam, são verdadeiras preces que se levantam deste chão, que tanto amamos, mais do que o passado, cultuamos o que o futuro desvenda, amor de pátria, legenda mais forte do que o destino, que enquanto houver um teatino, sempre haverá quem defenda.

Sr. Presidente, essa é a minha pequena homenagem àqueles, de ontem e de hoje, que lutaram e lutam pela integração social, cultural, política e econômica do Mercosul.

E eu sou daqueles que acreditam que a razão maior do Mercosul ainda é a sua gente. O Mercosul só tem razão pelo seu povo, ou seja, pelos homens, pelas mulheres; enfim, não importa se idoso, jovem ou criança – o homem livre, o patrício, o teatino.

E aqui, Sr. Presidente, na minha fala, eu avanço. V. Ex^a deve conhecer os versos chamados “**Los Hermanos**”, de Ataulpha Yupanqui, que a grande voz dos direitos humanos da América Latina, Mercedes Sosa, **La Negra**, imortalizou.

Dizia Mercedes Sosa, **La Negra**:

Eu tenho tantos irmãos
Que não os posso contar
No vale, na montanha, no pampa e no mar
Cada qual com seus trabalhos
Com seus sonhos cada qual
Com a esperança diante
Com as lembranças detrás
Eu tenho tantos irmãos
Que não os posso contar

Gente de mão quente
Por isso da amizade
Com um choro para chorar
Com uma reza para rezar
Com um horizonte aberto
Que sempre está mais além
E essa força pra buscá-lo
Com tesão e vontade

Quando parece mais perto
É quando se afasta mais
Eu tenho tantos irmãos

Que não os posso contar
E assim seguimos andando
Habitados à solidão
Nos perdemos pelo mundo
Voltamos a nos encontrar

E assim nos reconhecemos
Pelo longínquo olhar
Pelas estrofes que mordemos
Sementes de imensidão
E assim seguimos andando
Habitados à solidão
E em nós nossos mortos
Pra que ninguém fique para trás
Eu tenho tantos irmãos
Que não os posso contar

E uma irmã muito formosa [e aí que, para mim, é o
mais forte, ela termina dizendo, Senador Eurípedes]
Que se chama liberdade.

Trabalhei aqui com La Negra, Sr. Presidente, porque ela defendia essa integração. Ela era amada em todo o continente americano, e, por isso, eu tinha de terminar meu discurso, fazendo-lhe uma homenagem. Ela já partiu, mas suas canções e sua voz ficarão sempre com todos nós.

Sr. Presidente, tenho de concluir aqui, porque amanhã – inclusive, V. Ex^a é autor de uma das iniciativas – será o Dia Internacional da Conscientização do Autismo. E vai haver manifestações em todo o mundo. As Sete Maravilhas do Mundo serão iluminadas de azul pelo Dia do Autista. E, como esse dia será comemorado amanhã, não há como, do Senado da República, eu terminar meu pronunciamento sem falar dessa luta bonita dos autistas.

Para se ter uma ideia, e grande parte da população não entendeu, há mais pessoas autistas no Brasil que o número de pessoas com Aids, que o número de pessoas com diabetes, que o número de pessoas com as chamadas doenças que são eternas. Então, o número de autistas é algo que a gente não imagina. E, por isso, está havendo uma grande rede.

Eu queria aqui agradecer aos autistas de São Paulo que pediram que eu fizesse a caminhada com eles no domingo. Não poderei estar lá, mas trago alguns dados que eles apresentaram e que constam no convite, que diz o seguinte: “Esta caminhada tem por objetivo eliminar preconceitos e despertar o interesse e a boa vontade da sociedade brasileira para a causa do autismo e de todo o seu espectro, cuja incidência é de uma a cada 110 crianças, sendo um para cada setenta meninos”. A cada setenta meninos que nasce, um é autista. A ONG informa também que, hoje, o autismo infantil – aqui, estão os dados de que eu

falava, e, agora, vou ser mais preciso – é maior que a incidência de diabetes, de câncer e de Aids infantil somados. Vejam a gravidade!

Então, aqui, quero empenhar total solidariedade a esse ato que se fará em São Paulo, ao qual não poderei comparecer. Mas é como se lá eu estivesse de alma, de coração, de mente e de pensamento, dando-lhes toda a força. Tenho a certeza de que as luzes azuis que serão acesas em todo o mundo pelo transcurso do Dia Internacional do Autismo hão de brilhar para iluminar o caminho de todos nós! Parabéns pela realização do evento! Saibam que meu pensamento vai estar aí com vocês.

Quero também agradecer ao Rio de Janeiro, que antecipou para hoje a comemoração, às 18 horas, e amanhã também no Cristo Redentor. Recebi uma carta linda, mas não poderei lá estar, porque tenho outros compromissos e acabei assumindo a responsabilidade. Fizemos um requerimento na Comissão de Direitos Humanos (CDH), o Presidente Sarney o acatou, e, às 18 horas, juntamente com outros Senadores – o Senador Cristovam, provavelmente, estará aqui –, estarei na rampa do Congresso. Vamos iluminar o Congresso de azul. Cumprimento todos os Senadores que trabalharam nesse sentido.

Quero dizer também aos autistas do nosso País que, ontem, a CDH aprovou o projeto dos autistas, por unanimidade, para que, no País, houvesse uma lei que instituísse o Sistema Nacional Integrado do Atendimento ao Autista, por uma questão de justiça. Quando eu era Presidente desta Comissão de Direitos Humanos, recebi a minuta, que foi encaminhada e passou a tramitar na Comissão; o Senador Cristovam assumiu, indicou o Senador Flávio Arns – lembro-me como se fosse hoje –, que fez dezenas de reuniões, por indicação de V. Ex^a, construindo esse projeto; e, agora, indicamos a Senadora Ana Rita, que deu o parecer final, que foi aprovado no dia de ontem.

Quero agradecer muito – recebi o material minutos atrás, quando eu estava na Presidência – à Associação de Defesa dos Autistas (Adefa), do Rio de Janeiro, que me encaminhou material assinado pelo seu Diretor Presidente Mariel Mendes Lopes. A Vice-Presidente da Associação é Caroline Figueiredo Costa; a Diretora Operacional, Edvania Gomes; a Diretora Administrativo, Berenice Piana de Piana; o Diretor Financeiro, Diones Sobral; e os fundadores, Julceli Viana Antunes e Eloah Antunes.

O Dia Mundial do Autismo, atualmente, é o dia 2 de abril. Foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 18 de dezembro de 2007. No primeiro evento, em 2 de abril de 2008, o Secretário-Geral da ONU elogiou a iniciativa da família real do Catar, um

dos maiores incentivadores da proposta da criação do dia, pelos esforços de chamar a atenção sobre o autismo. No evento de 2010, a ONU declarou que, segundo especialistas, acredita-se, Senador Garibaldi, que a doença atinja 70 milhões de pessoas no mundo, afetando a maneira como esses indivíduos se comunicam e agem.

Vários países do mundo vão iluminar monumentos históricos com a cor azul amanhã. Entre eles, estão os Estados Unidos, Portugal, a França, a Espanha, a Alemanha, a Itália, a Noruega – cito apenas alguns.

No Brasil, praticamente todas as capitais vão participar do evento de acender luzes azuis. Rapidamente, vou citá-las aqui.

No Acre, em Rio Branco, estará iluminado de azul o Palácio Rio Branco.

Em Manaus, a Semana da Conscientização será de 28 de março a 02 de abril. O Teatro Amazonas e toda a área do Largo São Sebastião vão estar iluminados. Acontecerão ainda diversos eventos em Manaus, que, aqui, estão sendo listados. O Tribunal de Justiça vai orientar seus funcionários a usar roupa azul, e o portal institucional do Ministério Público do Amazonas também estará iluminado com cores azuis.

Em Macapá, haverá grande distribuição de panfletos, com carro de som, na praça do Marco Zero, que será também iluminada de azul.

Em Salvador, haverá ato simbólico, com um “abraço” no Farol da Barra, com a mobilização de autistas, de professores e de especialistas, trajando blusas azuis e também portando balões azuis – lá também vão iluminar a Câmara. Em Barreiras, haverá o mesmo movimento. E, em Fortaleza, para simplificar, haverá o mesmo movimento.

Em Brasília, será feita a iluminação no Senado, e também vão ser iluminados o Ministério da Saúde e a Torre de TV.

Em Vitória, na Praça Moscoso, também vai haver o mesmo movimento.

Em Minas Gerais, nas cidades de Betim, de Boa Esperança e de Pouso Alegre, haverá o mesmo movimento, bem como em Dourados, no Mato Grosso, e em Belém, em Tucuruí, em Recife, em Camaragibe, em Garanhuns, em Teresina, em Curitiba.

O Rio de Janeiro também vai estar iluminado. O Rio de Janeiro será o centro desse trabalho, e lá será iluminado o Cristo Redentor tanto na sexta-feira, como no sábado. A Igreja da Penha também será iluminada. Lembro aqui que outras cidades do Rio vão ter o mesmo movimento em diversos colégios, com carreatas. Também haverá esse movimento em Nova Iguaçu e em Volta Redonda, no Rio de Janeiro, e em Ji-Paraná, em Rondônia.

No Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, a Usina do Gasômetro vai estar iluminada, e, depois, será feita uma caminhada. Em Canoas, cidade onde resido, o símbolo é a Praça do Avião, que, como me informa o Prefeito Jairo Jorge, vai também ser iluminada. Em Dom Pedrito, no Rio Grande do Sul, o monumento da Caixa D'Água vai ser iluminado. Também no Rio Grande do Sul, em Farroupilha, estarão iluminados o prédio da Prefeitura e o Santuário Nossa Senhora do Caravaggio, aonde fui diversas vezes a pé – é um deslocamento que varia entre 20 e 30 quilômetros de Caxias do Sul, cidade onde nasci. Em Montenegro, a Praça Central também estará iluminada.

Em Florianópolis, ocorrerá a mesma coisa. Haverá iluminação em Brusque e em Criciúma.

Em São Paulo, a Ponte Estaiada, o Monumento às Bandeiras e o Viaduto do Chá estarão também iluminados. Outras atividades acontecerão em São Paulo. Haverá a mesma iluminação na cor azul em Atibaia, em Americana, em Bom Jesus dos Perdões, em Guarulhos, em Itanhaém, em Osasco, em Piracaia, em Santa Bárbara D'Oeste, em Sorocaba e na Várzea Paulista.

Sr. Presidente, tentei sintetizar o máximo. Eles esperavam até que eu lesse cada atividade, mas, citando a cidade, faço uma homenagem.

Neste momento, encerro esta homenagem aos autistas, dizendo que essa parceria que estabelecemos entre a Comissão de Direitos Humanos e todos os Senadores da Casa com o Movimento dos Autistas traz grande alegria para todos nós.

Eu encerraria, pedindo a cada um dos senhores e senhoras que estão assistindo à TV Senado neste momento, que estão acompanhando essa belíssima caminhada dos autistas, que fizessem também o gesto de acender uma luz azul, de colocar uma roupa azul nesse dia 2. Façam um gesto de solidariedade aos autistas! Cada um, se acender uma luzinha azul ou colocar uma roupa azul, mostrará toda a sua solidariedade.

É um movimento internacional. Que bom poderemos dizer que o Senado da República está integrado nessa parceria!

Senador Cristovam, eu gostaria muito de estar aqui na sessão do dia 08, mas assumi o compromisso de estar em outro Estado nesse dia. Mas repito: será como se aqui eu estivesse também no dia 08. Aquele jovem que vai cantar hoje a *Ave Maria* aos pés do Cristo Redentor foi o mesmo jovem que cantou, na Comissão de Direitos Humanos, a *Ave Maria*. Ele mostrou uma capacidade que não tenho como expressar. Somente posso dizer que é muito lindo vê-lo cantar a *Ave Ma-*

ria. E ele vai cantar essa música, hoje e amanhã, no Cristo Redentor.

Então, meus cumprimentos aos autistas do mundo todo! Aqui, estamos fazendo nossa parte. Não somente eu, mas também o Senador Cristovam, o Senador Lindbergh Farias, o Senador Wellington Dias e outros Senadores estão fazendo sua parte neste momento tão bonito! Tenho certeza de que essa é uma luta que já é vitoriosa.

Vocês conseguiram um fato inédito: o Congresso nunca fez um gesto como este de iluminar todo o Congresso de azul em homenagem aos autistas. Que essa homenagem seja para todas as pessoas com deficiência! Que consigamos avançar cada vez mais, para que esses cerca de trinta milhões de brasileiros não sejam discriminados por motivo algum e para que lhes sejam dadas somente oportunidades! Sempre digo que a pessoa que tenha algum tipo de deficiência é muito eficiente em outras áreas. Deem oportunidade a ela, que ela vai mostrar toda sua competência.

Senador Cristovam, não porque seja o meu exemplo, mas porque muita gente faz isso, quero dizer que dois cegos trabalham no meu gabinete: Santos é coordenador político no Rio Grande do Sul já há mais de uma década, e Luciano Campos trabalha aqui, anda com seu cão-guia na Casa. Ambos contribuem imensamente com meu mandato, tanto que não posso aqui mensurar, não posso aqui explicar. Eles queriam somente uma oportunidade. No meu mandato, o que me causa mais orgulho, talvez, seja essa experiência com eles.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador. Gostaria de fazer um comentário. No dia 8, vamos fazer aqui uma sessão solene pelo Dia do Autismo. Consegui apoio para convocar essa sessão, cujo objetivo é o de chamar a atenção do Brasil para esse problema.

Mas eu queria lembrar que há outra forma de deficiência que a gente esquece, e não é deficiência que vem da natureza, como a Síndrome de Down, como o autismo, é uma deficiência que fabricamos: a deficiência daqueles que, no mundo moderno de hoje, não sabem ler nem escrever. E esses são 14 milhões de pessoas, mais do que todos os outros das outras categorias problemáticas ao nível da saúde. O analfabetismo não se dá ao nível da saúde, mas da incapacidade de se comunicar. A gente esquece isso. O deficiente auditivo não consegue se comunicar até aprender Libras ou escrever. O deficiente visual não consegue ver, mas consegue funcionar. Quem não sabe ler nem escrever enfrenta dificuldades para viver no mundo moderno – não teria essas dificuldades no mundo antigo, onde

quase todos eram analfabetos. Somos os culpados disso. Nenhum analfabeto é culpado de ser analfabeto; os culpados são os governantes.

Quando fizeram aquele alarde enorme por causa do Deputado Tiririca e me perguntaram se ele deveria ou não ser empossado, eu disse: “A gente devia cassar os direitos políticos dos governantes dos Municípios e dos Estados onde ele viveu quando era criança”. Aliás, falei com o Deputado Tiririca na semana passada e sugeri que, em seu primeiro discurso, descrevesse a escola do seu Município, no Estado do Ceará, quando ele era criança. Se o Deputado Tiririca, em seu primeiro pronunciamento, fizer um discurso dizendo como era a escola na época em que era criança, se disser que ele não pôde estudar naquela escola por que ela não ensinava, ele vai justificar seu mandato.

Então, vamos marcar um dia para a gente iluminar o Congresso também para lembrar a este País dos 14 milhões de adultos que ainda não sabem ler nem escrever em pleno século XXI.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, estou com V. Ex^a. A propósito, quero lembrar aqui, com muito carinho e com muito respeito, duas pessoas que estão lá no alto: Itália Paim e Ignácio Paim, ambos analfabetos. Com a gente, eles só batiam – no bom sentido – no seguinte: “Estudem, estudem, estudem!”. Hoje, graças a Deus, uns são advogados, outro é médico, e eu estou no Congresso há 25 anos. Entendi que eles queriam que eu tivesse aquilo que eles não tiveram. Eles já faleceram e – quem sabe? – estão olhando lá de cima e dizendo: “Cristovam está com a razão. Insistimos com vocês para que fizessem sua parte, para que, um dia, não houvesse mais ninguém analfabeto”. Parabéns a V. Ex^a!

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falei há alguns dias, nesta Tribuna, sobre o Dia Internacional da Conscientização do Autismo e das diversas manifestações que serão realizadas no mundo inteiro. Volto ao tema no dia de hoje, pois esse grande dia será amanhã.

Quero registrar convite que recebi da Ong Autismo & Realidade, para participar da 1ª Caminhada Autismo & Realidade – Pela Conscientização, que será realizada dia 03 de abril às 08:00h, na cidade de São Paulo.

Consta do convite que, essa caminhada tem como objetivo eliminar preconceitos, despertar interesse e boa vontade da sociedade brasileira, para a causa do autismo e todo seu espectro, cuja incidência é de 1 a cada 110 crianças, sendo 1 para cada 70 meninos.

A ONG informa também que, hoje, o autismo infantil é maior que a incidência de diabetes, câncer e AIDS infantil somados.

Quero empenhar minha solidariedade nesse ato importante que vem somar-se às luzes azuis que serão acesas em todo o mundo pelo transcurso do Dia Internacional da Conscientização do Autismo.

Parabéns pela realização do evento e saibam que meu pensamento estará com vocês e que seguiremos juntos nessa luta que é de todos nós.

Quero apenas salientar mais duas coisas:

1º Aprovamos, ontem, na CDH, projeto nascido do movimento autista e que institui o Sistema Nacional Integrado de Atendimento à Pessoa Autista.

A Senadora Ana Rita foi a relatora do projeto e estamos felizes em poder aprovar as justas demandas nele referidas.

2º Aqui no Senado, por decisão da Comissão de Direitos Humanos que encaminhou requerimento ao Presidente da Casa, Senador José Sarney, no dia 02 de abril, às 18:00h o Congresso Nacional será iluminado de azul, num gesto de apoio e solidariedade a esse importante dia.

Sr. Presidente, agradeço material que me foi enviado pela Associação de Defesa dos Autistas (Adefa – Rio de Janeiro) sendo o seu diretor presidente Mariel Mendes Lopes, Vice Presidente Caroline Figueiredo Costa, Diretor Operacional Edvania Gomes, Diretor Administrativo, Berenice Piana de Piana, Diretor Financeiro Diones Sobral, e o fundadores Julceli Viana Antunes e Eloah Antunes.

O Dia Mundial do Autismo, anualmente em 2 de abril, foi criado pela Organização das Nações Unidas, em 18 de Dezembro de 2007, para a conscientização acerca dessa questão.

No primeiro evento, em 2 de abril de 2008, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, elogiou a iniciativa do Catere da família real do país, um dos maiores incentivadores para a proposta de criação do dia, pelos esforços de chamar a atenção sobre o autismo.

No evento de 2010, a ONU declarou que, segundo especialistas, acredita-se que a doença atinja cerca de 70 milhões de pessoas em todo o mundo, afetando a maneira como esses indivíduos se comunicam e interagem.

Sr^{as} e Srs. Senadores, vários países do mundo vão iluminar monumentos históricos com o azul, entre eles, os Estados Unidos, Portugal, França e Espanha.

No Brasil, praticamente todas as capitais estaduais e outras tantas do nosso interior.

AC – RIO BRANCO

- Estará iluminado de azul o Palácio Rio Branco, dias 1 e 2/abril – Organização: mães de autistas
- Doação de camisetas com o tema do Dia Mundial do Autismo, dia 2/abril – Organização: mães de autistas

AM – MANAUS

- Semana de conscientização, de 28/março a 2/abril,
- O Teatro Amazonas e toda a área do Largo São Sebastião estarão iluminados de azul durante toda a semana de 2/abril, Missa de encerramento da semana, dia 2/abril, às 7h00, na Igreja de São Sebastião, com distribuição de mais panfletos
- Dia 26/março, às 14h00, acontecerá o 2º Dia de Recreação para Crianças e Adolescentes com Autismo, no Centro de Convivência da Família da Cidade Nova – Organização: Grupo MUPA
- O Tribunal de Justiça (TJ-AM) vai orientar seus funcionários a usarem roupas em azul no dia 1/abril
- O portal institucional do Ministério Público do Estado do Amazonas ficará todo em azul na semana de 2/abril

AP – MACAPÁ

- Manifestação e distribuição de panfletos, com carro de som, na praça do Marco Zero, que estará iluminada de azul, dia 1/abril, a partir de 17h00 – Organização: AMA-AP e Instituto Integra

BA – SALVADOR

- Ato simbólico, dia 2/abril, com um “abraço” no Farol da Barra, mobilizando pais, autistas, professores e especialistas trajando blusas azuis e portando balões de soprar azuis – Organização: AMA-BA
- Dia 1/abril, às 9h30, debate na Câmara Municipal a aplicação da Lei estadual 10.553/2007, a primeira do Brasil, aprovada na Assembléia Legislativa. A sessão especial será – Organização: AMA-BA

BA – BARREIRAS

- Panfletagem em semáforos, carro de som e faixas na cidade em prol da conscientização do autismo, dia 2/abril

CE – FORTALEZA

- Aula sobre autismo e coquetel pelo Dia Mundial do Autismo, 1/abril, às 18h30, no Auditório da Clínica Harmonia Materno – Infantil

- Ato público na Praia de Iracema, concentração na Estátua de Iracema, dia 1/abril, 15h00 – Organização: ABRAÇA
- Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Ceará sobre autismo, dia 4/abril, 14h00 – Organização: ABRAÇA
- Roda de Conversa na Casa da Esperança: Autismo e Inclusão Escolar (Rua Francílio Dourado, 11 – Bairro Edson Queiroz, Fortaleza-Ce – CEP 60813-660), 5/abril, 9h00 – Organização: ABRAÇA

DF – BRASÍLIA

- Prédio do Senado Federal estará iluminado de azul no dia 2/abril, às 7h00 – Organização: Adefa (RJ) e senador Paulo Paim (RS)
- Estará iluminado de azul o prédio do Ministério da Saúde nos dias 1 e 2/abril – Organização: ABRA (Ass. Brasileira de Autismo)
- Também estará iluminada de azul na semana de 2/abril a Torre de TV – Organização: Autismo & Realidade

ES – VITÓRIA

- Mobilização na Praça Moscoso, no dia 2/abril, às 9h00 (veja convite), por melhorias no atendimento a autistas e em comemoração ao Dia Mundial – Organização: AMAES

MG – BETIM

- Todos da Creche Comunitária Paraíso Infantil vestirão azul no dia 1/abril e entregarão mensagens de conscientização aos pais

MG – BOA ESPERANÇA

- Passeata dia 2/abril da escola estadual “Dr. Sá Brito” em prol do autismo

MG – GOVERNADOR VALADARES

- Palestras com profissionais, na sede do Senac, dia 02/04, para toda a sociedade. Organização: Autismo GV – Apoio: Senac.

MG – POUSO ALEGRE

- Palestra aberta ao público e aos pais da instituição (70 casos de autismo) sobre o assunto, dia 2/abril, às 9h00 – Organização: APAE Pouso Alegre

MS – DOURADOS

- Blitz de conscientização junto com Polícia Militar e Guarda Municipal, dia 2/abril, com panfletos, outdoors e faixas pela cidade – Organização: AAGD Este endereço de e-mail está protegido contra spambots. Você deve habilitar o JavaScript para visualizá-lo.

PA – BELÉM

- Ciclo de Palestras sobre Autismo na Assembleia Legislativa, de 31/março a 2/abril – Organização: Casa da Esperança (PA)
- Caminhada pública em prol do autismo, na Praça da República, dia 3/abril, concentração às 9h00 – Organização: Casa da Esperança (PA)

PA – TUCURUÍ

- Sindicado de Professores fará distribuição de panfletos

PE – RECIFE

- Estarão iluminados de azul o Palácio do Campo das Princesas – Sede do governo do Estado, Tribunal de Justiça, Museu do Estado e a Antena da Globo em 1 e 2/abril

PE – CAMARAGIBE

- A Prefeitura estará iluminada de azul nos dias 1 e 2/abril

PE – GARANHUNS

- Estarão iluminados de azul o Relógio da Cidade e a Fonte do Centro em 1 e 2/abril

PI – TERESINA

- Ponte Estaiada João Isidoro França e o Palácio de Karnak (sede do Governo Estadual) estarão iluminados de azul na semana de 2/abril, quando haverá uma solenidade no Mirante da Ponte com a presença de várias autoridades – Organização: AMA-PI e Associação Casulo (PI).

PR – CURITIBA

- Caminhada em prol do autismo no Parque Barigui e barraca no Centro (Rua XV) pela conscientização no dia 2/abril – Organização: UPPA (PR) e Centro Conviver (PR)

RJ – RIO DE JANEIRO

- Cristo Redentor estará iluminado de azul nos dias 1 e 2/abril, iniciando com celebração simbólica às 18h30 do dia 1, presidida pelo bispo dom Augusto. O Cristo será iluminado ao som de Ave Maria, cantada por Saulo Laucas (veja vídeo), tenor cego e autista – Organização: Adefa (RJ) e Autismo & Realidade
- IGREJA DA PENHA estará iluminado de azul no dia 2/abril – Organização: CORA (RJ)
- GREIP DA PENHA (Grêmio Recreativo Esportivo dos Industriários da Penha) estará iluminado de azul no dia 1 e 2/abril. Sábado com evento das 9h às 14h: cinepipoca com o filme “Temple Grandin”, atividades físicas e pedagógicas para

as crianças, além de palestras e debates – Organização: CORA (RJ)

- CORA RJ – A sede do CORA (Centro de Otimização para a Reabilitação do Autista) estará iluminada no seu interior e com uma grande faixa azul a partir do dia 2/abril – Organização: CORA (RJ)
- DROGARIA REAL DE HIGIENÓPOLIS estará iluminado de azul no dia 2/abril e com folders informativos – Organização: CORA (RJ)
- CARREATA FROTA LGM com bandeiras da cor azul no dia 2/abril – Organização: CORA (RJ)
- Grupo de Estudos em Autismo na UERJ, dias 7, 14 e 28/abril além da distribuição de 10 mil folders nos dias 31/março e 1/abril na universidade – Organização: CEPP e UERJ
- Colégio Baronesa (Taquara, Jacarepaguá) será iluminado de azul, dias 1 e 2/abril, e receberá o Orkontro (encontro nascido no Orkut) de Mães de crianças com Autismo, dia 2/abril – Organização: Comunidade Grupo Autismo Inclusão e Superação – RJ (Orkut)

RJ – NOVA IGUAÇU

- A Prefeitura estará iluminada de azul, nos dias 1 e 2/abril, e haverá distribuição de panfletos – Organização: Grupo Bate Papo dos Amigos de Autistas e Cons. Mun. Dir. Pess. com Deficiência
- Ciclo de Palestras no Centro Cultural Sylvio Monteiro, dia 2/abril – Organização: Grupo Bate Papo dos Amigos de Autistas e Cons. Mun. Dir. Pess. com Deficiência

RJ – VOLTA REDONDA

- O Chafariz da Praça Brasil e outros inúmeros prédios da cidade estarão iluminados de azul no dia 2/abril – Organização: Apadem (RJ)
- Será realizada a 2ª Semana de Conscientização do Autismo (veja programação), com palestras, aulas, passeatas e audiência pública na Câmara Municipal, de 2 a 9/abril – Organização e realização: Apadem (RJ)

RO – JI-PARANÁ

- A cascata da Câmara Municipal estará iluminada de azul – Organização: Atendimento Educacional Especializado (JP)
- Na Praça Central, dia 1/abril, às 9h00 um ato público será realizado em prol do autismo, quando soltarão balões azuis, na presença de pais, crianças e autoridades locais – Organização: Atendimento Educacional Especializado (JP)
- Cinco escolas municipais e duas estaduais usarão roupas azuis e farão momentos de conscientização entre os alunos e pais, dia 01/04 – Or-

ganização: Atendimento Educacional Especializado (JP)

RS – PORTO ALEGRE

- A Chaminé da Usina do Gasômetro estará iluminada de azul nos dias 2 e 3/abril
- Caminhada e distribuição de panfletos, no Brique da Redenção, dia 3/abril – Organização: Movimento Autismo & Vida (RS)

RS – CANOAS

- Praça do Avião estará iluminada de azul, nos dias 1 e 2/abril

RS – DOM PEDRITO

- O monumento da Caixa d'Água será iluminado de azul, de 1 a 3/abril
- Tarde de integração, dia 1/abril, no calçadão anexo à Pç. Gen. Ozório: parque inflável, pintura no rosto, atividade física e distribuição de balões azuis

RS – FAROUPILHA

- Estarão iluminados de azul: o prédio da Prefeitura e o Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio será iluminado por dentro na Missa das 17h, no dia 2/abril

RS – MONTENEGRO

- A Praça Central terá sua iluminação amarela substituída por azul na semana de 2/abril
- A Rede Municipal de Ensino terá uma palestra sobre autismo, em 30/março, com o pai Airto Madalozzo, que também participará de um programa da TV Cultura do Vale do Caí, que atende àquela região, sobre autismo e o Dia Mundial, no dia 29/março.
- Em sessão da Câmara Municipal, dia 31/março, todos os vereadores vestirão azul e um dos legisladores falará sobre autismo e lerá texto da Revista Autismo

RS – VIAMÃO

- Sindicato dos Comerciários de Viamão estará iluminado de azul na semana de 2/abril

SC – FLORIANÓPOLIS

- Caminhada com panfletagem na Av. Beira Mar Norte, dia 2/abril, às 9h00, saindo do Trapiche – Organização: AMA (SC) e Gaia (SC)

SC – BUSQUE

- Palestra sobre autismo, dia 1/abril, às 14h00, no Auditório do Centro Evangélico Luterano de Brusque. Em seguida, 15h30, Caminhada saindo do auditório até a Praça Barão Schmeerburg.

SC – CRISCIÚMA

- Estarão iluminadas de azul: Catedral São José, a Igreja Matriz Santo Agostinho do bairro Rio Maina, a Igreja Matriz Nossa Senhora da Salette do bairro Próspera e a Igreja Assembléia de Deus, no Centro, nos dias 1 e 2/abril

SP – SÃO PAULO

- Ponte Estaiada, Monumento às Bandeiras e Viaduto do Chá estarão iluminados de azul de 31/março a 7/abril – Organização: Autismo & Realidade
- Caminhada em prol do Autismo no domingo 3/abril, às 8h00, partindo da Ponte Estaiada e com presença do ministro da Saúde, Alexandre Padilha – Organização: Autismo & Realidade
- Acontece o 2o. Seminário Paulista do Transtorno do Espectro Autista (veja programação), no dia 26/março, das 8h às 15h, na Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Rua Auro Soares de Moura Andrade, 564 – Portão 10 – Barra Funda), com o lançamento da Cartilha dos Direitos do Autista – Organização e realização: Defensoria Pública do Estado de São Paulo e Movimento Pró-Autista – Apoio: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência
- DIA A – evento no Parque da Vila Guilherme (Parque do Trote), dia 2/abril, das 8h30 às 12h30, com Equoterapia (Regimento 9 de Julho da Polícia Militar), plantio de mudas, caminhada pela Trilha dos Sentidos, palestra com Carolina Ramos (AMA-SP) e odontologia para autistas (Adriana Zink) – Organização: Instituto Lumi e Revista Autismo
- Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, se reunirá com a ABRA (Ass. Brasileira de Autismo) para saber quais são as demandas dos autistas no país

SP – ATIBAIA

- Estarão iluminados de azul: o Hospital Novo Atibaia (HNA), a clínica AMHA Odonto, o hospital Albert Sabin, o Hotel Bourbon, o Fórum da Comarca, a Câmara Municipal e o Fórum da Cidadania, todos nos dias 1 e 2/abril – Organização: Hospital HNA

SP – AMERICANA

- Estará iluminado de azul, na semana de 2/abril, o Portal Princesa Tecelã, localizado na entrada da cidade

SP – BOM JESUS DOS PERDÕES

- Todas as missas da cidade, nos dias 2 e 3/abril serão pela intenção do Dia Mundial de Conscien-

tização do Autismo – Organização: Santuário do Senhor Bom Jesus

SP – GUARULHOS

- Caminhada em prol do Dia Mundial de Conscientização do Autismo, dia 2/abril, saída a partir das 14h, da Praça Pres. Getúlio Vargas (Centro) e chegada no Bosque Maia – Organização: CIAAG

SP – ITANHAÉM

- Distribuição de panfletos e balões azuis na escola E.M. Profª Maria Cristina Macedo Gomes, dia 1/abril
- Comemoração do Dia Mundial de Conscientização do Autismo, dia 2/abril, às 16h00, com camisetas, banners e balões azuis na Praça Narciso de Andrade, em frente à Igreja Matriz de Sant'anna no centro histórico

SP – OSASCO

- Afixação de 50 banners pela cidade e distribuição de folders e cartazes

SP – PIRACAIA

- Todas as missas da cidade, nos dias 2 e 3/abril serão pela intenção do Dia Mundial de Conscientização do Autismo – Organização: Paróquia Santo Antonio da Cachoeira

SP – SANTA BÁRBARA D'OESTE

- Estará iluminada de azul a Fundação Romi e a Prefeitura, nos dias 1 e 2/abril – Organização: AMAI-SBO
- Criação da AMAI-SBO – Associação de Monitoramento dos Autistas Incluídos em Santa Barbara d'Oeste, com registro oficial em 2/abril

SP – SOROCABA

- Caminhada pela conscientização em relação ao autismo, 17/abril (está correto, é 17/abril mesmo), às 8h30, na pista de caminhada do Parque Campolim – Organização: AMAS

SP – VÁRZEA PAULISTA

- Encontro com os pais e comunidade, com palestra de Marie Schenk, dia 1/abril, na APAE, depois os pais vivenciarão as atividades dos filhos. Durante a semana de 28/março a 1/abril todos os funcionários estarão com acessório azul e no último dia, vestirão azul – Organização: APAE Várzea Pta.

Para concluir, peço aos brasileiros que amanhã acendam uma luz azul. Vocês estarão demonstrando

a solidariedade com esta justa causa. Vida longa a luta dos autistas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que me traz a esta Tribuna foi, na semana passada, tema de uma sessão especial do Senado Federal. Estou falando do Mercosul.

Naquela ocasião eu me detive somente a questões do momento, algo específico, demandas que chegaram ao meu gabinete, ou seja, tratei sobre o atraso das exportações de alguns produtos brasileiros para a Argentina.

Portanto, eu entendo que hoje possa fazer com mais tranquilidade algumas considerações e ponderações que creio serem justas sobre o Mercado Comum do Cone Sul tendo como foco os direitos da cidadania, vislumbrando o indivíduo, o habitante “**terrunho**”, o argentino, o uruguaio, o paraguaio e o brasileiro... o homem “mercosulino”.

Sr. Presidente, peço licença para, a partir deste momento, chamar a todos aqui, aos meus colegas senadores e senadoras, bem como aos espectadores da TV Senado, aos ouvintes da Rádio Senado, de uma forma muito carinhosa, respeitosa, uma expressão usada pela gente da fronteira pampeana do meu estado.

Meus patrícios, há vinte anos era firmado o Tratado de Assunção, ponto de partida do Mercosul. Um fato que por si só reavivou o sonho de Simon Bolívar – uma América Latina “sem aramados, sem cancelas, sem porteiras”.

Creio, meus patrícios, que toda integração econômica deve trazer como consequência o desenvolvimento com justiça social. É isso que buscamos, é isso que queremos. Esse deve ser o nosso horizonte.

Não é possível pensar um sem o outro. Isso é próprio do processo econômico, à medida que surgem novas oportunidades de crescimento geração de riqueza.

O grande desafio é fazer com que tal acumulação de renda não permaneça nas mãos de uns poucos, mas seja distribuída de forma igualitária para toda a população.

Sobre isso eu me socorro das poéticas palavras de Dante Ramon Ledesma:

“abençoado seja o sol, que ilumina os nossos passos, abençoadas sejam as sombras após um dia imenso de sol, abençoadas as mãos do homem que abre o ventre da terra,

semeia, espera, e quando chega o fruto divide com aquele que nada tem”.

Meus patrícios, nunca é tarde lembrar que, a integração dos países do Cone Sul nasceu do processo de redemocratização do continente na década de 1980.

Naquele momento, houve o fim do longo ciclo de ditaduras latino-americanas e a substituição por regimes democráticos.

Como parte desse novo ciclo, nós brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios, percebemos que as velhas rivalidades deveriam ser superadas e substituídas pela parceria e amizade.

Desde muito cedo, a integração econômica se aproximou de uma pauta de temas cada vez mais amplos, ligados a questões como direitos humanos, democracia, educação, saúde, cidadania, direitos trabalhistas etc.

É correto afirmar que a questão trabalhista se insere de maneira clara no espírito do Tratado de Assunção, o qual, em seu artigo 1º, parágrafo penúltimo, determina que:

“o fator trabalho é, sem dúvida, um dos componentes do custo do produto, que, por seu lado, é o elemento objetivo que balizará as condições de competitividade do produto no mercado comum frente a um similar fabricado em qualquer dos Estados-partes”.

Esse espírito não reduz o trabalho a mero fator de produção. Na verdade compreende o tema como tendo relevância própria, dotado de autonomia e que inclui os direitos assegurados ao trabalhador.

O bloco não é fator de redução das garantias do trabalhador de nenhum dos países. Na realidade é o contrário: buscam-se parâmetros para que haja melhora na situação daqueles que têm seus trabalhadores em situação pior.

Dentro da estrutura do Mercosul, já em dezembro de 1991, é criado um Subgrupo de Trabalho, com o fim de examinar os aspectos sociais e trabalhistas do processo de integração, ao cuidar das relações trabalhistas, emprego e seguridade social.

Posteriormente, em 1994, tal subgrupo foi renomeado – Assuntos trabalhistas, emprego e seguridade social, com a seguinte competências: relações individuais e coletivas de trabalho, migrações de trabalhadores, formação profissional, certificado de aptidão profissional, segurança e higiene no trabalho, seguridade social, setores específicos e princípios.

Em 1995, houve nova reformulação com a instituição de grupos especiais para os seguintes assun-

tos: custos trabalhistas, normas sobre relações de trabalho, seguridade social, higiene e segurança do trabalho, formação profissional, migrações trabalhistas e inspeção do trabalho.

Em 1996, houve ampliação da pauta negociadora, com a inclusão dos seguintes objetivos: análise da dimensão social do processo de integração e diversas alternativas para sua formulação institucional.

Este subgrupo apresenta um rol de realizações bastante louvável. Dentre elas destaco o Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul, celebrado em Montevideu, em 15 de dezembro de 1997.

De acordo com José Soares Filho, em texto intitulado Mercosul: surgimento, estrutura, direitos sociais, relação com a Unasul, perspectivas de sua evolução, “tal acordo objetiva assegurar a todos os trabalhadores do Mercosul fora de seu país de origem, bem como a seus dependentes, os mesmos direitos à seguridade social reconhecidos aos nacionais do país em que se encontrem exercendo suas atividades.

Traduz a primeira unificação de normas no campo do Direito Social no âmbito do Mercosul (...)

Por meio desse acordo, os países reconhecem aos trabalhadores que tenham prestado serviços em qualquer deles, assim como a seus familiares e assemelhados, os mesmos direitos e obrigações em matéria de seguridade social que aos seus nacionais”.

Essa é uma etapa fundamental para o processo de integração porque cria mecanismos de isonomia entre os trabalhadores oriundos de diversos países.

Outro avanço aconteceu quando foi dada atenção à dimensão social do processo de integração, bem como às diversas alternativas para sua formulação institucional em Declaração firmada no Rio de Janeiro em 1998.

Nessa declaração, se disse que o processo de integração regional “não pode circunscrever-se à esfera comercial e econômica, mas deve abranger a temática social, tanto no que diz respeito à adequação dos marcos regulatórios trabalhistas às novas realidades configuradas por essa mesma integração e pelo processo de globalização da economia, quanto ao reconhecimento de um patamar mínimo de direitos dos trabalhadores do Mercosul, correspondente às convenções fundamentais da OIT”.

Para tanto, devem ser respeitados os direitos individuais, direitos coletivos e outros direitos.

Os sindicatos passaram a demonstrar interesse pelo Mercosul também no início dos anos 90.

Em 1992, foi criada a Comissão Sindical do Mercosul por iniciativa de Centrais Sindicais do Cone Sul.

Em 1999, foi estabelecida a Comissão Sociolaboral, de composição tripartite – governos, empresas e trabalhadores.

Todas essas iniciativas visam a cumprir uma das determinações do Tratado de Assunção, qual seja, a de harmonização legislativa a fim de evitar as discrepâncias legislativas que prejudicam, no final das contas, apenas os próprios países integrantes.

O objetivo é melhorar no conjunto as condições dos trabalhadores do Mercosul para que haja efetiva melhoria das condições de vida em cada um dos países, atendendo aos princípios do Direito do Trabalho, como o de proteção do trabalhador ou de renúncias em relação aos direitos trabalhistas.

Além disso, é importante destacar, a aprovação em dezembro de 2010, pelo Conselho do Mercado Comum – órgão máximo do bloco – do Estatuto da Cidadania, que facilitaria as viagens dentro do bloco, o reconhecimento de diplomas universitários, o reconhecimento de tempo para a previdência social, permitiria a livre circulação de pessoas, criaria documento de identidade unificado, placas de automóveis iguais, eleições diretas para o legislativo do bloco etc.

Quero reforçar a idéia inicial de que a integração do bloco veio a abranger cada vez mais temas.

Além da perspectiva econômica inicial, passaram a fazer parte da agenda do Mercosul questões sociais, cooperação judicial, direito do consumidor, educação e cultura, meio ambiente, entre outros temas relevantes.

Creio que fizemos avanços significativos e que, de tal forma, demos passos para uma integração que garanta ao mesmo tempo desenvolvimento e justiça social, ou seja, um MERCOSUL CIDADÃO.

Como membro indicado pelo Partido dos Trabalhadores para compor o Parlamento do Mercosul, temos como meta colocar na pauta de discussão temas ligados as pessoas com deficiência, aos idosos, aos negros, aos indígenas, aos que lutam pela livre orientação sexual, entre outros.

Meus patrícios, gostaria de refletir com vocês. Muito antes dos governos do Cone Sul falarem em integração, em mercados, em taxas aduaneiras, os nossos poetas, cantores e trovadores já alargavam as nossas fronteiras culturais e artísticas através de idas e vindas, de um lado ao outro, atravessando rios, canhas e mananciais para a comunhão latino-americana, fazendo assim a integração. Percebe-se que o habitan-

te “terrunho” decide que ele próprio é o epicentro da integração. O poder decisório está com ele.

Nesses entreveros de guitarras, gaitas, bombos legueros, duelo de vozes, sapateados, eis que se resgata e se incorpora ao nosso linguajar a expressão “teatino”.

Em linguagem popular, a palavra assumiu o significado de sem dono, andejo, sem sinal, sem marca, senhor de si. Chegando então, modernamente, ao designativo de **HOMEM LIVRE**, e eu acrescento, **O HOMEM DO MERCOSUL**.

Meus patrícios, Jaime Caetano Braum define “patrícios como os teatinos, os que, são donos de si, fazem pátria por aí, norteados os próprios destinos, rapsodos campesinos do velho ritual pampeano, que, nesse andejar cigano, de tropeiros da cultura, são vertentes da ternura do folclore americano. Por isto, quando cantamos, mais do que vozes que cantam, são preces, que se levantam deste chão, que tanto amamos, mais do que o passado, cultuamos o que o futuro desvenda, amor de Pátria, legenda mais forte que o destino, que enquanto houver um teatino, sempre haverá quem defenda”.

Para finalizar, Sr. Presidente, esta foi a minha homenagem aqueles de ontem e de hoje, que lutaram e que lutam, pela integração social, cultural, política e econômica do Mercosul.

E eu sou daqueles que acredita que a razão maior do Mercosul ainda é a sua gente, o seu povo, os homens, as mulheres, os idosos, os jovens, as crianças, – o homem livre, o patrício, o teatino.

E aqui, encerrando a minha fala, eu leio os versos da música “**Los Hermanos**”, de Atualpha Yupanqui,

que a grande voz dos direitos humanos da América Latina, Mercedes Sosa – La Negra – imortalizou.

“Eu tenho tantos irmãos, Que não os posso contar, No vale na montanha, No pampa e no mar, Cada qual com seus trabalhos, Com seus sonhos cada qual, Com a esperança diante, Com as lembranças detrás, Eu tenho tantos irmãos, Que não os posso contar Gente de mão quente, Por isso da amizade, Com um choro para chorar, Com uma reza para rezar, Com um horizonte aberto, Que sempre está mais além, E essa força pra buscá-lo, Com tesão e vontade, Quando parece mais perto, É quando se afasta mais, Eu tenho tantos irmãos, Que não os posso contar E assim seguimos andando, Habitados à solidão, Nos perdemos pelo mundo, Voltamos a nos encontrar, E as+++sim nos reconhecemos, Pelo longínquo olhar, Pelas estrofes que mordemos, Sementes de imensidão, E assim seguimos andando, Habitados à solidão, E em nós nossos mortos, Pra que ninguém fique para trás, Eu tenho tantos irmãos, Que não os posso contar, E uma irmã muito formosa, Que se chama Liberdade.”

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador Paim.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar os trabalhos da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 18 minutos.)

SENADO FEDERAL

ATA DA 23ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 10 DE MARÇO DE 2011

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 32**, de 11 de março de 2011)

RETIFICAÇÃO

À página 6230, republique-se, na íntegra, o Requerimento nº 175, de 2011, para fazer constar a autoria da proposição.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº ¹⁷⁵175 de 2011

Solicita ao Tribunal de Contas da União informações sobre o cumprimento, por parte do Ministério da Educação, das recomendações constantes do Acórdão 816/2009, que se refere a auditoria operacional realizada no Programa Universidade para Todos – ProUni.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do disposto no **inciso IV do art. 71 da Constituição Federal**, e no **inciso X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal**, que seja solicitada ao Tribunal de Contas da União, informações sobre o cumprimento, por parte do Ministério da Educação, das recomendações constantes do Acórdão 816/2009, que se refere a auditoria operacional realizada no Programa Universidade para Todos – ProUni.

JUSTIFICAÇÃO

Em 2008, o Tribunal de Contas da União-TCU realizou uma auditoria no Programa Universidade para Todos – ProUni, cujas conclusões estão no Acórdão 816/2009. Em relação às isenções fiscais concedidas à instituição que aderir ao Programa, o TCU concluiu que (§ 194 do Acórdão) :

"Levando-se em consideração apenas o critério relativo ao percentual de bolsas efetivamente ocupadas e não as ofertadas, se fosse aplicado, grosseiramente, esse método de cálculo, a renúncia fiscal nos anos de 2005 e 2006 seria de R\$ 76,4 milhões e R\$ 191,6 milhões, ao invés de R\$ 106,7 milhões e R\$ 265,7 milhões, como efetivamente ocorreram, ou seja, deveriam ser recolhidos aos cofres públicos, pelo menos, R\$ 104,4 milhões nesses dois anos do programa pela não ocupação de todas as vagas ofertadas."

Em relação ao custo do Programa, o TCU solicitou à Receita Federal informações a respeito das isenções fiscais. Em razão do sigilo fiscal, a Receita encaminhou um relatório separando os

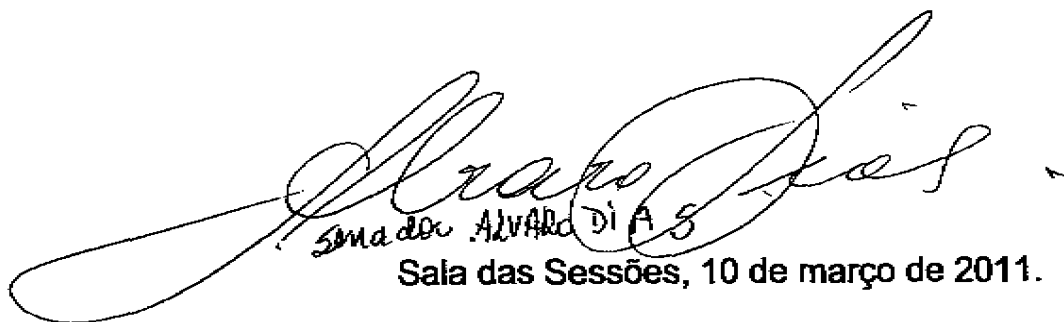
beneficiários por tipo (com ou sem fins lucrativos) e custo anual das bolsas do Prouni por mantenedora, sem identificá-las. A partir destes dados o TCU chegou à seguinte conclusão (§ 206 do Acórdão):

“Portanto, a princípio, pode-se concluir que, em média, o custo de uma bolsa do Prouni para o Estado é maior que o valor da mensalidade dos cursos em que há bolsistas do programa. Significa dizer que, em média, se tem “pago” – indiretamente – um preço maior pelas vagas nas instituições privadas de ensino superior do que o montante que elas efetivamente valem, especialmente nas instituições sem fins lucrativos. A melhoria do acesso ao programa, com a conseqüente diminuição do número de bolsas ociosas, é medida que reduz o custo da bolsa, uma vez que os custos referentes às vagas não ocupadas são incorporados nas bolsas efetivamente ocupadas”.

Ou seja, a persistirem baixas as taxas de ocupação das vagas oferecidas pelo PROUNI, seria mais econômico aos cofres públicos pagar diretamente os valores que seriam devidos pelos bolsistas do que oferecer a isenção fiscal.

O TCU, além de constatar que o ProUni é ineficiente sob o aspecto econômico, faz, no referido Acórdão, uma série de recomendações ao Ministério da Educação para a adoção de medidas como, por exemplo, *"instituir rotina de fiscalização in loco nas instituições de ensino superior com o objetivo de verificar a aderência das informações por elas prestadas em relação ao ProUni"* e *"avaliar a conveniência de alterar o mecanismo de isenção fiscal ofertado às IES participantes do ProUni, de modo a abranger critérios como o número de cursos bem avaliados e de bolsas efetivamente ocupadas, a fim de que o benefício ofertado pelas instituições seja equivalente à contrapartida recebida do Estado"*, entre outras.

Portanto, o presente requerimento tem por objetivo verificar, junto ao Tribunal de Contas da União, se o Ministério da Educação cumpriu as recomendações constantes do referido Acórdão 816/2009 e que visam o aprimoramento do Prouni.



Senador ALVARO DIAS
Sala das Sessões, 10 de março de 2011.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amelia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.03.2011)

Leitura: 16/03/2011

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NO ACRE E DEMAIS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os
Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽³⁾
Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(4,5)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.03.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
PTB	
	1.

4) REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽²⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amelia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR)	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amelia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁴⁾
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amelia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
(1)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 12, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amelia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 9, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amelia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 11, de 2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amelia (PP-RS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amelia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amelia Vice-Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁸⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(6,8)
Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Renan Calheiros (PMDB) ^(3,4,17)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Mário Couto (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Kátia Abreu (DEM)	4. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹⁰⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽¹¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
7. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
11. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽²⁾

TITULARES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Eduardo Suplicy (PT)	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	
Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8.
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁷⁾	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Francisco Dornelles (PP)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amelia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. José Agripino (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- **.. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeram os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 6. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
João Pedro (PT)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Kátia Abreu (DEM)

Notas:

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. Walter Pinheiro (PT)
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁹⁾
VAGO ⁽²⁾	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽³⁾	1.
⁽¹⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Raulo Rodrigues ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 045/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)

6. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

8. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

9. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amelia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2003, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	4.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amelia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁾
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Mário Couto (PSDB) ⁽²⁾	3. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amelia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amelia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
PTB	
(1)	1.
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 02/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR) ⁽⁶⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁴⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽²⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 24/02/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁷⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁸⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁹⁾
PR
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽⁵⁾
PDT
PSB
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁶⁾

Atualização: 23/03/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁶⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁸⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁹⁾
PR
PP
Ana Amelia (RS) ⁽⁷⁾
PDT
PSB
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽²⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽⁴⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 23/03/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of. nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Paulo Bauer (SC) ⁽¹¹⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁷⁾
PDT
PSB
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽⁴⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽²⁾
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽⁵⁾
PV

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of. nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 75/2011-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 31/03/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 24-3-2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

(Resolução nº 01, de 2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Mário Couto (PSDB/PA)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Fernando Collor (PTB/AL)

Câmara dos Deputados

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)

(Atualizada em 24.3.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

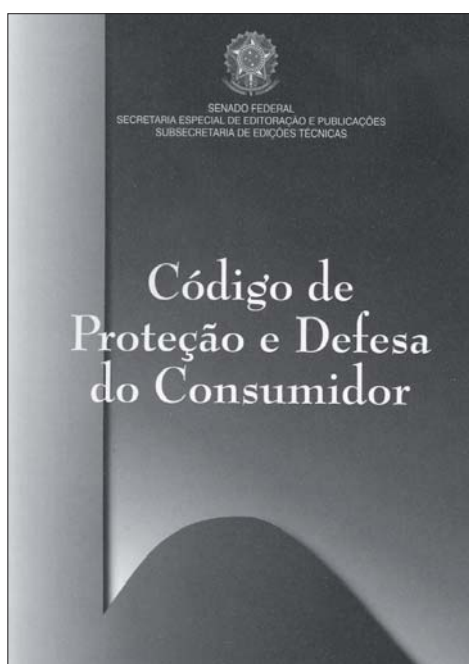
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Inclui dispositivos constitucionais pertinentes, vetos presidenciais, legislação correlata e completo índice temático.

Estatuto da Criança e do Adolescente



Lei nº 8.069, de 1990, acrescida de legislação correlata e atos internacionais relativos ao tema criança e adolescente.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



Edição de hoje: 192 páginas

OS: 2011/11171